APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

JUNHO 2022

O Jornal Económico

SOCIEDADE

Violência sexual contra crianças. "Escolas são espaço privilegiado" para detetar casos

Inês Amado 01 Junho 2022, 17:11

Em declarações ao Jornal Económico, Carla Ferreira, gestora técnica da rede CARE, explica que as escolas assumem vários papéis para a identificação de casos de crime de violência sexual, para que as várias organizações possam estar em sintonia e possam agir em conjunto, "quer os crimes já tenham acontecido, quer os crimes ainda não tenham acontecido, através programas de prevenção para evitar e prevenir os fatores de risco".

2.107 é o número total de crianças e jovens que, entre 2016 e 2021, receberam apoio no âmbito do projeto CARE da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que prestou, ainda, 28.247 atendimentos nesse período.

Em declarações ao Jornal Económico, Carla Ferreira, gestora técnica da rede CARE, as escolas assumem vários papéis para a identificação de casos de crime de violência sexual, para que as várias organizações possam estar em sintonia e possam agir em conjunto, "quer os crimes já tenham acontecido, quer os crimes ainda não tenham acontecido, através programas de prevenção para evitar e prevenir os fatores de risco".

"As escolas têm um duplo papel. Quer um papel como espaço privilegiado para a deteção, quer como um espaço privilegiado para implementação de programas de prevenção. Obviamente que as escolas também devem ser consideradas depois da própria intervenção. Desde que não colida com o bem-estar, como situações em que a escola possa ajudar a formalizar denúncias de casos de que tenham conhecimento. Ou a própria escola como fonte de informação para a recolha de informação para o processo", explicou a mesma responsável.

Foi em 2016 que a APAV deu início ao CARE que, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, se compromete a dar uma resposta especializada não só às vítimas direitas do crime que se compromete com um apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, bem como a familiares e amigos das vítimas.

Nas palavras de Carla Ferreira, ainda há muito trabalho a fazer neste campo. "Aquilo que é o nosso entendimento é que a relação entre o estado e a APAV tem contribuído para a melhoria da situação das vítimas em Portugal. Não podemos ignorar que ainda há muito trabalho pela frente a fazer. Aquilo que temos visto e que são desenvolvidas algumas políticas em que as vítimas são olhadas por categorias: violência doméstica, violência de género... Era importante que não se esquecesse que há todo um conjunto

de outras vítimas a quem devem ser garantidas outros direitos", disse a mesma responsável.

Segundo a mesma responsável, a missão deste grupo da APAV para por conseguir que haja mais políticas públicas para a violência e vítimas em geral. "Há políticas muito bem conseguidas e importantes. Mas faltam políticas para outras situações de violência e vítimas. E é um bocadinho essa a nossa missão. Que haja aqui políticas públicas para a violência, em geral", continuou.

Quanto a "alterações legislativas feitas neste campo", Carla Ferreira "saúda-as", mas considera que carecem de uma abordagem mais prática para a sua implementação: "Não podemos simplesmente alterar a lei, mas pensar como é que operacionalizamos essas alterações para não haver um fosso entre o que é a leitura da lei e o que é a sua aplicação prática. A nossa experiência deverá ser tida aqui em consideração e podemos ser parceiros neste caminho"

Do total de crianças apoiadas, 80 são do sexo feminino e 18,9% do sexo masculino, de 209 dos 308 concelhos, havendo uma média mensal de 392 atendimentos, de acordo com o relatório da APAV| Rede CARE 2016-2021, com dados relativos ao trabalho da APAV no apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

De acordo com a Polícia de Segurança Pública (PSP), o número de denúncias de violência contra crianças aumentou nos últimos dois anos.

2021 ficou marcado como o ano em que se registou a maior subida do número de queixas.

No ano passado, a PSP registou 9.008 denúncias de violência contra crianças – violência doméstica, ofensas à integridade física voluntária grave e simples, maus-tratos, ameaça e coação, difamação, calúnia e injúria) -, uma subida em relação às 7.904 denúncias de violência.

Este ano, a PSP recebeu 4.244 denúncias até 25 de maio.

Em 2020, 207 crianças foram retiradas às suas famílias, de acordo com a PSP, face às 166 em 2019.A GNR reportou 905 denúncias de violência contra crianças no ano passado, tendo recebido 604 no ano anterior.

https://jornaleconomico.pt/noticias/violencia-sexual-contra-criancas-escolas-sao-espaco-privilegiado-para-detetar-casos-900669

OBSERVADOR

Abusos sexuais. “Uma participação feita à PJ está também a ser feita ao Ministério Público”

Diretor adjunto da PJ lembra Comissão Independente criada pela Igreja que crimes também podem ser comunicados à PJ o que até permite uma maior celeridade na investigação e uma "resposta desejável".

O diretor adjunto da Polícia Judiciaria lembrou esta quinta-feira a importância de todas as queixas de violência sexual contra menores serem comunicadas à polícia o mais rapidamente possível porque o tempo é fundamental numa investigação criminal. Carlos Farinha aproveitou também o seminário “Criança Vítimas de Abuso Sexual: Conhecer mais para agir melhor”, que decorre no auditório da Direção Nacional da PJ, para deixar um recado à Comissão Independente criada pela Igreja para a investigação deste tipo de crimes alegadamente praticados pelos seus membros que optou por entregar cerca de duas dezenas de denúncias ao Ministério Público. “Uma participação feita à PJ está também a ser feita ao Ministério Público”, advertiu, lembrando que ao fazê-lo a esta polícia, com competência exclusiva para investigação de crimes sexuais contra menores, a investigação pode começar logo. “Esta questão da sinalização externa não deve dar margem a tempo perdido”, disse o responsável. “O tempo urge para que a resposta possa ser a desejável”.

A Comissão já entregou pelo menos 16 queixas que lhe chegaram ao Ministério Público, por ser o órgão que tutela a ação penal, uma opção do juiz e ex-ministro da Justiça Laborinho Lúcio que integra a comissão. Mas, mais de um mês depois, ainda nada chegou à Polícia Judiciária. O Observador também não obteve resposta da Procuradoria Geral da República sobre quantos inquéritos dessas 16 denúncias foram abertos. Estas queixas foram entregues há mais um mês, como o Observador noticiou, e entretanto continuaram a chegar denúncias de crimes alegadamente praticados por

membros da Igreja. Grande parte das denúncias, porém, referem-se a padres que já morreram e não vão dar origem a qualquer processo criminal.

Só no primeiro trimestre de 2020, a Polícia Judiciária recebeu a nível nacional cerca de 700 novos casos de abusos contra crianças, contra 497 novas vítimas. A maior parte das vítimas são do sexo feminino e dos agressores do sexo masculino, como já tinha concluído o Observatório de Criminalidade Sexual criado no seio da PJ, como também disse no seminário Carlos Farinha, diretor adjunto da Polícia Judiciária.

No seminário, que decorre ao longo de todo o dia, esteve também presente o secretário de estado adjunto da Justiça, Jorge Costa, que ao longo dos últimos 37 anos foi procurador do Ministério Público, e que também lembrou dados estatísticos que apontam que uma em cada cinco crianças são vítimas de abuso sexual. O governante lembrou ainda a criação do Centro Europeu que visa a prevenção de crimes de abuso de Menores, que envolverá várias polícias e entidades europeias, passando mesmo pela criação de uma base de dados comum para este tipo de crimes. Carlos Farinha disse desconhecer ainda a localização deste Centro, não afastando a hipótese de a sede vir a ser em Portugal.

O evento foi promovido pela Associação para o Planeamento da Família (APF) com o apoio do Fundo de Relações Bilaterais do EEA Grants, no âmbito do Projeto 4Children. Através deste projeto, a APF e as entidades parceiras – Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Centro de Estudos Judiciários, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e Polícia Judiciária – e o Council of the Baltic Sea States e a ONG islandesa Barnaheill, aprofundaram o conhecimento sobre a realidade do abuso sexual em Portugal.

O seminário conta com a participação de vários especialistas além das entidades parceiras, como elementos da PJ, magistrados e de associações como a Quebrar o Silêncio e a APAV.

https://observador.pt/2022/06/02/abusos-sexuais-uma-participacao-feita-a-pj-esta-tambem-a-ser-feita-ao-ministerio-publico/

Delas

ATUALIDADE

“Neste julgamento, discutiu-se tudo menos o respeito pela vítima”

02/06/2022

CARLA BERNARDINO

Sem comentar a sentença de difamação de Amber heard sobre Johnny Depp, psicólogo e responsável da APAV vinca que a forma como julgamento prosseguiu promoveu a falta de respeitabilidade sobre a vítima e a dupla estigmatização, mas vinca que casos mediáticos ajudam anónimos a chegarem-se à frente para a denúncia, mesmo com desfechos desta natureza

[Fotografia: EVELYN HOCKSTEIN / POOL / AFP]

Os atores Amber Heard e Johnny Depp protagonizaram um julgamento sobre difamação em violência doméstica e sexual em direto – nos Estados Unidos foi permitido –, tendo chegado ao público relatos e detalhes de uma relação tóxica.

Testemunhos que duraram semanas acabaram na condenação da atriz por difamação e ao pagamento de 15 milhões de dólares (13,9 milhões de euros) por danos punitivos e compensatórios. Um julgamento em que o ator venceu, tendo, porém, de pagar dois milhões de dólares (1,9 milhões de euros) a Amber Heard por difamação.

Para a atriz, o veredicto “é um retrocesso, faz recuar o relógio numa altura em que uma mulher – que acaba por se defender e falar abertamente – possa hoje ser publicamente envergonhada e e humilhada”. “Isto acaba fazer recuar a ideia de que a violência contra as mulheres tem de ser levada a sério”, afirmou após a leitura da sentença. Deep congratulou-se por ter a sua vida de volta.

Mas o que significa tudo isto – do espetáculo à sentença – para uma vítima de violência doméstica? Daniel Cotrim, psicólogo e responsável na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) fica a sensação de que “as mulheres vítimas de violência doméstica não são para levar a sério em lado nenhum”. “Não estando aqui a ver se foi bem ou mal adequada a decisão do tribunal [de Fairfax, na Virgínia], fica claro que a violência

doméstica é uma questão transversal, diz respeito a todas as pessoas, acontece em todos os países, os casos podem vir de qualquer lado, e o que é exigido é o respeito pelas vítimas. Neste caso, discutiu-se tudo menos o respeito pela vítima, alegada ou não", salvaguarda o responsável.

"Sabemos pouquíssimos detalhes e, com o que ficou em cima da mesa, há um longo do trabalho para fazer pela respeitabilidade das vítimas, ficou evidente aquela velha ideia do síndroma de a vítima se sentir culpada e e duplamente estigmatizada", acrescenta Cotrim.

Mas vale, então, a pena lutar? Daniel Cotrim nega a pergunta até porque baixar os braços jamais será solução. "Fica a sensação de que ir à luta vale sempre a pena, não desistir também quer dizer fazer-se ouvir", esclarece. E prossegue: "Muitas vezes, a grande questão das vítimas de violência doméstica é que estas sentem-se sempre muito isoladas e acham que o seu caso é único. Perceber que existem noutros sítios do mundo e com visibilidade, tal faz as vítimas sentirem-se acompanhadas."

"Os profissionais podem e devem usar todos os recursos para motivar as pessoas a denunciarem estas situações de violência. Uma andorinha não faz a primavera. Infelizmente temos muitas andorinhas, felizmente vamos tendo algumas. E ontem tivemos uma, em Portugal [a condenação do ex-marido de Luciana Abreu a mais de dois anos de pena suspensa e ao pagamento de três mil euros em indemnização].

"Estes casos que envolvem pessoas mediáticas são sempre fundamentais para entender a transversalidade da violência doméstica. Não é coisa de homens e mulheres pobres, não envolve apenas desconhecidos, é universal, é uma matéria de direitos humanos, e estes casos mais mediáticos devem levar anónimos e anónimas a denunciar", pede Daniel Cotrim.

https://www.delas.pt/violencia-domestica-amber-heard-johnnu-depp-neste-julgamento-discutiu-se-tudo-menos-o-respeito-pela-vitima/atualidade/931645/

Human Resources

Centro Nacional de Cibersegurança dedica evento C-Days à prevenção

Por Human Resources Com ... — Em 15:15, 2 Jun, 2022

A oitava edição da C-Days, do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), decorre entre 7 e 9 de Junho, no Centro de Congressos do Estoril, regressando ao formato presencial, dedicado ao tema "Apostar na prevenção".

«A prevenção é a melhor forma de mitigar os riscos e impactos decorrentes de incidentes no ciberespaço, numa altura em que os ciberataques têm vindo a crescer em número e sofisticação, afetando de forma transversal os vários setores de atividade económica e administração pública», refere o CNCS, numa nota sobre o evento.

Desde o início do ano que várias empresas portuguesas têm sido alvo de ciberataques, entre as quais a Impresa, Vodafone Portugal, os laboratórios Germano de Sousa e, mais recentemente, a agência de notícias Lusa, entre outras entidades.

A C-Days, que contará «com um reconhecido painel de oradores nacionais e estrangeiros», é o «ponto de encontro da comunidade de cibersegurança».

A C-Days «é um evento que se assume como um espaço privilegiado para a discussão de todos estes assuntos numa perspectiva estratégica, operacional e técnica», organizado em parceria com a Câmara Municipal de Cascais e a Universidade do Porto, contando com o alto patrocínio do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

No primeiro dia, entre os vários painéis consta o dedicado à «Desinformação e a necessidade de um combate à disseminação de notícias falsas», com Nelson Escravana, diretor da área de cibersegurança e membro executivo do Conselho de Administração do Inov – Inesc Inovação, e a directora de informação da Lusa, Luísa Meireles, no qual estará também Gustavo Cardoso, do ISCTE – Media Lab.

Temas como a «cibersegurança em sistemas de controlo industrial», «C-Academy – programa nacional de formação avançada ou a «preservação de prova digital», entre outros, estarão em discussão no primeiro dia da C-Days.

O dia seguinte começa com o tema «Data transfer between Europe and the USA» (dados transferidos entre Europa e os Estados Unidos). Inteligência artificial (IA) e cibersegurança, as estratégias para encontrar, desenvolver e reter talentos de cibersegurança, as tendências de cibersegurança e a cibersegurança no feminino estarão em destaque.

Ainda no segundo dia haverá lugar para falar de reforço do quadro geral de Cibersegurança – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e as últimas tendências na investigação e interrupção do cibercrime, com Carlos Cabreiro, diretor da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T) da PJ, Pedro Verdelho, director do Gabinete Nacional de Coordenação na área do Cibercrime, da Procuradoria-Geral da República (PGR), e João Lazaro, presidente Executivo da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

No último dia, a 9 de Junho, a sessão começa com o orador Miguel González-Sancho, da EC – DG Connect, que abordará a visão geral da política de cibersegurança na União Europeia.

Temas como a «carteira e identidade geral» e «as primeiras 48 horas na detecção de um ataque – casos de uso», com representantes dos laboratórios Germano de Sousa, Sonae, Impresa e CNCS – CERT.PT, vão estar em análise entre outros assuntos.

https://hrportugal.sapo.pt/centro-nacional-de-ciberseguranca-dedica-evento-c-days-a-prevencao/

Reconquista

CPCJ alerta: Violência no namoro é crime

Reconquista - 02/06/2022 - 8:00

A violência no namoro foi o tema da sessão promovida pela CPCJ de Proença-a-Nova, dirigida a mais de meia centena de alunos e alguns professores.

Na sessão foram lembrados alguns alertas aos mais novos

A violência no namoro foi o tema da sessão promovida, a 25 de maio, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Proença-a-Nova, dirigida a mais de meia centena de alunos do ensino secundário da Escola Pedro da Fonseca e alguns professores.

A sessão decorreu no auditório municipal, onde Carolina Gonçalves e Verónica Rodrigues, psicólogas e técnicas da Associação Amato Lusitano, abordaram a resposta de apoio psicológico a crianças e jovens vítimas de violência da Beira Baixa, expondo uma problemática que, como alertaram, "pode causar vergonha, culpa, ansiedade e insegurança em quem sofre a violência, seja ela pontual ou contínua".

Em comunicado, esclarece-se que "a maior dificuldade que se pode colocar aos jovens é identificar uma relação em que existe violência, pois pode ser difícil acreditar que alguém que diz gostar também pode fazer mal". Neste caso, "o próximo passo é pedir ajuda, o que pode ser feito junto de um adulto de confiança, a psicóloga da escola ou instituições especializadas neste apoio, como a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima". Na segunda parte da sessão, houve lugar para debate a partir de um vídeo que transmitiu diversas mensagens fortes: "quem ama não violenta", "quem ama não domina", "quem ama não controla", "ciúme não é amor", "quem te ama não te agride", "violência é crime". A reflexão partilhada foi feita a partir de eventuais situações/experiências de violência no namoro e abordou os impactos da violência na relação e na vida da vítima.

No intervalo, os alunos do Curso de Mesa e Bar, do Centro de Formação de Castelo Branco, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ofereceram o lanche aos participantes, uma oportunidade para colocarem em prática os ensinamentos aprendidos.

https://www.reconquista.pt/articles/cpcj-alerta-violencia-no-namoro-e-crime

RTP

PAÍS

4 Junho 2022, 13:58

APAV critica proposta de lei das comunicações e diz que vítimas podem ficar expostas

por Lusa

A possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis, considera a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"É claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime", disse à Lusa o presidente da APAV, João Lázaro, sublinhando: "Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar -- violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas -- e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime".

Em causa está o n.º 5 do artigo 122.º da proposta de lei - que baixou à especialidade na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação -, no qual se lê que "nas faturas detalhadas não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência".

Este aspeto foi criticado no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, de 25 de maio, no qual alertou que "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar da faturação".

O organismo notou que essa possibilidade "impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quando os utilizadores integrem o mesmo agregado familiar do assinante, por não garantir a ocultação de chamadas para os serviços de assistência e apoio, por exemplo, em contextos de violência doméstica".

"O que está em causa é atentar contra a proteção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem. Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações", observou João Lázaro, sem deixar de apontar a "desatenção no processo de elaboração" da proposta, além da "falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades", como a APAV.

A situação foi exposta este sábado pelo Jornal de Notícias, mas João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correção de "uma falta de visão global da ação governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima".

João Lázaro referiu que a APAV vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio "não possa ser mais um elemento de agressão".

"Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correto de salvaguarda dos direitos da vítima", finaliza.

https://www.rtp.pt/noticias/pais/apav-critica-proposta-de-lei-das-comunicacoes-e-diz-que-vitimas-podem-ficar-expostas_n1410994

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

PROTEÇÃO DE DADOS

"É claramente grave." Nova lei pode pôr em risco vítimas de violência doméstica

Texto da proposta da nova lei das comunicações não impede a divulgação, na fatura detalhada, de chamadas feitas para linhas de apoio.

Por Rui Polónio com Cátia Carmo
04 Junho, 2022 • 11:14

As vítimas de violência doméstica podem assim ficar expostas ao agressor © Pedro Granadeiro / Global Imagens

A Comissão Nacional de Proteção de Dados alertou que a nova lei das comunicações coloca em risco as vítimas de violência doméstica. A proposta do Governo, que está no Parlamento, pode expor as vítimas ao agressor e a entidade considera que é um retrocesso em relação à lei que está agora em vigor.

Segundo a Comissão, o texto da proposta não impede a divulgação, na fatura detalhada, de chamadas feitas para linhas de apoio, ao contrário do que acontece com a lei atual. Se o diploma for aprovado, haverá também tratamento de dados pessoais desnecessários, acrescentou a Comissão Nacional de Proteção de Dados num parecer enviado aos deputados a que o Jornal de Notícias teve acesso.

No texto proposto, e que já foi a debate em plenário, lê-se que não é exigível a identificação das chamadas grátis, incluindo para serviços de assistência. Não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou que não deva constar, sublinha o parecer.

As vítimas de violência doméstica, por exemplo, podem assim ficar expostas ao agressor se este descobrir o pedido de ajuda. No ano passado, quase 62% dos pedidos de ajuda chegaram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima por telefone. Ao todo foram 9500 chamadas.

O Governo admite rever o texto. A garantia foi deixada esta semana pelo secretário de Estado das Infraestruturas. Ouvido no Parlamento, Hugo Santos Mendes pediu, no entanto, rapidez na aprovação do diploma, até porque a diretiva europeia para o código das comunicações eletrónicas já devia ter sido transposta.

Em resposta, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acusa o Governo de insensibilidade. João Lázaro, presidente da APAV, mostrou-se preocupado com esta possível alteração à lei.

"É claramente grave e pode representar um grande retrocesso. Cada vez mais quem é vítima de crime, independentemente de ser violência doméstica, homicídio ou outro tipo de crime, recorre a um primeiro contacto aos serviços de apoio através do telefone. E recorrem cada vez mais ao que chamamos de soluções mistas através das redes sociais, contacto do apoio à distância e presencial. O apoio faz-se desta combinação de canais, por isso é claramente atentatório dos próprios direitos das vítimas de crime", explicou à TSF João Lázaro.

O responsável acusa ainda o legislador de insensibilidade neste caso.

"Queremos acreditar que deve ter sido por lapso que as entidades que têm grupos de apoio não foram ouvidas, independentemente das chamadas consultas públicas, que muitas vezes servem é de janelas obrigatórias num processo formal para o legislador poder dizer que a consulta e a burocracia formal funcionou. Se isso se revelar assim é claramente de uma grande desatenção relativamente ao legislador, às necessidades que a sociedade tem. Certamente isto estaria resolvido se tivessem reunido com as organizações das linhas de apoio ou representativas das linhas de apoio", acrescentou o presidente da APAV.

A TSF já tentou ouvir a Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas a assessora recusou dar explicações por ser sábado.

BE diz que alteração "é muito preocupante." PAN pede para que não se legisle "à pressa"

O Bloco de Esquerda vai avançar com uma proposta de alteração à nova lei das comunicações eletrónicas. A deputada Mariana Mortágua só vê um caminho.

"É óbvio que isto é muito preocupante e é razão para que as principais associações que lidam com este problema e prestam apoio às vítimas tenham dado o alerta. Vou-lhe confessar que não me passa pela cabeça que esta proposta não saia corrigida da Assembleia da República, nem quero pôr a possibilidade de o Partido Socialista ou qualquer outro partido votar contra uma medida da mais elementar segurança para as vítimas de violência doméstica. Apresentaremos a proposta, acreditamos que será aceite e que não teremos sequer de pensar nas consequências que teria uma medida deste género", revelou à TSF Mariana Mortágua.

Já o PAN diz que não se pode legislar à pressa, sob pena de acontecerem erros que levam a retrocessos como este e adianta que, na especialidade, vai apresentar uma proposta que garante os direitos das vítimas de violência doméstica.

https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/e-claramente-grave-nova-lei-pode-por-em-risco-vitimas-de-violencia-domestica-14915958.html

DIÁRIO de Notícias
MADEIRA

CRÓNICAS

As linhas com que desfazemos uma flor

O relatório «Crianças em Portugal e ensino à distância: um retrato», incluiu as Regiões Autónomas, e podemos constatar que a habitação condigna é um dos problemas que mais afeta as crianças da Região

Elisa Seixas 04 jun 2022 02:00

O grande objetivo de um dia comemorativo internacional, mundial ou global é chamar a atenção ou reconhecer a importância daquilo que se assinala ou comemora. Por exemplo, o Dia Mundial da Criança, tradicionalmente comemorado em Portugal a 1 de junho, pretende reafirmar a importância de colocar as crianças e o seu melhor interesse no primeiro lugar.

Esta é uma data que nos convida a refletir sobre o facto de as crianças terem sido, e continuarem a ser, vítimas privilegiadas dos impactos devastadores das guerras engendradas por gente que se diz adulta, vítimas de múltiplas violações sistemáticas dos mais elementares direitos humanos. De entre estes, destaco os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, que tantas vezes contam com a conivência de pessoas e entidades que deviam zelar pela segurança das crianças e adolescentes mas que, ao invés, lavam as mãos ou tentam mesmo encobrir os crimes, posicionando-se ao lado de quem agride e pressionando as vítimas para que voltem atrás e retirem as queixas.

Não esqueçamos também que vivemos numa realidade que continua a relativizar situações de violência doméstica em que as crianças são vítimas, principais ou colaterais, com consequências trágicas em alguns casos. A pandemia veio, durante os confinamentos, mascarar esta realidade. Mas o facto é que o regresso às escolas registou um aumento das sinalizações de crianças expostas à violência no seio familiar, numa realidade em que os castigos corporais e físicos ainda fazem parte da educação, perpetuando-se uma prática que não é admissível numa Região e num País que reconhece as crianças como sujeitos de direito. Sublinho, a título de exemplo, que o relatório anual da APAV relativo a 2021, no que diz respeito a vítimas menores, registou um aumento de 14,9% face aos anos anteriores.

Mas para além destas violações dos direitos das crianças que são mais evidentes, a verdade é quem um dos problemas que mais afeta as nossas crianças é a pobreza infantil e os efeitos duradouros que esta provoca. Crescer num contexto de privação, para além de pôr em risco o desenvolvimento integral, condiciona em grande medida as oportunidades de vida das crianças afetadas por essa condição.

Ainda que não exista um diagnóstico à pobreza infantil na Região, há indicadores que nos permitem perceber que este é um problema premente. Desde logo, o facto de, em 2021, continuarmos a ser a região do País que tem a maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social indicia que obviamente as nossas crianças são necessariamente muito afetadas por essa realidade. Esta realidade é confirmada pelo próprio grupo

parlamentar do PSD que, em sede de discussão na Assembleia há uns largos meses, adiantou que 66% dos alunos e alunas da Região têm ação social escolar, o que revela uma grande fragilidade financeira dos agregados familiares em que estão inseridos/as. Conforme constata Manuel Sarmento, investigador no âmbito da Sociologia da Infância que se tem debruçado sobre a pobreza infantil e políticas públicas para a infância, a pobreza das crianças resulta da pobreza da família a que pertencem, sendo que as famílias mais afetadas são as famílias monoparentais, as famílias mais numerosas e as famílias em que pelo menos um dos progenitores está no desemprego. Se estiverem os dois elementos, aquela família passa para o patamar da pobreza extrema.

A verdade é que muitas das nossas crianças vivem em condições que não são condignas e que interferem e condicionam o seu percurso até à idade adulta. Em fevereiro de 2021, a School of Business and Economics, da Universidade Nova, publicou um relatório que traça um diagnóstico quanto às condições de vida das crianças menos favorecidas no país e quanto às desigualdades educacionais que existiam antes da pandemia, e por isso os dados dizem respeito ao ano de 2019. O relatório «Crianças em Portugal e ensino à distância: um retrato», incluiu as Regiões Autónomas, e podemos constatar que a habitação condigna é um dos problemas que mais afeta as crianças da Região: 45,8% vivem em casas com telhados e estruturas húmidas ou mesmo apodrecidas. Igualmente grave é o facto de 19,2% das crianças da Região fazem parte de agregados que não têm capacidade financeira para comprar alimentos para refeições saudáveis e completas.

Obviamente, os fatores elencados são determinantes e vão influenciar não só o presente, mas também o futuro das nossas crianças que são as primeiras vítimas de uma organização política e social que está ainda assente numa realidade profundamente desigual onde, na maior parte das vezes, se confunde privilégio com mérito e se condena, sem qualquer remorso, uma grande parte das crianças a um futuro sem grande futuro.

Não será, portanto, de descurar o que tem sido defendido por Manuel Sarmento: um combate à pobreza infantil que seja verdadeiramente diferenciador tem de implicar, necessariamente, o combate à pobreza das suas famílias. Como tal, é necessário que adotemos políticas que garantam uma intervenção verdadeiramente transformadora no que diz respeito aos fatores de desigualdade que continuam a perpetuar os ciclos de transmissão de pobreza geração após geração. E talvez então consigamos simplesmente comemorar o Dia Mundial da Criança sem termos no horizonte todas aquelas a quem pedimos que traçassem as linhas de uma flor sem lhes garantir as ferramentas necessárias para conseguirem desenhar as linhas com que Deus faz uma flor.*

*Alusão ao poema A Flor,

de Almada Negreiros.

https://www.dnoticias.pt/2022/6/4/314144-as-linhas-com-que-desfazemos-uma-flor/

JN
Jornal de Notícias

Violência doméstica

APAV critica proposta de lei que pode fragilizar vítimas: "Atenta contra a proteção"

JN/Agências
04 Junho 2022 às 13:59

COMENTAR

TÓPICOS
Nacional
Violência Doméstica

Foto: Artur Machado / Global Imagens

A possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis, considera a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"É claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime", disse à Lusa o presidente da APAV, João Lázaro, sublinhando: "Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar - violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas - e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime".

Tal como noticiou o JN na manchete da edição impressa deste sábado, em causa está o n.º 5 do artigo 122.º da proposta de lei - que baixou à especialidade na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação -, no qual se lê que "nas faturas detalhadas não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência". Este aspeto foi criticado no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, de 25 de maio, no qual alertou que "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar da faturação".

O organismo notou que essa possibilidade "impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quando os utilizadores integrem o mesmo agregado familiar do assinante, por não garantir a ocultação de chamadas para os serviços de assistência e apoio, por exemplo, em contextos de violência doméstica".

"O que está em causa é atentar contra a proteção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem. Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações", observou João Lázaro, sem deixar de apontar a "desatenção no processo de elaboração" da proposta, além da "falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades", como a APAV.

João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correção de "uma falta de visão global da ação governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima". A APAV, adiantou, vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio "não possa ser mais um elemento de agressão".

"Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correto de salvaguarda dos direitos da vítima", finalizou.

https://www.jn.pt/nacional/apav-critica-proposta-de-lei-que-pode-fragilizar-vitimas-atenta-contra-a-protecao-14916209.html

CORREIO da manhã

APAV critica proposta de lei das comunicações e diz que vítimas podem ficar expostas

Inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações pode deixar vítimas vulneráveis.

Lusa | 4 de Junho de 2022 às 15:00

Violência doméstica FOTO: Direitos Reservados

A possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis, considera a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"É claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime", disse à Lusa o presidente da APAV, João Lázaro, sublinhando: "Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar -violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas - e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime".

Em causa está o n.º 5 do artigo 122.º da proposta de lei - que baixou à especialidade na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação -, no qual se lê que "nas faturas detalhadas não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência".

Este aspeto foi criticado no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, de 25 de maio, no qual alertou que "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar da faturação".

O organismo notou que essa possibilidade "impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quando os utilizadores integrem o mesmo

agregado familiar do assinante, por não garantir a ocultação de chamadas para os serviços de assistência e apoio, por exemplo, em contextos de violência doméstica".

"O que está em causa é atentar contra a proteção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem. Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações", observou João Lázaro, sem deixar de apontar a "desatenção no processo de elaboração" da proposta, além da "falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades", como a APAV.

A situação foi exposta este sábado pelo Jornal de Notícias, mas João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correção de "uma falta de visão global da ação governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima".

João Lázaro referiu que a APAV vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio "não possa ser mais um elemento de agressão".

"Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correto de salvaguarda dos direitos da vítima", finaliza.

https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/apav-critica-proposta-de-lei-das-comunicacoes-e-diz-que-vitimas-podem-ficar-expostas?ref=HP_CMaoMinuto

Público

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Vítimas de violência doméstica em risco com nova lei das comunicações electrónicas, alerta Protecção de Dados

O novo diploma das Comunicações Electrónicas não proíbe a divulgação de chamadas feitas para linhas de apoio na factura detalhada e é um retrocesso, alerta Comissão Nacional de Protecção de Dados.

PÚBLICO
4 de Junho de 2022, 13:05

Mais de 60% dos pedidos de ajuda feitos à APAV foram através de contacto telefónico, em 2021 PAULO PIMENTA

A nova proposta de lei das Comunicações Electrónicas, que foi entregue pelo Governo no Parlamento, pode colocar em risco as vítimas de violência doméstica, ao expô-las perante o agressor, avança o Jornal de Noticias (JN).

Num parecer enviado ao Parlamento, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) condena o facto de o diploma não proibir a divulgação de chamadas feitas para linhas de apoio na factura detalhada das telecomunicações, o que considera um retrocesso face ao quadro legal em vigor.

Refere o JN que 61,8% dos pedidos de ajuda feitos à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) foram através de contacto telefónico em 2021, correspondendo a mais de 9500 solicitações.

No parecer enviado ao Parlamento, a CNPD chama a atenção para o número 5 do artigo 122.º daquela proposta de lei, no qual se lê que, "nas facturas detalhadas, não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência".

Para a CNPD, "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar" da factura do telemóvel e tal formulação "impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quantos os utilizadores integrem o mesmo agregado familiar, por não garantir a ocultação de chamadas de assistência e apoio, por exemplo, em contexto de violência doméstica".

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) já reagiu a esta situação através do seu presidente João Lázaro, que em declarações à Lusa, disse que será "claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime".

"Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar -- violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas -- e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime", afirmou, acrescentando que o que está em causa "é atentar contra a protecção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem".

"Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações", observou João Lázaro, sem deixar de apontar a "desatenção no processo de elaboração" da proposta, além da "falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades", como a APAV.

A situação foi exposta este sábado pelo Jornal de Notícias, mas João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correcção de "uma falta de visão global da acção governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima".João Lázaro referiu que a APAV vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio "não possa ser mais um elemento de agressão". "Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correcto de salvaguarda dos direitos da vítima", finaliza.

https://www.publico.pt/2022/06/04/sociedade/noticia/vitimas-violencia-domestica-risco-nova-lei-comunicacoes-electronicas-alerta-proteccao-dados-2008942

APAV CRITICA PROPOSTA DE LEI DAS COMUNICAÇÕES "É CLARAMENTE UM OBSTÁCULO PARA ALGUÉM QUE SOFRE UM CRIME"

Associação diz mudanças podem deixar vítimas de violência doméstica mais vulneráveis e expostas

4 jun, 14:40

A possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis, considera a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"É claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime", disse à Lusa o presidente da APAV, João Lázaro, sublinhando: "Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar – violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas – e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime".

Em causa está o n.º 5 do artigo 122.º da proposta de lei - que baixou à especialidade na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação -, no qual se lê que "nas faturas detalhadas não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência".

Este aspeto foi criticado no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, de 25 de maio, no qual alertou que "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar da faturação".

O organismo notou que essa possibilidade “impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quando os utilizadores integrem o mesmo agregado familiar do assinante, por não garantir a ocultação de chamadas para os serviços de assistência e apoio, por exemplo, em contextos de violência doméstica”.

“O que está em causa é atentar contra a proteção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem. Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações”, observou João Lázaro, sem deixar de apontar a “desatenção no processo de elaboração” da proposta, além da “falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades”, como a APAV.

A situação foi exposta este sábado pelo Jornal de Notícias, mas João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correção de “uma falta de visão global da ação governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima”.

João Lázaro referiu que a APAV vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio “não possa ser mais um elemento de agressão”.

“Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correto de salvaguarda dos direitos da vítima”, finaliza.

https://tvi.iol.pt/programa/inspetor-max/53c6b3333004dc006243b871/artigo/629b60b50cf26256cd27b43c

negocios
negocios.pt

ECONOMIA

Nova lei das comunicações pode colocar em risco vítimas de violência doméstica

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) alerta que a possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis.

A possível inclusão de chamadas para linhas de apoio nas faturas detalhadas dos operadores de telecomunicações, conforme consta na proposta de lei do Governo, pode deixar as vítimas mais vulneráveis, considera a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"É claramente um obstáculo para alguém que sofre um crime", disse à Lusa o presidente da APAV, João Lázaro, sublinhando: "Estamos a falar de situações de violência intrafamiliar - violência doméstica, violência dos pais contra os filhos, violência contra as pessoas idosas - e que, ao registarem, são claramente controlados e podem ser mais vitimizados e até de uma forma mais severa, quiçá, até fatal por parte de quem exerce o crime".

Em causa está o n.º 5 do artigo 122.º da proposta de lei - que baixou à especialidade na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação -, no qual se lê que "nas faturas detalhadas não é exigível a identificação das chamadas facultadas a título gratuito, incluindo as chamadas para serviços de assistência".

Este aspeto foi criticado no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, de 25 de maio, no qual alertou que "não ser exigível não é o mesmo que ser proibido ou não dever constar da faturação".

O organismo notou que essa possibilidade "impacta significativamente nos direitos e liberdades dos utilizadores, em especial quando os utilizadores integrem o mesmo agregado familiar do assinante, por não garantir a ocultação de chamadas para os serviços de assistência e apoio, por exemplo, em contextos de violência doméstica".

"O que está em causa é atentar contra a proteção das vítimas de crime, contrariamente ao que acontecia, sendo apenas uma faculdade os números das linhas de apoio e aconselhamento não aparecerem. Isso é deixado à discrição dos operadores privados de telecomunicações", observou João Lázaro, sem deixar de apontar a "desatenção no processo de elaboração" da proposta, além da "falta de diálogo e auscultação de parceiros e entidades", como a APAV.

A situação foi exposta este sábado pelo Jornal de Notícias, mas João Lázaro acredita que o facto de o processo legislativo não estar fechado pode ainda permitir a correção de "uma falta de visão global da ação governativa quando diz respeito aos direitos, às necessidades e aos interesses da vítima".

João Lázaro referiu que a APAV vai fazer-se ouvir junto dos deputados para garantir que ligar para uma linha de apoio "não possa ser mais um elemento de agressão".

"Muitas vezes somos convidados, se não formos, claramente bateremos à porta para comunicar o nosso ponto de vista sobre o que deve ser neste caso o texto correto de salvaguarda dos direitos da vítima", finaliza.

https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/nova-lei-das-comunicacoes-pode-colocar-em-risco-vitimas-de-violencia-domestica

Jornal do Centro

Diário

Por dia, são registadas cinco crianças/jovens vítimas de agressão

O Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão é celebrado anualmente a 4 de junho

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou no ano passado (2021) em Portugal 1.959 vítimas que são crianças e jovens. Em média, por dia, são registadas cinco vítimas. Mais de metade são do sexo feminino (59%).

O Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão é celebrado anualmente a 4 de junho, com o objetivo de reconhecer a realidade em que tantas crianças têm que viver e consciencializar para o sofrimento e as consequências futuras que as vítimas de abusos físicos, mentais e emocionais enfrentam.

Em entrevista, a psicóloga, Filipa Ferreira Escada, e a diretora técnica da Associação Viseense Santa Teresinha, Ana Paula Vieira, concordam que "atualmente, os casos que dão entrada na instituição, maioritariamente, são de crianças em fase de adolescência (12-14 anos); que exibem comportamentos de risco (falta de assiduidade e pontualidade na escola; consumo de substância ilícitas, álcool, tabaco; comportamentos agressivos; ausência de regras e limites), comportamentos estes que muitas vezes são reproduzidos devido à exposição a modelos parentais desviantes".

As situações de perigo que estão na origem da situação de acolhimento são, maioritariamente, por negligência, cujo conceito a psicóloga Filipa Escada explica: "a negligência é um tipo de mau trato como, por exemplo, a violência física ou psicológica. Nem sempre se trata de abandono das crianças, mas a falta de cuidados básicos que assegurem o bem-estar da criança é negligência".

A diretora técnica, Ana Paula Vieira, destaca ainda que “com a entrada tardia das crianças com medida de promoção e proteção de menores, a institucionalização é encarada por elas como castigo pelos comportamentos que exibiram, algo que cada vez mais tem sido trabalhado no sentido de esclarecer e explicar a necessidade de proteção para um desenvolvimento saudável que promova o seu bem-estar físico e emocional”.

Qualquer tipo de mau trato atenta contra a satisfação adequada dos direitos e das necessidades fundamentais das crianças e jovens, não garantindo, por este meio, o crescimento e desenvolvimento pleno e integral de todas as suas competências físicas, cognitivas, psicológicas.

Daí resulta a intervenção. “As crianças/jovens vêm com um desenvolvimento perturbado, porque as condições de vida obrigaram a um crescimento forçado e sem passar pelas fases normativas de desenvolvimento infantil. Por esse motivo desenvolvem perturbações de desenvolvimento, que se evidenciam em sintomas/traços ansiosos e depressivos”, salienta a psicóloga em resposta à pergunta sobre os comportamentos e atitudes das vítimas de agressões.

O reconhecimento da realidade em que tantas crianças vivem e a consciência dos problemas e dificuldades que as crianças vítimas de abusos físicos, mentais e emocionais passam durante anos é a bases da Associação Viseense Santa Teresinha. “Todo o trabalho base é, sempre que possível, na reintegração da jovem no seio familiar (nuclear ou alargada), em paralelo com a promoção da autonomia das residentes com vista a uma plena integração na sociedade”, afirmam quer a psicóloga, quer a diretora técnica.

https://jornaldocentro.pt/noticias/diario/criancas-inocentes-vitimas-de-agressao-registam-aumentos-em-2021

Julgamento de Johnny Depp e Amber Heard mostra a importância de falar com adolescentes sobre violência no namoro. Eis 5 conselhos

CNN , Katie Hurley

5 Jun, 21:00

Processo judicial das duas estrelas de Hollywood teve muita visibilidade. E embora o caso fosse sobre difamação, o que ganhou mais notoriedade foi a toxicidade da relação.

Katie Hurley é autora do livro "No More Mean Girls: The Secret to Raising Strong, Confident and Compassionate Girls," [tradução livre: “Não Queremos Mais Raparigas Más: o Segredo para Educar Raparigas Fortes, Confiantes e com Compaixão”] e psicoterapeuta de crianças e adolescentes. É especializada em trabalhar com pré-adolescentes, adolescentes e jovens adolescentes.

Como terapeuta que trabalha com pré-adolescentes, adolescentes e jovens adolescentes, o meu objetivo é ajudá-los a compreender que o amor é um ingrediente essencial para uma relação a dois saudável e íntima. Mas também o são aspectos como a segurança na relação, empatia, confiança e, mais importante, o respeito mútuo. Relações saudáveis crescem a partir de uma semente de respeito mútuo.

Essa não é necessariamente a mensagem que os jovens tiram do julgamento por difamação Johnny Depp-Amber Heard, ou de outros casos judiciais de grande visibilidade. A terapeuta de casais que testemunhou no julgamento Depp-Heard partilhou observações sobre uma relação que incluía altercações físicas e verbais.

Mesmo assim, muita gente na Internet declarara que Depp fora um claro “vencedor” mesmo antes de o júri sequer começar a sua deliberação, mas os detalhes que

emergiram, combinados com a natureza pública do caso, resultaram em mensagens para adolescentes e jovens adultos, à medida que eles assistiam ao desenrolar do caso nas redes sociais.

Uma rapariga de liceu com quem falei comentou que a maioria dos seus colegas rapazes pareciam estar a comemorar, ao fazer publicações “Justiça para o Johnny” nas suas histórias no Instagram. Outra pediu clarificação sobre o termo “abuso mútuo”. A minha própria filha adolescente passou-me o telefone e pediu-me para ajudá-la a percorrê-lo, uma vez que ela não tinha prestado grande atenção ao julgamento, mas muitos dos seus amigos tinha-no claramente feito.

Preocupo-me com as mensagens internalizadas que podem resultar de um caso que revelou comportamentos tóxicos e violência normalizada dentro de uma relação. Enquanto o caso se centrou à volta de processos de difamação, o conteúdo partilhado (e partilhado e partilhado) focou-se numa relação volátil que foi amplamente sensacionalizada nas redes sociais. As nuances de vitimização são difíceis de avaliar a partir de pequenos vídeos com músicas de ouvido.

A violência no namoro entre Adolescentes e jovens adultos não é incomum. As estatísticas compiladas pelo Children's Hospital of Philadelphia mostram que 1 em cada 3 adolescentes nos Estados Unidos é vítima de abuso físico, sexual, emocional ou verbal por parte de um parceiro de namoro. Um estudo conduzido pelo Children's Hospital sobre a violência do parceiro íntimo mostrou que a vitimização começou a aumentar aos 13 anos de idade, mostrou um aumento acentuado entre os 15 e os 17 anos, e continuou a aumentar entre os 18 e os 22.

[Nota: em Portugal, um estudo de 2020 da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta com o apoio do governo e de três faculdades portuguesas, revelou que “58% de jovens que namoram ou já namoraram reportam já ter sofrido pelo menos uma forma de violência por parte de atual ou ex-companheiro/a; e 67% de jovens consideram como natural algum dos comportamentos de violência. O estudo aponta para a elevada prevalência e legitimação de formas específicas de violência como a violência psicológica, aquela exercida através das redes sociais ou as atitudes de controlo (sobre vestuário e hábitos de convívio, entre outros)”.]

Os adolescentes e os jovens adultos precisam de informações rigorosas sobre o desenvolvimento de relações íntimas saudáveis, e sobre como obter ajuda se uma relação se tornar agressiva ou violenta. Os Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA caracterizam a violência no namoro entre adolescentes como uma experiência adversa que pode ter consequências a curto e longo prazo, incluindo depressão e ansiedade, abuso de substâncias, idealizações suicidas e risco de problemas futuros de relacionamento.

Como terapeuta, ouço muita normalização de linguagem que retira poder aos jovens mulheres e LGBTQIA, piadas que ultrapassam os limites e tornam os jovens desconfortáveis, pressão dos pares em torno do sexo e relações íntimas, e agressão relacional que não é verificada nem resolvida.

Os jovens não sabem como lidar com relações complicadas sem apoios postos em prática e educação em torno da definição de fronteiras saudáveis. Os pais podem aproveitar esta oportunidade para falar com pré-adolescentes e adolescentes sobre violência no namoro e como desenvolver relações de namoro saudáveis.

Criar um espaço seguro

Criar um espaço seguro para falar com os adolescentes é útil para compreender a dinâmica do que se passa na sua vida quotidiana fora de casa. Na verdade, os adolescentes dizem-me que anseiam por conversas com os adultos, mas preocupam-se com o julgamento e com as respostas.

"Validar as suas emoções é importante porque as relações entre jovens podem ser incrivelmente carregadas emocionalmente ", disse Alison Trenk, uma assistente social clínica e terapeuta de relações, que trabalha com adolescentes e jovens adultos. "Eles estão a experimentar namoros tendo apenas alguns anos de experiência de vida".

Mas não comece a tentar resolver os seus problemas logo à primeira - Trenk avisa que se se entrar imediatamente em modo de resposta, a conversa será acabada.

Os pais tornam-se uma fonte de confiança para os seus filhos quando abrandam e dedicam tempo a ouvir, a validar emoções, a empatizar com sentimentos complexos e a partilhar informações precisas e recursos para ajudar os seus filhos adolescentes a resolverem as coisas. "Valide primeiro os sentimentos fortes, para que possa falar das nuances nas relações íntimas", aconselhou Trenk.

Fale de relações saudáveis

É um erro presumir que os adolescentes sabem tudo o que precisam de saber sobre o desenvolvimento de relações saudáveis a partir da observação de modelos a seguir. Eles precisam de orientação específica.

Trenk sugere encorajar os adolescentes a explorar os seus valores e a forma como se relacionam com as relações. "Uma pergunta que pode fazer é: como podes avançar para uma ligação saudável que esteja de acordo com os teus valores?"

As relações saudáveis são construídas em cima de confiança, honestidade e respeito. Comece com estes valores, mas peça ao seu filho para acrescentar mais à lista. Juntos, podem fazer uma “nuvem de palavras” com valores que, quando utilizados em relações íntimas, constroem fortes ligações.

Conheça os sinais de aviso

As relações entre os adolescentes podem parecer simultaneamente excitantes e esmagadoras. É fácil eles perderem-se nos momentos altos, mas falharem alguns sinais precoces de alerta de stress numa relação.

Ciúmes e discussões intensas, comportamento controlador, monitorização constante através de aplicações de rastreio ou de mapas, comunicação excessiva, críticas indevidas e pedidos para que um parceiro mantenha segredos sobre o comportamento dentro da relação, são sinais de uma relação pouco saudável.

Examine questões em torno do poder

“Se os adolescentes estiverem a tentar conseguir uma ligação, a exploração do poder não é útil", disse Trenk. "A distribuição desigual da poder conduz à desconexão".

Fale com os seus filhos adolescentes sobre as diferenças de poder que podem ocorrer no contexto das relações. Numa relação saudável, o poder é distribuído uniformemente. Cada pessoa preserva a sua individualidade e sente-se livre para se expressar, porque a

sua relação é construída com base no respeito mútuo. Este é um exemplo de poder positivo.

Diferenças de poder, por outro lado, podem ocorrer quando um parceiro usa a manipulação ou a força para desestabilizar o outro e ganhar o controlo da relação. Este desenvolvimento pode ocorrer gradualmente nas relações entre adolescentes.

Ensine competências de assertividade

Todos os adolescentes precisam de aprender a estabelecer limites saudáveis e a afirmar os seus sentimentos e necessidades numa relação. Uma fronteira é uma linha clara que o seu filho adolescente desenha para manter uma relação saudável, e pode incluir limites físicos, emocionais, sexuais, financeiros e temporais. Ajude o seu adolescente a definir limites saudáveis e como comunicá-los a um parceiro.

A definição de limites pode ser difícil para os adolescentes, que muitas vezes enfrentam a pressão de uma variedade de fontes. Pratique em casa, envolvendo-se em encenações com o seu filho adolescente ou encorajando-o a praticar ao espelho.

Obter ajuda

Se notar mudanças de comportamento no seu filho, incluindo mudanças de humor, hábitos alimentares e de sono, lutas académicas, perda de interesse em atividades diárias habituais, evitar amigos, irritabilidade ou comportamentos altamente reativos, procure ajuda para ele. Embora uma comunicação aberta e honesta, expressa em linguagem de apoio, seja um ótimo princípio, não tem de passar por isto sozinho. Um profissional de saúde mental pode ajudar o seu filho adolescente, e a si, a navegar neste momento difícil.

Se está a passar ou conhece alguém que esteja a passar por uma relação abusiva, a ajuda está disponível no site da APAV – Apoio à Vítima, onde pode ler o manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir, ou ligue pelos telefones 116 006 (linha gratuita) ou 800 219 090 (Linha Internet Segura). Para casos de violência doméstica, a linha de apoio é 800 202 148.

https://cnnportugal.iol.pt/julgamento/johnny-depp/julgamento-de-johnny-depp-e-amber-heard-mostra-a-importancia-de-falar-com-adolescentes-sobre-violencia-no-namoro-eis-5-conselhos/20220605/629ce08f0cf2ea4f0a4e4d59

Delas

ATUALIDADE

Número de mulheres assassinadas em Portugal volta a disparar

07/06/2022

DELAS

Ainda o ano não vai a meio e já há a registar quase tantos femicídios como no total dos 12 meses de 2021. CIG reporta oito mortes em contexto de intimidade no primeiro trimestre de 2022 a que o 'JN' somou já mais cinco até segunda-feira, 6 de junho. "Preocupante", diz APAV

Só no primeiro trimestre deste ano, oito mulheres perderam a vida em contexto de intimidade. Dados da Comissão para a Igualdade de Género (CIG) em exclusivo ao Jornal de Notícias, que soma mais cinco mortes até segunda-feira, 6 de junho.

Contas trágicas que voltam a disparar uma vez que os de 2022, com o primeiro semestre ainda a decorrer foram registados 13 femicídios e que já quase igualam os de 2021, ano em que se registaram 16.

“O número de homicídios conjugais a esta data é claramente assustador”, refere ao Jornal de Notícias o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Para João Lázaro, está-se diante de “uma tendência do período pré-pandémico, o que é preocupante”. Recorde-se que, em 2020 foram registadas 27 vítimas mortais em contexto de violência de género e doméstica.

Ainda neste mês de junho irá arrancar o Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado do INE, que lida com violência de género e violência doméstica, com entrevistadores formados pela APAV, sendo parte de um projeto europeu. Até ao momento, as perguntas não foram divulgadas.

O estudo irá incidir sobre experiências de assédio sexual no trabalho, violência física, sexual, psicológica e económica, bem como violência na infância, para com isso “conhecer melhor a dimensão do fenómeno da violência doméstica e de género, assim como as suas características”, nomeadamente episódios de violência, vítimas e agressores.

https://www.delas.pt/numero-de-mulheres-assassinadas-em-portugal-volta-a-disparar/atualidade/931858/

NOTÍCIASAOMINUTO

Em apenas seis meses, 13 mulheres perderam a vida por violência doméstica

Para "conhecer melhor a dimensão do fenómeno" da violência doméstica e de género, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) lançará, ainda este mês, um inquérito.

Nos primeiros seis meses de 2022, 13 mulheres foram assassinadas em contexto de violência doméstica em Portugal – quase tantas como em 2021, ano em que 16 mulheres perderam a vida às mãos dos companheiros.

De acordo com dados da Comissão para a Igualdade de Género (CIG), com base em estatísticas da Polícia Judiciária, oito mulheres foram assassinadas no primeiro trimestre de 2022. O Jornal de Notícias, por sua vez, dá conta de mais cinco mortes por violência doméstica, num total de 13 femicídios em menos de seis meses.

"O número de homicídios conjugais a esta data é claramente assustador. Parece estar a recuperar a tendência do período pré-pandémico, o que é preocupante", disse João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), àquele meio de comunicação social.

Recorde-se que, nos últimos três meses de 2021, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) registaram 6.730 ocorrências por violência doméstica, menos 880 do que nos três meses anteriores. Somando os doze meses, as forças policiais receberam 26.511 ocorrências, menos 1.108 do que no ano de 2020, o que representa uma quebra de 4%. A tendência parece, contudo, estar a aumentar.

O caso mais recente foi registado na segunda-feira. Conforme informou o Notícias ao Minuto, uma mulher acabou por morrer na manhã de ontem, após ter sido atingida com dois disparos de caçadeira por um homem com quem teria mantido uma relação conjugal. O crime ocorreu em frente do local de trabalho da vítima, na Rua 25 de Abril, em Felgueiras, no Porto. O agressor, que se colocou em fuga, entregou-se no posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Lousada, ainda no mesmo dia.

Dois dias antes, uma mulher foi encontrada com um tiro na cabeça no interior de uma viatura, em Arouca. Acabaria por morrer no Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, para onde teria transportada em estado grave. O alegado agressor, ex-companheiro da vítima, com quem manteve uma relação de 20 anos, terá confessado o crime e tentado pôr termo à vida com uma arma de fogo, à frente dos seis filhos.

Para "conhecer melhor a dimensão do fenómeno" da violência doméstica e de género, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) lançará, ainda este mês, um inquérito, que poderá ser feito pela Internet, por telefone ou de forma presencial, adiantou Francisco Gonçalves de Lima, presidente da entidade, ao Jornal de Notícias.

O objetivo passará por recolher experiências de assédio sexual no trabalho, violência física, sexual, psicológica e económica, complementou o responsável.

https://www.noticiasaominuto.com/pais/2012064/em-apenas-seis-meses-13-mulheres-perderam-a-vida-por-violencia-domestica

Violência doméstica já tirou a vida a 13 mulheres este ano

Mónica Ferreira e
Tiago Rodrigo Alves
Ontem às 06:59

COMENTAR

TÓPICOS
Violência Doméstica
Homicídios
Mulheres
Justiça

Sílvia Mendes foi a última vítima, morta às mãos de um marido violento, em Felgueiras. APAV assustada com aumento dos homicídios conjugais.

https://www.jn.pt/justica/violencia-domestica-ja-tirou-a-vida-a-13-mulheres-este-ano--14921398.html?target=conteudo_fechado

NASCER DO SOL

SOCIEDADE 8 de junho 2022 às 08:07

Três casos de violência doméstica por hora em Portugal

APAV preocupada com aumento dos homicídios conjugais.

Pelo menos 13 mulheres morreram desde o início do ano em contexto de violência doméstica, de acordo com os casos conhecidos, o último o de uma mulher morta a tiro pelo marido esta segunda-feira em Felgueiras. Os casos foram contabilizados pelo Jornal de Notícias, numa altura em que o último balanço oficial é ainda do primeiro trimestre. No relatório trimestral da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género eram contabilizadas, nos primeiros três meses do ano, nove vítimas mortais, oito mulheres e uma criança. No mesmo período do ano passado tinham morrido sete pessoas no contexto de violência doméstica: cinco mulheres e dois homens.

Este balanço aproxima-se, ainda a meio do ano, do total de 16 mulheres assassinadas registado em 2021, ano em que as vítimas baixaram. Apesar de todas as campanhas, a violência doméstica continua a ser um flagelo nacional, com 26 520 participações no ano passado, revelou o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), divulgado no final de maio. São mais de 70 casos por dia, três por hora. Tratou-se, em 2021, de uma descida de 4% face ao ano anterior. Números que poderão vir a ser excedidos de novo este ano. Nos primeiros três meses do ano, foram registadas 6732 ocorrências à PSP e GNR, um número semelhante aos três meses anteriores (6730). Ainda assim, é um número superior ao do período homólogo de 2021, em que foram participadas 5550 agressões no primeiro trimestre.

A APAV mostrou-se preocupada com o aumento de participações e vítimas mortais. João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, teme que se esteja a recuperar a tendência pré-pandemia. “É uma batalha sem fim que tem que ser renovada todos os dias”, defendeu ontem o responsável à TSF. M.F.R.

https://sol.sapo.pt/artigo/773250/tr-s-casos-de-viol-ncia-domestica-por-hora-em-portugal

MARTA F. REIS
08/06/2022 08:05

Pelo menos 13 mulheres morreram desde o início do ano em contexto de violência doméstica, de acordo com os casos conhecidos, o último o de uma mulher morta a tiro pelo marido esta segunda-feira em Felgueiras. Os casos foram contabilizados pelo Jornal de Notícias, numa altura em que o último balanço oficial é ainda do primeiro trimestre. No relatório trimestral da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género eram contabilizadas, nos primeiros três meses do ano, nove vítimas mortais, oito mulheres e uma criança. No mesmo período do ano passado tinham morrido sete pessoas no contexto de violência doméstica: cinco mulheres e dois homens.

Este balanço aproxima-se, ainda a meio do ano, do total de 16 mulheres assassinadas registado em 2021, ano em que as vítimas baixaram. Apesar de todas as campanhas, a violência doméstica continua a ser um flagelo nacional, com 26 520 participações no ano passado, revelou o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), divulgado no final de maio. São mais de 70 casos por dia, três por hora. Tratou-se, em 2021, de uma descida de 4% face ao ano anterior. Números que poderão vir a ser excedidos de novo este ano. Nos primeiros três meses do ano, foram registadas 6732 ocorrências à PSP e GNR, um número semelhante aos três meses anteriores (6730). Ainda assim, é um número superior ao do período homólogo de 2021, em que foram participadas 5550 agressões no primeiro trimestre.

A APAV mostrou-se preocupada com o aumento de participações e vítimas mortais. João Lázaro, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, teme que se

esteja a recuperar a tendência pré-pandemia. “É uma batalha sem fim que tem que ser renovada todos os dias”, defendeu ontem o responsável à TSF.

https://ionline.sapo.pt/artigo/773249/tr-s-casos-de-viol-ncia-domestica-por-hora-em-portugal

JN
Jornal de Notícias

Exposição de menores a violência doméstica pode configurar crime: lei atual é ambígua

Enzo Santos
Ontem às 22:35

COMENTAR

TÓPICOS
Justiça
Violência Doméstica
Lei

Foto: Arquivo

https://www.jn.pt/justica/exposicao-de-menores-a-violencia-domestica-pode-configurar-crime-lei-atual-e-ambigua-14923621.html

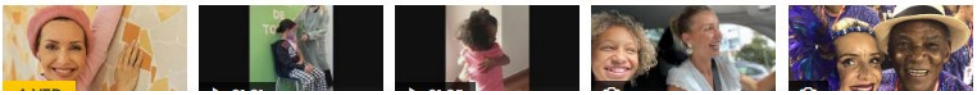
SELFIE

NO INSTAGRAM

Luciana Abreu faz apelo: "Denunciem estes cobardes!"

Recorrendo ao Instagram, a artista Luciana Abreu partilhou uma mensagem emotiva junto das seguidoras.

Igor Pires · Há 1h e 40min



Luciana Abreu decidiu publicar, no Instagram, um importante apelo para as internautas. "A cobardia do homem! Queridas, quando somos reféns do medo, a tendência é piorar, cada vez mais!", começou por exclamar a artista, de 37 anos.

"Vençam o medo, por favor. Denunciem estes cobardes! Procurem ajuda e proteção! Não tenham vergonha que o mundo saiba do que se passa", acrescentou Luciana Abreu.

De seguida, a atriz deixou, ainda, os contactos da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Recorde-se que, há uma semana, Daniel Souza, ex-marido de Luciana Abreu, foi condenado, pelo Tribunal de Cascais, a dois anos e dois meses de prisão pelo crime de violência doméstica, com pena suspensa.

Veja, agora, imagens de Luciana Abreu, nas galerias de fotografias que preparámos para si.

A COBARDIA do homem !

Queridas ,

Quando somos reféns do medo , a tendência é piorar, cada vez mais!

Vençam o medo, por favor🙏

Denunciem estes corbardes !
Tenham coragem e força ❤️
Procurem ajuda e proteção !
Não tenham vergonha que o mundo saiba do que se passa.

https://selfie.iol.pt/luciana-abreu/lua-de-mel/luciana-abreu-faz-apelo-denunciem-estes-cobardes/20220608/62a0500a0cf2ea367d4052b8

Combate à violência doméstica. “Uma batalha sem fim que tem que ser renovada todos os dias”

07 jun, 2022 - 12:37 • Celso Paiva Sol , Olímpia Mairos

A violência doméstica já matou 13 mulheres este ano em Portugal. Números aproximam-se do número total do ano passado, quando morreram 16 mulheres às mãos dos maridos ou namorados.

Foto: DR

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera, face ao número de mulheres mortas este ano em contexto de violência doméstica, que este tipo de crime está a regressar à preocupante média queregistava antes da pandemia.

Este ano já foram assassinadas 13 mulheres, quase tantas como as 16 que morreram o ano passado às mãos dos maridos ou namorados.

De acordo com os dados da Comissão para a Igualdade de Género, nos primeiros três meses deste ano, morreram oito mulheres. Desde essa altura, foram pelo menos mais cinco.

Segundo o presidente da APAV, João Lázaro, esta evolução mostra o regresso à tendência dos últimos anos: “Parece-nos que, passado este interregno, do período de pandemia, se voltou a uma tendência, e uma preocupante tendência anterior, face aos números que havia de homicídio pré-pandemia."

O responsável sinaliza que, “regra geral, cerca de 20 a 25% dos homicídios cometidos por ano, em Portugal, são cometidos no âmbito da violência conjugal, ou seja, são os chamados femicídios e que permanecem preocupantemente estáveis”.

Os dados mostram que a média de vítimas mortais da violência doméstica varia entre os 20 e os 30 casos por ano, embora tenha tido uma redução acentuada em 2021, o segundo ano de pandemia.

João Lázaro reconhece que Portugal tem conseguido desenvolver o seu sistema de prevenção e combate ao fenómeno, mas também diz que é uma batalha sem fim.

“É uma batalha sem fim que tem que ser renovada todos os dias”, defende, destacando que “existem informações que parte destas mulheres não estariam sinalizadas, o que significa que não era do conhecimento nem das organizações de apoio nem da polícia”.

“O que significa também que todo o esforço que se faz, e se faz diariamente, e de uma forma séria de prevenção, é uma batalha que tem que ser renovada sempre”, realça.

Para João Lázaro, é fundamental “criar cada vez mais intolerância de cada um de nós, intolerância das comunidades onde vivemos, face às situações de violência doméstica que são conhecidas e depois melhorar a articulação e a execução, a concretização quotidiana dos direitos das vítimas na articulação entre os tribunais, as autoridades policiais e organizações para ver o que é preciso melhorar, o que é preciso ajustar nas políticas públicas”.

https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/06/07/combate-a-violencia-domestica-uma-batalha-sem-fim-que-tem-que-ser-renovada-todos-os-dias/287492/

DIÁRIO de Notícias
MADEIRA

PAÍS

Inquérito do INE sobre violência de género e doméstica avança para fase de recolha

Agência Lusa 06 jun 2022 07:43

O Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado do INE, que lida com violência de género e violência doméstica, vai para a rua ainda neste mês, com entrevistadores formados pela APAV, sendo parte de um projeto europeu.

Numa entrevista à agência Lusa, a propósito do inquérito sobre as origens étnico-raciais da população, o presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou que o organismo está prestes a iniciar um outro inquérito, desta feita sobre a segurança no espaço público e privado.

"Basicamente lida com violência de género e violência doméstica", adiantou Francisco Gonçalves de Lima, acrescentando que neste caso também foi realizado um inquérito piloto e que este projeto foi coordenado a nível europeu.

Segundo o responsável, o inquérito foi feito na "maior parte dos 27 países [da União Europeia]", de forma voluntária, porque para ser transversal a todos os estados tem de haver consenso não só em termos políticos, mas também técnicos, sobre as matérias.

De acordo com o Francisco Lima, os entrevistadores foram formados com a ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a fase de recolha começa ainda neste mês.

À semelhança do que foi feito no inquérito piloto, este inquérito final será feito com vários modos de recolha de informação, podendo ser feita pela internet, por telefone ou presencial, de modo a "ajustar ao máximo à preferência de quem está a responder".

Este inquérito sobre vitimação é parte de um projeto do Eurostat para disponibilizar estatísticas comparáveis sobre violência doméstica e de género e os resultados deverão estar disponíveis até ao final deste ano.

Irá incidir sobre experiências de assédio sexual no trabalho, violência física, sexual, psicológica e económica, bem como violência na infância, para com isso "conhecer melhor a dimensão do fenómeno da violência doméstica e de género, assim como as suas características", nomeadamente episódios de violência, vítimas e agressores.

https://www.dnoticias.pt/2022/6/6/314406-inquerito-do-ine-sobre-violencia-de-genero-e-domestica-avanca-para-fase-de-recolha/

Diário de Notícias

Silêncio comunitário cria submundo de crimes contra a sexualidade da mulher

Mutilação genital feminina pode ser crime, mas não entra nas estatísticas. O silêncio das vítimas coloca-as "nas cifras negras", garante Carlos Anjos, presidente da Comissão de Acompanhamento de Vítimas de Crimes .E não é o único delito contra a sexualidade da mulher com números desconhecidos.

A Associação Mulheres sem Fronteiras tem tentado combater a mutilação genital feminina.© Direitos reservados

Ana Martins Ventura
07 Junho 2022 — 00:08

TÓPICOS
- mutilação genital feminina
- Sexualidade
- crime
- Sociedade

Ana tem 18 anos e o direito à sexualidade plena anulado para sempre. O mesmo pode acontecer a Marian e Nafide, quando seguirem viagem do Vale de Amoreira, concelho da Moita, até à Guiné-Bissau. Em breve vão viver, possivelmente, um "Verão de fanadu", a expressão utilizada pelas adolescentes de 15 e 16 anos para nomear a mutilação genital feminina. Pelo que os anciãos contam, "já estão atrasadas, deviam ter sido cortadas antes de menstruarem". Um grito de "não" acompanha a contagem decrescente e tenta sair para lá das torres do bairro. É a catequista do Islão quem as silencia, com a desculpa de "um atraso para chegar à aula". Fotografias? "Também são impossíveis."

O silêncio coloca Marian e Nafide a um passo de se tornarem cifras negras no número de crimes contra a sexualidade "onde desde a violação, à mutilação genital e casamento forçado há milhares de atos por denunciar", afirma ao DN Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima contabilizou em 2021 menos de 2000 denúncias.

Para a comunidade guineense "fanadu é aceite como uma tradição religiosa, sendo na realidade com risco de saúde iminente para meninas e mulheres, com noção dessa faca apontada", conta Alexandra Luís Alves, cofundadora da Associação Mulheres Sem Fronteiras, entidade dedicada à erradicação de crimes cometidos contra as mulheres.

Há na geração de 40 anos, filhos dos primeiros imigrantes guineenses, quem rejeite tradições, proteja as suas filhas e assuma a missão de passar aos filhos a mensagem de que "fanadu não pode ser aceite nem executado, mas o caminho ainda é muito longo".

A Associação Mulheres Sem Fronteiras deu início ao combate contra o fanadu há dez anos envolvendo dez centros de saúde. Em 2018 a 2019 identificou 60 casos após consultas de planeamento familiar e obstetrícia. "A partir daí os números duplicaram para 101 casos em 2020 e 141 em 2021, uma parte muito residual da realidade".

A ativista estima que em Portugal haja 6500 casos de fanadu por identificar. No concelho da Moita só há estimativas, "dados certos são zero". Uma repetição do que acontece com outros crimes contra a sexualidade, liberdade e segurança física e emocional de mulheres portuguesas ou residentes em Portugal e que nunca foram denunciados, "nessa lista estimam-se 8000 casos desconhecidos".

Para que os números passem de cifras negras a realidade "muito depende dos médicos e enfermeiros do Serviço Nacional de Saúde identificarem e denunciarem os crimes, quando o desconhecimento da marca da excisão e a objeção de consciência são um grande problema".

Nas escolas a envolvência é crescente. Só no concelho da Moita 33 professores e 1300 alunos participam no combate a crimes contra a sexualidade da mulher. Um ativismo que para muitas jovens mulheres resultou em autoconhecimento de si mesmas. Explica Alexandra Luís que "antes das aulas e workshops sobre estes temas muitas mulheres não sabiam o que se passava com o seu corpo e nos seus relacionamentos".

Zeladora do que interpreta como tradições religiosas do islamismo, a comunidade guineense do concelho da Moita passa atos de geração em geração, "rejeitando a conotação de crime no fanadu, sequestro ou casamentos forçado", explica Alexandra Luís. Prova das tradições mal interpretadas é o facto de "todas as mães destas jovens terem sido vítimas de mutilação genital e casamento combinado, embora tenham crescido em Portugal".

Ana é exemplo do que apesar da luta e dos argumentos continua a ser defendido como tradição religiosa. Foi assim com a mãe, antes com a avó, "o que havia para duvidar", conta a jovem que gostava de estudar medicina. Afinal, segundo o que aprendeu na catequese e em casa "no islamismo a higiene, a purificação do corpo é muito importante, então é fácil contar às meninas era que se não forem ao fanadu ficam sujas e impuras".

Na Guiné as outras mulheres da família disseram-lhe "contigo não vai ser diferente, se não ficarás impura, o teu marido não te vai querer nem poderás cozinhar. Ficarás só".

Marian e Nafide cresceram com uma abordagem diferente. Mães e pais, "falam de uma tradição com a qual não concordam, só ainda não vêm bem como um crime, mais como cultura ultrapassada". Mesmo assim, "acreditam na luta contra o fanadu, desde Portugal à Guiné-Bissau", afirma Marian.

Rolaisa tem 24 anos e em criança foi símbolo dessa luta geracional contra tradições. Sempre escutou a mãe contar "um dia a tua prima ficou no teu lugar". Quando tinha alguns meses de vida os pais foram à Guiné-Bissau e levaram-na. Um dia, enquanto a mãe de Rolaisa preparava o biberon escutou um tumulto e cânticos dentro de casa. Era o fanadu da sua filha, preparado pelas mulheres mais velhas, sem perguntarem nada mais.

A jovem atriz e apresentadora admite que "uma mãe apoiada com força para dizer "não" e com apoio do marido é grande exceção na Guiné-Bissau". Ter conseguido salvar

a filha seria pura vitória se a história terminasse aqui, "só que o fanadu já estava pago, a avó e o líder religioso da aldeia disseram que naquele dia alguém tinha que ir e outra bebé foi excisada", a prima de Rolaisa.

Abdul Gafar, imã da comunidade islâmica de Palmela faz questão de esclarecer que "agir contra a sexualidade e liberdade de uma mulher nada tem a ver com tradições religiosas do islamismo, nem está escrito em parte alguma do Alcorão".

O líder religioso tem resposta para todas as interpretações distorcidas que lhe apresentam defendendo que "só porque o profeta Mohamed viu alguém fazer fanadu ou forçar e casamento e nada disse, apenas voltou o rosto, o que não quer dizer que aprovasse, ninguém sabe qual era a expressão seu rosto".

Uma questão de silêncio

Em 2021, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou e acompanhou 1 727 crimes sexuais, dos quais 1416 foram cometidos contra crianças e jovens, a maioria do sexo feminino. Nestes números estão excluídos casos de mutilação genital feminina.

Ao Diário de Notícias a direção da associação afirma-se "disponível para apoiar vítimas de mutilação genital feminina". No entanto, "muito raramente a APAV tem contacto com estas situações".

Fanadu é um crime contra a sexualidade que nem entra nas estatísticas do Relatório Anual de Segurança Interna. "Está nas cifras negras e muito provavelmente às centenas por ano", garante Carlos Anjos, presidente da Comissão de Acompanhamento de Vítimas de Crimes.

O ex-inspetor da Polícia Judiciária nunca acompanhou uma investigação por este crime desde que assumiu a presidência da comissão e alerta para "um submundo social nos crimes sexuais e contra a sexualidade, assim como na violência doméstica, com a maior parte dos casos a serem escondidos pelas vítimas". Só na violência doméstica uma mulher leva, em média, 20 anos para apresentar queixa, levar o caso adiante a ir a julgamento é outra questão.

A Comissão de Acompanhamento de Vítimas de Crimes acompanha por ano 350 a 400 pedidos de vítimas de violência doméstica, dos quais apenas 170 seguem para casa abrigo. Decisão minoritária porque "a maior parte das mulheres mantém-se a viver com o agressor por questões económicas, pelos filhos. Em outros casos não prestam declarações e o caso é arquivado, o que impede qualquer apoio financeiro e social por parte da comissão".

Os abusos sexuais de crianças acompanhados por ano são cerca de 20, com as meninas a representarem o maior número de vítimas e as mais difíceis de apoiar porque "os crimes de natureza sexual cometidos contra meninas acontecem na esfera da família, o que torna quase impossível uma voz ativa"

Uma criança de seis anos pode apresentar queixa contra os pais e pedir indemnização, desde a data do crime até um ano após atingir a maioridade. Mas, "se a vítima continuar a viver com os pais não tem direito a receber qualquer indemnização "caso contrário o Estado correria o risco de alimentar o agressor".

Quem falará?

O rastreio da mutilação genital feminina é outro desafio. Ao abrigo da lei médicos de família, pediatras, enfermeiros, são obrigados a fazer denúncia e não fazem.

"Sendo um crime semipúblico a mutilação genital, tal como outros crimes sexuais e contra a sexualidade dependem da queixa da vítima, o que não impede que as autoridades de saúde tenham a responsabilidade civil de fazer denúncia sempre que identifiquem um caso", defende Carlos Anjos.

Mesmo que este dever médico fosse seguido à risca "com quantos anos o crime estaria a ser identificado no corpo da mulher? E quererá ou poderá a vítima dar prosseguimento ao alerta dado pelas autoridades de saúde?". É que não tendo poder social para o embate, "a mulher auto silencia-se com medo".

A imposição do silêncio mantém-se nos crimes de tráfico humano. Nos 11 anos de presidência da Comissão de Acompanhamento a Vítimas de Crimes, Carlos Anjos apenas teve em mãos três casos de tráfico humano e todos a envolver mulheres, vítimas de redes de exploração sexual. "Em 11 anos os três casos de mulheres vítimas de tráfico humano são os únicos? Não. Mas as vítimas fogem das autoridades, por medo, vergonha. O mesmo silêncio ensombra a violação, casamento forçado, perseguição, com milhares de queixas-crime e condenações por fazer".

Carlos Anjos tem estratégias idealizadas para o fim do silêncio. Médicos e enfermeiros forenses no Serviço Nacional de Saúde são uma das sugestões "porque se as queixas não se concretizam é porque as vítimas não conseguem ultrapassar as barreiras sociais".

Seguida dos profissionais viria "uma grande campanha nacional sobre crimes sexuais assente na importância do consentimento porque a sexualidade só deve ser aceite se houver concordância dos dois lados". Carlos Anjos reconhece que "podem ser ideias já tentadas, certamente não foram repetidas o suficiente, afinal a justiça resolve o crime não o fenómeno social".

dn.pt/edicao-do-dia/07-jun-2022/silencio-comunitario-cria-submundo-de-crimes-contra-a-sexualidade-da-mulher-14920250.html

NOTÍCIASAOMINUTO

Inquérito sobre violência de género e doméstica em fase de recolha

O Inquérito sobre Segurança no Espaço Público e Privado do INE, que lida com violência de género e violência doméstica, vai para a rua ainda neste mês, com entrevistadores formados pela APAV, sendo parte de um projeto europeu.

Numa entrevista à agência Lusa, a propósito do inquérito sobre as origens étnico-raciais da população, o presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou que o organismo está prestes a iniciar um outro inquérito, desta feita sobre a segurança no espaço público e privado.

"Basicamente lida com violência de género e violência doméstica", adiantou Francisco Gonçalves de Lima, acrescentando que neste caso também foi realizado um inquérito piloto e que este projeto foi coordenado a nível europeu. Segundo o responsável, o inquérito foi feito na "maior parte dos 27 países [da União Europeia]", de forma voluntária, porque para ser transversal a todos os estados tem de haver consenso não só em termos políticos, mas também técnicos, sobre as matérias.

De acordo com o Francisco Lima, os entrevistadores foram formados com a ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a fase de recolha começa ainda neste mês.

À semelhança do que foi feito no inquérito piloto, este inquérito final será feito com vários modos de recolha de informação, podendo ser feita pela internet, por telefone ou presencial, de modo a "ajustar ao máximo à preferência de quem está a responder".

Este inquérito sobre vitimação é parte de um projeto do Eurostat para disponibilizar estatísticas comparáveis sobre violência doméstica e de género e os resultados deverão estar disponíveis até ao final deste ano.

Irá incidir sobre experiências de assédio sexual no trabalho, violência física, sexual, psicológica e económica, bem como violência na infância, para com isso "conhecer melhor a dimensão do fenómeno da violência doméstica e de género, assim como as suas características", nomeadamente episódios de violência, vítimas e agressores.
https://www.noticiasaominuto.com/pais/2011200/inquerito-sobre-violencia-de-genero-e-domestica-em-fase-de-recolha

COMUNIDADE
CULTURA
e ARTE

Já estão abertas as candidaturas para o prémio APAV para jornalismo

por **Comunidade Cultura e Arte**, 7 Junho, 2022

SOCIEDADE

PUB A APAV lança a 4.ª edição do Prémio APAV para o Jornalismo, acreditando que a qualidade, a relevância e a importância do jornalismo feito em Portugal deve ser reconhecida.

O Prémio é atribuído anualmente à melhor peça jornalística — nas categorias Imprensa, Rádio, Televisão, Jornalismo Digital ou Ilustração/Cartoon — que, no ano anterior, tenha contribuído para o conhecimento dos temas ou problemas relacionados com o apoio às vítimas de crime em Portugal.

As peças jornalísticas a concurso devem ser submetidas através do formulário online, até 31 de julho de 2022.

O Prémio APAV para o Jornalismo tem um valor monetário de 1.500 euros e conta com o apoio do El Corte Inglés. O regulamento e formulário de candidatura podem ser consultados aqui.

https://comunidadeculturaearte.com/ja-estao-abertas-as-candidaturas-para-o-premio-apav-para-jornalismo/

FLASH!

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Marta Gil mostra-se toda negra depois de ter sido "agredida": "Isto é grave e está a acontecer"

Atriz está revoltada e deixa alerta às mulheres.

08 de junho de 2022 às 16:33

Marta Gil está revoltada com os números negros da violência doméstica, que este ano já causaram a morte de 13 mulheres às mãos dos maridos e ou namorados.

A situação é dramática e motivou a atriz a um alerta, recorrendo a uma imagem muito forte dela agredida numa banheira, uma imagem de um filme em que participou e que agora usou para chamar a atenção de todos.

"As notícias sobre o aumento do número de vitimas mortais de violência doméstica são preocupantes", começou por dizer a comentador do 'Big Brother'. "Já morreram 13 mulheres em Portugal este ano e ainda estamos em junho (...) Os números são graves e sei que um post não ajuda em nada mas se ajudar para alertar já vale a pena. Sei que muitas vezes o medo impede muitas mulheres de falar, o medo, a vergonha, o não saber se acreditarão nelas. O caminho de falar pode ser muito duro mas pode evitar consequências fatais".

A atriz diz ainda que é preciso falar e denunciar: "Fala... fala por ti... fala pelo teu futuro! Mas fala, evita o pior, se és simplesmente uma amiga ou amigo que desconfia de algo, fala também, isto tem de acabar e só se usarmos a nossa voz é que podemos contribuir para o fim. Não se morre no amor, morre-se em contexto de violência doméstica! Sinto uma grande impotência em relação a este tema...isto é grave e está a acontecer aqui, ao nosso lado!"

Marta Gil deixa o conselho para que as vítimas liguem para a APAV, através do 116 006, e relatem o que lhes está a acontecer.

E remata, explicando a imagem em que surge violentada: "É de um filme onde fiz uma personagem vítima de violência domestica, aqui é ficção mas esta imagem representa a realidade de muitas mulheres".

https://www.flash.pt/celebridades/nacional/detalhe/marta-gil-mostra-se-toda-negra-depois-de-ter-sido-agredida-isto-e-grave-e-esta-a-acontecer

atelevisão

Marta Gil deixa desabafo sobre aumento de vítimas mortais por violência doméstica: "Os números são graves..."

8 de Junho de 2022 Tiago Ferreira

Marta Gil reagiu às recentes notícias sobre o aumento exponencial de vítimas mortais por violência doméstica.Marta Gil recorreu na manhã desta quarta-feira, dia 08 de junho, para deixar um desabafo sobre o número de vítimas mortais por violência doméstica que têm aumentado exponencialmente em Portugal, que o ano passado o nosso país contabilizou 16 vítimas.

"As notícias sobre o aumento do número de vitimas mortais de violência doméstica são preocupantes. Já morreram 13 mulheres em Portugal este ano e ainda estamos em Junho. Eu sei que as redes sociais estão inundadas de felicidade e coisas bonitas mas tem de servir para mais do que isso. Os números são graves e sei que um post não ajuda em nada mas se ajudar para alertar já vale a pena", começou por escrever.

"Sei que muitas vezes o medo impede muitas mulheres de falar, o medo, a vergonha, o não saber se acreditarão nelas. O caminho de falar pode ser muito duro mas pode evitar consequências fatais. Fala... fala por ti... fala pelo teu futuro! Mas fala, evita o pior, se és simplesmente uma amiga ou amigo que desconfia de algo, fala também, isto tem de acabar e só se usarmos a nossa voz é que podemos contribuir para o fim", apelou a atriz.

"Não se morre no amor, morre-se em contexto de violência doméstica! Sinto uma grande impotência em relação a este tema...isto é grave e está a acontecer aqui, ao nosso lado!", acrescentou, ao deixar os contactos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

https://www.atelevisao.com/tvi/marta-gil-deixa-desabafo-sobre-aumento-de-vitimas-mortais-por-violencia-domestica-os-numeros-sao-graves/

infocul.pt

Luciana Abreu volta a falar da condenação do ex-marido: “Foi difícil engolir...”

Por **Redacção** — Junho 9, 2022

Luciana Abreu volta a falar da condenação do ex-marido: “Foi difícil engolir...”, em entrevista à TV Guia.

Luciana Abreu venceu o processo em tribunal contra o ex-marido, Daniel Souza, que foi condenado a dois anos e quatro meses de pena suspensa, para além de não se poder aproximar da artista durante dois anos, a não ser sobre assuntos relacionados com as filhas gémeas, Amoor e Valentine.

Tem que pagar três mil euros de indemnização por danos morais, mais os juros de mora, e vai ter que frequentar um programa para agressores.

“Não quero um pai preso para as minhas filhas. Apenas queria – e foi por isso que sempre lutei – que se soubesse a verdade. Não queria limpar a minha imagem, como disseram, queria que se fizesse justiça. Tanto nesta situação como com o Yannick. Pretendia que as pessoas soubessem a verdade, já que a minha vida foi exposta desta maneira”, explicou à TV Guia.

O dinheiro da indemnização vai ser doado à APAV para “incentivar mais mulheres a fazerem denúncias quando são vítimas como eu fui”.

“Ele é obrigado a pagar metade das despesas de escola, saúde, transportes e não dá nada. Não quer saber das filhas! Ele só começou a pagar a pensão de alimentos quando o tribunal o obrigou”, explicou.

“Foi muito difícil engolir a injustiça e a mentira meses a fio (...). Foi muito violento para mim. Não estava à espera. Nunca tinha estado num julgamento destes e foi difícil“, confessou.

https://infocul.pt/luciana-abreu-volta-a-falar-da-condenacao-do-ex-marido-foi-dificil-engolir/

Impala news
PORTAL DE NOTÍCIAS

Luciana Abreu quebra silêncio sobre condenação do ex-marido

ENTRETENIMENTO

9 Jun 2022 | 11:00

Luciana Abreu falou sobre o caso jurídico que a opôs a Daniel Souza e que terminou com o ex-marido da atriz e cantora a ser condenado a dois anos e quatro meses de prisão por violência doméstica.

O ex-marido de Luciana Abreu, Daniel Souza, foi condenado no passado dia 1 de junho a dois anos e quatro meses de pena suspensa por violência doméstica e ao pagamento uma indemnização, por danos morais, de três mil euros à atriz, cantora e apresentadora. Depois de ter agradecido, através das redes sociais, todo o apoio que sentiu ao longo do período em que o caso esteve a ser julgado, a estrela da SIC falou abertamente sobre este período conturbado.

“Não quero um pai preso para as minhas filhas. Apenas queria – e foi por isso que sempre lutei – que se soubesse a verdade. Não queria limpar a minha imagem, como disseram, queria que se fizesse justiça. Tanto nesta situação como com o Yannick [Djaló]. Pretendia que as pessoas soubessem a verdade, já que a minha vida foi exposta desta maneira”, declarou Luciana Abreu a uma revista semanal, acrescentando que “foi muito difícil engolir a injustiça e a mentira meses a fio”.

Sobre o facto de ver a sua vida íntima exposta em tribunal, Lucy não esconde que “foi muito violento”. “Não estava à espera. Nunca tinha estado num julgamento destes e foi difícil”, confessou à TV Guia. De lembrar que, em tribunal, o juiz Rui Pedro Luís detalhou a acusação durante a leitura da sentença e expôs publicamente insultos e agressões de que atriz terá sido alvo. Luciana Abreu disse ter sido obrigada a ter sexo durante a altura

em que foram casados e terá ouvido expressões como: “Não serves para nada, nem para f*d**”, “Chupa-me os co*****”, “Vai-te f****”, “P*t* que te pariu” e “És uma inútil”, como lhe contámos aqui.

O rosto da SIC adiantou ainda que o dinheiro da indemnização será “todo doado à APAV”: “Para incentivar mais mulheres a fazerem denúncias quando são vítimas como eu fui”, justificou. Daniel Souza, com quem Luciana tem duas filhas, as gémeas Amoor e Valentine, terá ainda de cumprir um programa específico de prevenção de violência doméstica e ficou proibido de contactar a artista durante dois anos.

Luciana Abreu obrigada a fazer terapia da fala

À mesma publicação, a eterna Floribela contou ainda que teve de “esperar”, desde que se separou, em 2019, “para voltar a cantar”: “Ainda não canto como gostaria, como cantava. Estou a recuperar aos poucos. Vou ter de fazer terapia da fala porque fiz um hematoma numa corda vocal por gravar com excesso de cansaço. Agora, quero seguir em frente, trabalhar e estar com as minhas filhas e família”.

https://www.impala.pt/famosos/nacionais/luciana-abreu-foi-muito-violento-atriz-quebra-o-silencio-sobre-condenacao-do-ex-marido/

tv7 DIAS Impala

"Não quero um pai preso para as minhas filhas": Luciana Abreu sobre condenação do "ex"

Luciana Abreu falou sobre o caso jurídico que a opôs a Daniel Souza e que terminou com o ex-marido da atriz e cantora a ser condenado a dois anos e quatro meses de prisão por violência doméstica.

09 Jun 2022 | 16:40

O ex-marido de Luciana Abreu, Daniel Souza, foi condenado no passado dia 1 de junho a dois anos e quatro meses de pena suspensa por violência doméstica e ao pagamento uma indemnização, por danos morais, de três mil euros à atriz, cantora e apresentadora. Depois de ter agradecido, através das redes sociais, todo o apoio que sentiu ao longo do período em que o caso esteve a ser julgado, a estrela da SIC falou abertamente sobre este período conturbado.

"Não quero um pai preso para as minhas filhas. Apenas queria – e foi por isso que sempre lutei – que se soubesse a verdade. Não queria limpar a minha imagem, como disseram, queria que se fizesse justiça. Tanto nesta situação como com o Yannick [Djaló]. Pretendia que as pessoas soubessem a verdade, já que a minha vida foi exposta desta maneira", declarou Luciana Abreu a uma revista semanal, acrescentando que "foi muito difícil engolir a injustiça e a mentira meses a fio".

Sobre o facto de ver a sua vida íntima exposta em tribunal, Lucy não esconde que "foi muito violento". "Não estava à espera. Nunca tinha estado num julgamento destes e foi difícil", confessou à TV Guia. De lembrar que, em tribunal, o juiz Rui Pedro Luís detalhou a acusação durante a leitura da sentença e expôs publicamente insultos e agressões de que atriz terá sido alvo. Luciana Abreu disse ter sido obrigada a ter sexo durante a altura em que foram casados e terá ouvido expressões como: "Não serves para nada, nem para

f*d**", "Chupa-me os co*****", "Vai-te f****", "P*t* que te pariu" e "És uma inútil", como lhe contámos aqui.

O rosto da SIC adiantou ainda que o dinheiro da indemnização será "todo doado à APAV": "Para incentivar mais mulheres a fazerem denúncias quando são vítimas como eu fui", justificou.

Daniel Souza, com quem Luciana tem duas filhas, as gémeas Amoor e Valentine, terá ainda de cumprir um programa específico de prevenção de violência doméstica e ficou proibido de contactar a artista durante dois anos.

Luciana Abreu obrigada a fazer terapia da fala

À mesma publicação, a eterna Floribela contou ainda que teve de "esperar", desde que se separou, em 2019, "para voltar a cantar": "Ainda não canto como gostaria, como cantava. Estou a recuperar aos poucos. Vou ter de fazer terapia da fala porque fiz um hematoma numa corda vocal por gravar com excesso de cansaço. Agora, quero seguir em frente, trabalhar e estar com as minhas filhas e família".

https://www.tv7dias.pt/nao-quero-um-pai-preso-para-as-minhas-filhas-luciana-abreu-sobre-condenacao-do-ex

NOTÍCIASAOMINUTO

Violência doméstica. "Estamos a retomar a triste trajetória pré-pandemia"

Beatriz Cavaca - 9/06

Reagir Comentários Partilhar Guardar

João Lázaro, presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), é o convidado desta quinta-feira do Vozes ao Minuto.

© Global Imagens
João Lázaro, presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), é o convidado desta quinta-feira do Vozes ao Minuto.

Nos primeiros seis meses de 2022, 13 mulheres foram assassinadas em contexto de violência doméstica em Portugal. Nesse sentido, o Notícias ao Minuto falou com João Lázaro, presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), desde 2012, e presidente do Victim Support Europe.

Em entrevista, o responsável explicou como este fenómeno está a retomar "a triste trajetória que existia na pré-pandemia" e como "o conhecimento é essencial para se definir e corrigir políticas públicas".

Recorde-se que, nos últimos três meses de 2021, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) registaram 6.730 ocorrências por violência doméstica, menos 880 do que nos três meses anteriores. Somando os doze meses, as forças policiais receberam menos 1.108 ocorrências do que no ano de 2020, o que representa uma quebra de 4%. A tendência parece, no entanto, estar a aumentar.

Nos primeiros seis meses de 2022, 13 mulheres foram assassinadas em contexto de violência doméstica, o que equivale a quase tantas como em todo o ano de 2021, em que 16 mulheres perderam a vida às mãos dos companheiros. "Um dado chocante" para o presidente da APAV.

13 mortes? É claramente um alerta, a meio do ano, para todos os que lidam e tem responsabilidades nesta área reforcem a ação

Qual é a razão que encontra para existirem já 13 femicídios em menos de seis meses, sendo que a violência doméstica estava inclusivamente a diminuir?

A primeira nota é que, claramente, mesmo que seja uma mulher assassinada, ou seja, vítima de femicídio, é um dado chocante. É algo que nos preocupa e que nos choca, como Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que somos. Os valores que são apresentados, que são uma mistura entre valores oficiais e uma atualização através de um órgão de comunicação social, indicam que, nesta altura, estaremos já com um valor muito próximo do valor registado no ano anterior.

A questão é que o valor do ano anterior, e ainda não há dados quantitativos para isso, foi um ano atípico, com baixo número de homicídios no âmbito de femícídio. Regra geral, nos últimos anos, mesmo antes da pandemia, o número de femicídios - o número de desfechos fatais às mãos de agressores - rondava a casa dos 20, representando regra geral 20% a 25% dos homicídios registados por ano no país, que são regra geral também cerca de 100.

Isto significa que estamos a retomar a triste trajetória que existia pré-pandemia.

O que leva os casos de violência doméstica a escalar para femicídios? Acredita que vamos ter números piores?

Não gostaríamos de fazer essa previsão, porque é claramente uma previsão derrotista para quem, todos os dias, como a APAV há 32 anos, batalha e combate e defende as vítimas de crime. Agora é claramente um alerta, a meio do ano, para todos os que lidam e tem responsabilidades nesta área reforcem a ação, para tentar que esta não seja uma realidade até ao final do ano.

Estes números refletem uma realidade muito diferente, refletem que as vítimas que não eram sinalizadas, ou seja, que ninguém em termos de estruturas quer de apoio, quer de justiça ou policiais saberiam que eram vítimas. Poderia saber a comunidade e isso alerta-nos para toda a batalha diária da prevenção da consciencialização.

Ou seja, hoje há uma pessoa que está sensível à mensagem sobre parar e sair de violência doméstica, amanhã não está e vice-versa. E depois também temos de ver o que é que se pode melhorar na análise do que correu mal nalguns casos, nomeadamente nos casos fatídicos. Seja na articulação entre as várias entidades públicas de justiça e autoridades judiciais, seja em outras ligadas ao apoio para poder melhor corrigir políticas públicas.

Porque é que as vítimas não procuram ajuda mais cedo, antes de chegar a este extremo (do femicídio)?

Existe uma variedade imensa de fatores explicativos. Nomeadamente, a desconsideração. A desconsideração própria - pela gravidade ou pelo facto de muitas destas mulheres estarem isoladas - e toda a estratégia da pessoa agressora de isolamento económico, familiar, que pode fazê-las acreditar que muito do que acontece é culpa delas.

Existe toda uma série de fatores, muitas vezes por falta de informação, daí a renovação de informação, da prevenção e da sensibilização permanente. Há aqui inúmeras razões que podem levar alguém a não ter pedido ajuda, até não terem existido sinais para a própria vítima que tal podia acontecer.

A complexidade causal destes casos é bastante diversa e, claramente, se pode retirar fatores, mas cada caso é realmente um caso.

O INE vai lançar um inquérito para conhecer melhor o fenómeno da violência doméstica em Portugal, em que é que este inquérito pode ajudar?

Conhecer a dimensão do fenómeno, conhecer a própria perceção do fenómeno com um inquérito à população é essencial. O conhecimento é essencial para se definir e corrigir políticas públicas.

As políticas públicas existem para que não haja dúvida. Existem respostas, existem muitas organizações da sociedade civil, do estado, das comunidades que estão muito empenhadas e que fazem um trabalho todos os dias, mas os fenómenos são dinâmicos e conhecer em cada momento o fenómeno e as características é essencial para melhor intervir e melhor fazer gestão de políticas publicas, a sua correção, a sua afinação, para que os resultados possam ser mais eficazes. Nomeadamente, [diminuir] as cifras negras da violência doméstica e proporcionar mais apoio e, no caso específico dos femicídos, reduzir os valores que anualmente representam em termos de homicídios registados.

O fenómeno de violência endémico e permanente nas sociedades que não só a portuguesa

O que está a falhar na sociedade e nas autoridades para que estes fenómenos continuem a acontecer?

Sem querer relativizar, a violência doméstica é claramente o fenómeno de violência endémico e permanente nas sociedades que não só a portuguesa. Calcula-se que uma em cada cinco mulheres na Europa seja vítima de violência durante a sua vida, portanto, isso é algo que claramente é um fenómeno muito preocupante nas várias sociedades e nos vários países europeus.

Agora, há vários fatores, como a questão da prevenção, que existe mas tem de ser renovada, melhorada e praticada sempre. E há aqui também a questão de melhorar a própria articulação do sistema social às necessidades e às preocupações de efetivação dos direitos das vítimas, porque muitas vezes o tempo da justiça não é o tempo das vítimas.

Como é que se pode alterar esta tendência de aumento de casos já este ano, tendo em conta que ainda estamos a meio do ano?

Todos nós, inclusivamente, cada um de nós como cidadãos têm um papel a fazer. Ou seja, de alguém que pode ajudar e apoiar a falar ou quebrar o silêncio. Claramente, também é um alerta para todos nós de organizações públicas e privadas que têm responsabilidade, para aumentar os alertas e a sua capacidade de sensibilização de alertar para os perigos e para todos os riscos que as vítimas de violência doméstica podem ter. É, claramente, um alerta para a comunidade portuguesa em geral.

A APAV lembra que para o apoio a vítima de violência doméstica existe a Linha de apoio à Vítima. Disponível, todos os dias das 08h00 às 22h00, através do número 116 006 ou através do endereço www.apav.pt – apav.sede@apav.pt.

https://www.msn.com/pt-pt/noticias/ultimas/viol-c3-aancia-dom-c3-a9stica-estamos-a-retomar-a-triste-trajet-c3-b3ria-pr-c3-a9-pandemia/ar-AAYfsul

Luciana Abreu mostra-se afetada com a vida íntima exposta em tribunal: "Foi violento"

Tiago Firmino

09/06/2022

Fotografia:: Instagram Luciana Abreu

Depois do ex-marido, Daniel Souza, ter sido condenado por violência doméstica, Luciana Abreu mostrou-se arrasada por ter visto a sua vida íntima exposta em tribunal.

A cantora admitiu que não quer que o seu ex-companheiro esteja preso devido às filhas que têm em comum, Amoor e Valentine. Lembre-se que Daniel Souza foi condenado a dois anos e quatro meses de pena suspensa e uma indemnização de três mil euros.

"Não quero um pai preso para as minhas filhas. Apenas queria – e foi por isso que sempre lutei – que se soubesse a verdade", começou por dizer à revista "TV Guia", assegurando de seguida: "Não queria limpar a minha imagem, como disseram, queria que se fizesse justiça. Tanto nesta situação como com o Yannick. Pretendia que as pessoas soubessem a verdade, já que a minha vida foi exposta desta maneira".

Durante as audiências, a também apresentadora viu a sua vida íntima ser detalhada: “Foi muito violento”, afirmou a artista, referindo que “não estava à espera” porque “nunca tinha estado num julgamento” deste género.

A apresentadora do “Domingão”, da SIC, garantiu que o dinheiro que vai receber do ex-marido vai reverter para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para “incentivar mais mulheres a fazerem denúncias”.

Além das gémeas, Amoor e Valentine, Luciana Abreu também é mãe das filhas mais velhas, Lyonce e Lyannii, que nasceram durante o relacionamento terminado com Yannick Djaló.

https://www.n-tv.pt/acontece/luciana-abreu-mostra-se-afetada-com-a-vida-intima-exposta-em-tribunal-foi-violento/799706/

GENTE NOVA

LUCIANA ABREU

OBRIGADA A FAZER TERAPIA DA FALA APÓS "GRAVAR COM EXCESSO DE CANSAÇO"

Sex, 10/06/2022 - 15:05

Luciana Abreu diz que fez um hematoma numa corda vocal por gravar com excesso de cansaço. Agora, terá de fazer terapia da fala para voltar a cantar "cantava

LUCIANA ABREU OBRIGADA A FAZER TERAPIA DA FALA

O ex-marido de Luciana Abreu, Daniel Souza, foi condenado no passado dia 1 de junho a dois anos e quatro meses de pena suspensa por violência doméstica e ao pagamento uma indemnização, por danos morais, de três mil euros à atriz, cantora e apresentadora. Depois de ter agradecido, através das redes sociais, todo o apoio que sentiu ao longo do período em que o caso esteve a ser julgado, a estrela da SIC falou abertamente sobre este período conturbado.

"Não quero um pai preso para as minhas filhas. Apenas queria - e foi por isso que sempre lutei - que se soubesse a verdade. Não queria limpar a minha imagem, como disseram, queria que se fizesse justiça. Tanto nesta situação como com o Yannick [Djaló]. Pretendia que as pessoas soubessem a verdade, já que a minha vida foi exposta desta maneira", declarou Luciana Abreu a uma revista semanal, acrescentando que "foi muito difícil engolir a injustiça e a mentira meses a fio".

Sobre o facto de ver a sua vida íntima exposta em tribunal, Lucy não esconde que "foi muito violento". "Não estava à espera. Nunca tinha estado num julgamento destes e foi difícil", confessou à TV Guia. De lembrar que, em tribunal, o juiz Rui Pedro Luís detalhou a acusação durante a leitura da sentença e expôs publicamente insultos e agressões de que atriz terá sido alvo. Luciana Abreu disse ter sido obrigada a ter sexo durante a altura em que foram casados e terá ouvido expressões como: "Não serves para nada, nem para f*d**", "Chupa-me os co*****", "Vai-te f****", "P*t* que te pariu" e "És uma inútil", como lhe contámos aqui.

O rosto da SIC adiantou ainda que o dinheiro da indemnização será "todo doado à APAV": "Para incentivar mais mulheres a fazerem denúncias quando são vítimas como eu fui", justificou.

Daniel Souza, com quem Luciana tem duas filhas, as gémeas Amoor e Valentine, terá ainda de cumprir um programa específico de prevenção de violência doméstica e ficou proibido de contactar a artista durante dois anos.

Luciana Abreu obrigada a fazer terapia da fala

À mesma publicação, a eterna Floribela contou ainda que teve de "esperar", desde que se separou, em 2019, "para voltar a cantar": "Ainda não canto como gostaria, como cantava. Estou a recuperar aos poucos. Vou ter de fazer terapia da fala porque fiz um hematoma numa corda vocal por gravar com excesso de cansaço. Agora, quero seguir em frente, trabalhar e estar com as minhas filhas e família".

Leia mais em: https://www.novagente.pt/luciana-abreu-obrigada-fazer-terapia-da-fala-apos-gravar-com-excesso-de-cansaco

PORTUGAL resident Your daily news from Portugal

From left, David Thomas, Dinita Chapagain, Marta Chaves, Diana Necker, Carmen Rasquete, Captain Jorge Barbosa and Júlia Cardoso

Community

TAGS Community

Seminar addresses domestic violence across different cultures

A seminar entitled 'Domestic Violence – A Cross Cultural Focus' was "a great success, judging from the feedback of those who attended", said organisers Safe Communities Portugal (SCP) and victim support association APAV.

The seminar aimed to create greater awareness about domestic violence across different cultures and how to recognise the signs.

Held at Palácio Gama Lobo in Loulé on June 9, this was SCP's first face-to-face seminar for two years due to Covid-19 restrictions and brought together NGOs and members of the government who deal with cases of domestic violence.

Júlio Sousa, municipal director of environment and sustainable development, represented Loulé mayor, who was unable to attend, and gave an oppening address.

Also in attendance were Carmen Rasquete, Secretary General of APAV, and Dinita Chapagain from Safe Communities Portugal who travelled from Lisbon to make presentations, as well as Lt Coronel Marco Henriques, Deputy Commander, GNR Faro District Territorial Command, and a representative from the National Support Centre for Migrants Integration (CNAIM).

Carmen Rasquete gave a comprehensive presentation on the work of APAV with some of the challenges they face, highlighting that the association had supported 17,951 victims of domestic violence during the pandemic (2020 and 2021). She emphasised the importance of cooperation between the institutions involved.

Marta Chaves, a clinical psychologist and the assistant-coordinator of the national programme for violence prevention at ARS Algarve (Algarve health authority), shared her considerable experience of domestic violence from a health perspective.

Diana Necker from the Association of Romanian and Moldavian Immigrants in the Algarve (DOINA) gave an overview of their work, the situations of migrants which they had helped and the various types of abuse that they had encountered. She highlighted the controlling nature of the abuser and made recommendations on how victims should proceed with assistance.

Dinita Chapagain from SCP gave an interesting presentation, with plenty of engagement from the audience, on the different languages, cultures and beliefs of the Indian, Nepalese, Pakistani and Bangladeshi communities in Portugal and their vulnerabilities. This presentation was well received and the GNR, APAV and CNAIM, based in Faro, expressed an interest in learning more from Dinita's experience.

Captain Jorge Barbosa from GNR Faro District, who oversees investigation of domestic violence cases, explained the laws relating to domestic violence, the structure of the domestic violence unit based in Faro and Portimão, and the process concerning the safety and needs of victims who had been subject to abuse.

David Thomas, president of Safe Communities Portugal, said: "All five presentations were excellent, informative and well delivered in English and I am sure everyone learned a great deal from the close interaction and exchange of ideas between presenters and audience. Thanks also to Júlia Cardoso, from APAV Faro district, for co-organising.

"We encourage more of those involved in dealing with domestic violence, where the victims may be from different cultures within the migrant community, to attend and learn from such seminars in future or offer assistance as volunteers to various NGOs dealing with this subject."

https://www.portugalresident.com/seminar-addresses-domestic-violence-across-different-cultures/

Expresso

Guardas prisionais processam Associação de Apoio ao Recluso por difamação

Em causa está um 'post' publicado, na quinta feira, pela APAR na sua página de Facebook, a denunciar uma alegada "agressão violenta" a um recluso por parte de guardas prisionais. O Sindicato do Corpo da Guarda Prisional refuta as acusações, dizendo que é uma "descrição completamente falsa" dos factos

O Sindicato do Corpo da Guarda Prisional vai processar judicialmente a Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR) por difamação caluniosa, sublinhando que "basta de mentiras e de calúnias perpetradas" contra os guardas prisionais.

Em comunicado enviado hoje à agência Lusa, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP) sustenta que a APAR tem "sucessivamente" atacado o Corpo da Guarda Prisional, acrescentando que a "gota de água" foi a "descrição completamente falsa dos factos" que ocorreram no Estabelecimento Prisional (EP) de Chaves.

Em causa está um 'post' publicado, na quinta-feira, pela APAR na sua página de Facebook, a denunciar uma alegada "agressão violenta" a um recluso por parte de guardas prisionais.

“Desta vez o agredido foi um recluso a quem esmurraram e fizeram um ‘mata-leão’, de tal modo violento que teve de ser transportado ao hospital. Segundo as nossas fontes, um graduado e dois guardas entraram na cela deste, acusaram-no de ter estado a falar à janela da sua cela pelas duas horas da manhã e de ter ‘muita fruta na cela’ (ao que parece seriam 10 laranjas)”, lê-se na publicação.

“Acabada a ‘revista’ terão deixado a porta do armário aberta e o recluso, ao fechá-la, bateu com ela, o que foi considerado motivo para ser espancado ao ponto de ter que ser encaminhado para o hospital”, refere ainda a APAR, no ‘post’, escrito em 09 de junho.

A APAR refere que apresentou queixa à Procuradora-Geral da República sobre esta situação e outras “três mais recentes”.

“Estas agressões, que além de ilegais, são uma demonstração da mais perversa cobardia, feita na maioria das vezes em grupo contra um único recluso, que sabem não se poder defender. Terão de ser severamente punidas, quanto mais não seja para terminar com estas atitudes ignóbeis que envergonham o sistema prisional e a própria Corporação da Guarda Prisional”, escreve ainda a APAR.

O Sindicato do Corpo da Guarda Prisional refuta as acusações, dizendo que esta é uma “descrição completamente falsa” dos factos.

“Mais uma vez fica comprovada a completa falta de credibilidade desta associação, que tem como objetivo único difamar o Corpo da Guarda Prisional com acusações infundadas, tentando, maliciosamente, fazer dos reclusos anjos e dos guardas diabos”, diz o sindicato.

O comunicado, assinado pelo presidente do SNCGP, Carlos Sousa, salienta que “está em causa o bom nome do Corpo da Guarda Prisional, dos guardas enquanto profissionais, e mulheres e homens de famílias, que todos os dias vestem a farda para zelar pela elementar segurança e funcionamento dos estabelecimentos prisionais”.

“Sendo o mundo prisional um mundo fechado, fácil é criar fábulas e ‘historietas’ para quem não conhece o Corpo da Guarda Prisional e a vasta maioria da população reclusa. Assim sendo, é chegada a altura de a APAR ser responsabilizada, criminal e civilmente, pelas informações de forma leviana e mal-intencionada”, lê-se no comunicado.

De acordo com o sindicato, a ação judicial “dará entrada brevemente” no Departamento de Investigação e Ação Penal como participação crime, durante a qual o SNCGP vai intentar um pedido de indemnização cível.

A eventual indemnização que vier a ser fixada pelo tribunal será doada à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

“Porque é a APAV que representa as verdadeiras vítimas da sociedade, vítimas de quem sofreu as agruras de ter conhecido muitos dos que estão agora entre a população reclusa”, justifica o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP).

https://expresso.pt/sociedade/2022-06-15-Guardas-prisionais-processam-Associacao-de-Apoio-ao-Recluso-por-difamacao-b54ae34e

DR

PAÍS

Violência doméstica: PSP registou 41 crimes por dia entre janeiro e maio

Mais de 350 pessoas foram detidas

08:09 15 Junho, 2022 | Lusa, SIC Notícias

A Polícia de Segurança Pública registou 41 crimes por dia de violência doméstica entre janeiro e maio deste ano, num total de 6.200 ocorrências, e deteve 354 pessoas, revelam dados enviados à Lusa por aquela força de segurança.

A PSP registou, entre 1 de janeiro e 31 de maio, 6.200 crimes de violência doméstica, numa média de 41 por dia, menos 6% do que no mesmo período de 2019, último ano antes da pandemia.

Aquela força de segurança salienta que o número de crimes de violência doméstica registados este ano são superiores aos de 2020 e 2021, marcados por períodos de confinamento devido à pandemia de covid-19, mas "ainda assim, em média, inferiores aos de 2019".

Os dados indicam também que a PSP realizou, entre janeiro e maio, 354 detenções pelo crime de violência doméstica, uma média 2,3 por dia, enquanto em 2019 tinham sido feitas 296 detenções.

No contexto de violência doméstica, a PSP apreendeu 111 armas de fogo, apesar de não terem sido empregues na concretização do crime "foram referenciadas na avaliação de risco realizada pela PSP e apreendidas cautelarmente".

No âmbito da prevenção e combate à violência e como medidas protetoras para as 6.200 ocorrências, a PSP elaborou, nos cinco primeiros meses deste ano, 16.900 planos individuais de segurança, 10.680 propostas de reforço junto da vítima de informação sobre recursos de apoio e 4.876 propostas de sinalização de menores à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

ESPAÇOS DEDICADOS ÀS VÍTIMAS

A PSP refere que criou as Estruturas de Atendimento Policial a Vítimas de Violência Doméstica (EAPVVD) para "melhorar o acompanhamento das vítimas" e o primeiro espaço dedicado às vítimas de violência doméstica foi criado no Porto em 2013.

De acordo com a polícia, este espaço no Porto registou 8.311 denúncias em nove anos de funcionamento, tendo sido efetuados 19.725 atendimentos personalizados a vítimas deste crime e realizados 41.540 contactos com vítimas após serem recebidas as denúncias.

A PSP tem ainda mais seis EAPVVD situadas no Comando Metropolitano de Lisboa, nomeadamente o Espaço Júlia, criado em 2015, a Casa da Maria, Campus da Justiça, Espaço Eu Consigo, Espaço OKAZO e Casa Pilar.

A PSP alerta para a necessidade de vítimas e testemunhas manterem a disponibilidade de denúncia das situações de violência doméstica, frisando que todas as situações sinalizadas são "de imediato alvo de avaliação de risco no sentido de serem adotadas com brevidade as medidas de segurança de proteção da vítima".

Qualquer situação suspeita pode ser feita por intermédio do e-mail violenciadomestica@psp.pt ou de modo presencial nas esquadras.

OS "SINAIS CLAROS" DO AGRESSOR E APAV PREOCUPADA COM "RETOMAR DE TENDÊNCIA"

Treze mulheres morreram em menos de seis meses vítimas de violência doméstica. A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima está assustada com o número de homicídios conjugais e alerta para a recuperação da tendência do período pré-pandémico.

https://sicnoticias.pt/pais/violencia-domestica-psp-registou-41-crimes-por-dia-entre-janeiro-e-maio/

dnoticias.pt

PAÍS

Guardas prisionais processam Associação de Apoio ao Recluso por difamação

Agência Lusa 15 jun 2022 10:12

O Sindicato do Corpo da Guarda Prisional vai processar judicialmente a Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR) por difamação caluniosa, sublinhando que "basta de mentiras e de calúnias perpetradas" contra os guardas prisionais.

Em comunicado enviado hoje à agência Lusa, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP) sustenta que a APAR tem "sucessivamente" atacado o Corpo da Guarda Prisional, acrescentando que a "gota de água" foi a "descrição completamente falsa dos factos" que ocorreram no Estabelecimento Prisional (EP) de Chaves.

Em causa está um 'post' publicado, na quinta-feira, pela APAR na sua página de Facebook, a denunciar uma alegada "agressão violenta" a um recluso por parte de guardas prisionais.

"Desta vez o agredido foi um recluso a quem esmurraram e fizeram um 'mata-leão', de tal modo violento que teve de ser transportado ao hospital. Segundo as nossas fontes, um graduado e dois guardas entraram na cela deste, acusaram-no de ter estado a falar à janela da sua cela pelas duas horas da manhã e de ter 'muita fruta na cela' (ao que parece seriam 10 laranjas)", lê-se na publicação.

"Acabada a 'revista' terão deixado a porta do armário aberta e o recluso, ao fechá-la, bateu com ela, o que foi considerado motivo para ser espancado ao ponto de ter que ser encaminhado para o hospital", refere ainda a APAR, no 'post', escrito em 09 de junho.

A APAR refere que apresentou queixa à Procuradora-Geral da República sobre esta situação e outras "três mais recentes".

"Estas agressões, que além de ilegais, são uma demonstração da mais perversa cobardia, feita na maioria das vezes em grupo contra um único recluso, que sabem não se poder defender. Terão de ser severamente punidas, quanto mais não seja para terminar com estas atitudes ignóbeis que envergonham o sistema prisional e a própria Corporação da Guarda Prisional", escreve ainda a APAR.

O Sindicato do Corpo da Guarda Prisional refuta as acusações, dizendo que esta é uma "descrição completamente falsa" dos factos.

"Mais uma vez fica comprovada a completa falta de credibilidade desta associação, que tem como objetivo único difamar o Corpo da Guarda Prisional com acusações infundadas, tentando, maliciosamente, fazer dos reclusos anjos e dos guardas diabos", diz o sindicato.

O comunicado, assinado pelo presidente do SNCGP, Carlos Sousa, salienta que "está em causa o bom nome do Corpo da Guarda Prisional, dos guardas enquanto profissionais, e mulheres e homens de famílias, que todos os dias vestem a farda para zelar pela elementar segurança e funcionamento dos estabelecimentos prisionais".

"Sendo o mundo prisional um mundo fechado, fácil é criar fábulas e 'historietas' para quem não conhece o Corpo da Guarda Prisional e a vasta maioria da população reclusa. Assim sendo, é chegada a altura de a APAR ser responsabilizada, criminal e civilmente, pelas informações de forma leviana e mal-intencionada", lê-se no comunicado.

De acordo com o sindicato, a ação judicial "dará entrada brevemente" no Departamento de Investigação e Ação Penal como participação crime, durante a qual o SNCGP vai intentar um pedido de indemnização cível.

A eventual indemnização que vier a ser fixada pelo tribunal será doada à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"Porque é a APAV que representa as verdadeiras vítimas da sociedade, vítimas de quem sofreu as agruras de ter conhecido muitos dos que estão agora entre a população reclusa", justifica o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP).

https://www.dnoticias.pt/2022/6/15/315611-guardas-prisionais-processam-associacao-de-apoio-ao-recluso-por-difamacao/

Polígrafo

Marta Carmo, da APAV: "A violência contra idosos é invisível e tem uma dimensão mais alargada do que a que conhecemos"

Sara Beatriz Monteiro

15 jun 2022 15:00

Sociedade

Idosos · Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa · Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Os números de casos de violência contra pessoas idosas têm-se mantido relativamente estáveis ao longo dos anos, mas a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acredita que a realidade é ainda mais preocupante do que o que os números mostram. No Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, que se assinala todos os anos a 15 de junho, o Polígrafo conversou com a responsável pelo projeto Portugal Mais Velho para perceber o que é necessário fazer para travar este tipo de violência

1594. É este o número de casos de violência contra pessoas idosas registado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2021. Isto significa que houve, em média, quatro vítimas por dia, e 31 por semana. No entanto, a organização acredita que os dados não representam totalmente a realidade, visto que "a violência contra idosos é invisível e tem uma dimensão mais alargada do que a que conhecemos".

Quem o diz é Marta Carmo, jurista e representante da APAV, que, em entrevista ao Polígrafo a propósito do Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, sublinha que, no caso de Portugal, os números conhecidos permitem ver apenas "uma pequena parte do fenómeno".

"A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS É INVISÍVEL E TEM UMA DIMENSÃO MAIS ALARGADA DO QUE A QUE CONHECEMOS".

Segundo a técnica da APAV, há várias razões que explicam o desconhecimento de grande parte dos casos e a principal prende-se com o perfil dos agressores: "As pessoas têm vergonha de admitir que são vítimas, por exemplo, dos seus filhos. Além disso, têm medo de represálias por parte dos agressores que, muitas vezes, são pessoas próximas, nomeadamente cuidadores ou familiares."

Nesse sentido, um relatório elaborado pela associação sobre as pessoas idosas vítimas de crime e de violência entre 2013 e 2018 mostra que em 36,9% dos casos a vítima era pai ou mãe do agressor e que em 27,5% era cônjuge. Além disso, o mesmo documento mostra que 68,11% dos agressores eram homens, enquanto 78,95% das vítimas eram mulheres, e que a maior parte dos crimes (53%) aconteceu dentro da residência em que vítima e agressor coabitavam.

O que é necessário fazer para travar este tipo de violência?

Marta Carmo não deixa margem para dúvidas: "Falta criar uma intolerância por parte da sociedade em geral relativamente a este tipo de violência". Segundo a representante da APAV, "tal como aconteceu com a violência contra as crianças e tal como tem vindo a acontecer com a violência contra as mulheres, é preciso alertar a sociedade para a gravidade deste problema".

"AS PESSOAS TÊM VERGONHA DE ADMITIR QUE SÃO VÍTIMAS, POR EXEMPLO, DOS SEUS FILHOS. ALÉM DISSO, TÊM MEDO DE REPRESÁLIAS POR PARTE DOS

AGRESSORES QUE, MUITAS VEZES, SÃO PESSOAS PRÓXIMAS, NOMEADAMENTE CUIDADORES OU FAMILIARES".

Para a técnica responsável pelo projeto “Portugal Mais Velho”, é necessário “não só repensar algumas das políticas públicas e dos apoios sociais e a forma como funcionam os cuidados de saúde, mas, acima de tudo, rever coletivamente a importância e o papel que atribuímos às pessoas idosas”.

No mesmo plano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lembra que “têm sido tentadas várias estratégias para prevenir e responder aos abusos dos idosos, mas as provas da eficácia da maioria destas intervenções são atualmente limitadas”.

No entanto, a OMS explica no seu site oficial que “as estratégias consideradas mais promissoras incluem intervenções de cuidadores, que fornecem serviços para aliviar o fardo da prestação de cuidados; programas de gestão financeira para adultos idosos vulneráveis à exploração financeira; linhas de ajuda e abrigos de emergência; e equipas multidisciplinares, uma vez que as respostas necessárias atravessam frequentemente muitos sistemas, incluindo justiça criminal, cuidados de saúde, cuidados de saúde mental, serviços de proteção de adultos e cuidados a longo prazo”.

É NECESSÁRIO “NÃO SÓ REPENSAR ALGUMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS APOIOS SOCIAIS E A FORMA COMO FUNCIONAM OS CUIDADOS DE SAÚDE, MAS, ACIMA DE TUDO, REVER COLETIVAMENTE A IMPORTÂNCIA E O PAPEL QUE ATRIBUÍMOS ÀS PESSOAS IDOSAS”.

Apesar de admitir que “se sabe muito pouco sobre o abuso de idosos e sobre como evitá-lo”, a OMS e os seus parceiros publicaram um documento com cinco prioridades para o combate à violência contra idosos que passam por “combater o idadismo” (atitude preconceituosa e discriminatória com base na idade, sobretudo em relação a pessoas idosas), “gerar mais e melhores dados para aumentar a sensibilização para o problema”, “desenvolver e ampliar soluções rentáveis para acabar com os maus tratos a pessoas idosas, “fazer um caso de investimento centrado na forma como a resolução do problema é dinheiro bem gasto” e “angariar fundos à medida que são necessários mais recursos para enfrentar o problema”.

https://poligrafo.sapo.pt/sociedade/artigos/a-violencia-contra-idosos-e-invisivel-e-tem-uma-dimensao-mais-alargada-do-que-a-que-conhecemos

Tem sido vítima de mobbing? Psicóloga explica o terror da violência psicológica no trabalho

Lina Raimundo
Psicólogo/a

O Mobbing é um fenómeno à escala mundial caracterizado por ações, práticas e comportamentos hostis, dirigidos normalmente contra um trabalhador que, por consequência, se vê numa situação vulnerável, desesperada e violenta e frequentemente forçado a abandonar o seu emprego, seja por iniciativa própria ou por imposição.

O mobbing, também designado como violência psicológica ou assédio moral no ambiente de trabalho, tem a sua origem associada à existência do trabalho e das relações laborais. Contudo, só a partir da última década do século XX tem vindo a suscitar grande preocupação pelos seus efeitos devastadores.

É um fenómeno à escala mundial caracterizado por ações, práticas e comportamentos hostis, dirigidos normalmente contra um trabalhador que, por consequência, se vê numa situação vulnerável, desesperada e violenta e frequentemente forçado a abandonar o seu emprego, seja por iniciativa própria ou por imposição. Vários autores definem o mobbing como uma perseguição metodicamente planeada e organizada e temporalmente prolongada, constituindo violência reiterada.

Na maioria dos casos, o mobbing tem início em comportamentos que, de forma isolada ou subtil, parecem ser inofensivos ou, pelo menos, justificados. No entanto, a continuidade e intensificação revelam o claro propósito de agir contra a vítima. Não existe um padrão de homogeneidade dos comportamentos adotados pelo agressor. Muito pelo contrário, pode apresentar uma panóplia de ações incrivelmente díspares contra a vítima, tais como:

-Retirar-lhe autonomia;

- Não lhe transmitir informações necessárias para a execução de tarefas;

- Criticar sistematicamente as suas decisões e o seu trabalho, forma de vestir, atitudes ou comportamentos;

- Impedir a execução de tarefas que são da sua responsabilidade ou o acesso a equipamentos necessários à realização do trabalho;

- Induzir ao erro, inferiorizar, ridicularizar ou falar aos gritos;

- Sobrecarregar com inúmeras tarefas e prazos impossíveis de cumprir;

O mobbing ou violência psicológica pode ser praticado por uma só pessoa ou por um grupo de pessoas e tem como objetivo central causar prejuízos na vítima.

Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e o estudo realizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), 16,5% da população ativa portuguesa já vivenciou situações de assédio moral no trabalho. Qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode ser vítima de mobbing em qualquer tipo de trabalho. Embora

a maioria das vítimas seja do género feminino, também há uma prevalência significativa nos homens.

De acordo com o psicólogo Heinz Leymann, pioneiro nesta área de investigação,

“O terror psicológico ou mobbing no trabalho envolve hostilidade e comunicação não ética dirigida de maneira sistemática a um ou mais indivíduos, principalmente a um indivíduo que, em razão do terror psicológico, é colocado numa posição de desamparo e assim mantido”.

Quem exerce comportamentos de mobbing é desprovido de qualquer propósito de beneficiar a vítima pelo que, os planos imorais e maldosos que engendra visam causar danos e é em função dessa finalidade que atua. As suas intenções não só pretendem causar prejuízos psíquicos e físicos, como também afetar a integridade, desacreditar, humilhar ou difamar a vítima e, não raras vezes, afastá-la do local de trabalho.

Assim sendo, uma vítima de assédio moral, neste ambiente de verdadeira “guerrilha”, pode sofrer consequências extraordinariamente nefastas que se refletirão, irremediavelmente, no seu bem-estar e satisfação pessoal e com a vida, na saúde física e psíquica, na vida conjugal, familiar e social, assim como na vertente financeira e patrimonial. Sendo certo que os comportamentos do agressor têm consequências muito negativas para a vítima, é igualmente certo que também provocam efeitos negativos para a organização/empresa onde exerce funções profissionais, designadamente, consequentes quebras na produtividade, menor eficácia e absentismo, entre outras possíveis consequências.

Reconhecendo que o mobbing é um tema extenso e merecedor de maior desenvolvimento, nas próximas crónicas abordar-se-ão outros aspetos de igual importância, designadamente, o perfil das vítimas de mobbing e o impacto do mobbing na vítima, no local de trabalho e na vida familiar e social, assim como, algumas das medidas possíveis para intervenção e cessação deste tipo de violência psicológica.

Os contributos da psicologia clínica e da psicologia forense, pela sua enorme relevância, serão, também, objeto de partilha nos próximos textos sobre mobbing.

Cabe-nos a todos nós, de forma individual e/ou coletiva, a responsabilidade de não compactuar com o mobbing, de denunciar este tipo de violência e de expressar solidariedade às vítimas.

https://lifestyle.sapo.pt/saude/fitness-e-bem-estar/artigos/tem-sido-vitima-de-mobbing-psicologa-explica-o-terror-da-violencia-psicologica-no-trabalho

NASCER DO SOL

APAV com quatro casos por dia de violência contra idosos

Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa assinalou-se ontem.

Invisível, continuado e frequente. Os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre a violência contra idosos mostram uma realidade que pode passar despercebida: em 2021, foram registadas 1 594 casos pela associação. E num relatório que analisou o fenómeno entre 2013 e 2020, contaram-se ao longo deste período um total de 10 307 processos de apoio. "No que diz respeito ao perfil da vítima, esta é geralmente do sexo feminino (cerca de 73,3%), com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos. Já o autor do crime é em cerca de 63,4% das situações do sexo masculino e com uma média de idades (11,4%) entre os 65 e os 74 anos. Em cerca de 37% dos casos, a vítima é pai ou mãe do autor do crime", revela o balanço da associação divulgado no final do ano passado.

"A violência contra idosos é invisível e tem uma dimensão mais alargada do que a que conhecemos", disse ontem Marta Carmo, da APAV, a propósito do Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, que desde 2006 é assinalado a 15 de junho. "As pessoas têm vergonha de admitir que são vítimas, por exemplo, dos seus filhos. Além disso, têm medo de represálias por parte dos agressores que, muitas vezes, são pessoas próximas, nomeadamente cuidadores ou familiares", explicou a técnica à SIC.

A vitimização é continuada e nem sempre dá origem a queixa. De 904 vítimas inquiridas em 2020, 74 estavam nesta situação há mais de 40 anos, concluiu o mesmo levantamento da APAV. "Prevalece o tipo de vitimação continuada em cerca de 73,3%

das situações, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos (12,9%). Sendo a residência comum o local mais escolhido para a 'ocorrência dos crimes', em cerca de 54% das situações, já as queixas/denúncia registadas ficam-se nos 35% face ao total de autores de crime assinalados."

No Norte, uma campanha nas escolas lançada pela associação bracarense Comissão de Proteção ao Idoso vai passar até ao final de semana por 57 agrupamentos escolares, chegando a 14 500 alunos. O mote é o "O Silêncio tem Voz", sensibilizando os mais jovens para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fazendo uma pesquisa, não se encontram muito mais iniciativas pelo país. Exceção para a Câmara Municipal de Oeiras, que este ano assinalou a data iluminando-se de roxo, com um debate que juntou especialistas na área.

https://sol.sapo.pt/artigo/773876/apav-com-quatro-casos-por-dia-de-viol-ncia-contra-idosos

Jornal I

JORNAL I
16/06/2022 13:32

Invisível, continuado e frequente. Os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre a violência contra idosos mostram uma realidade que pode passar despercebida: em 2021, foram registadas 1 594 casos pela associação. E num relatório que analisou o fenómeno entre 2013 e 2020, contaram-se ao longo deste período um total de 10 307 processos de apoio. "No que diz respeito ao perfil da vítima, esta é geralmente do sexo feminino (cerca de 73,3%), com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos. Já o autor do crime é em cerca de 63,4% das situações do sexo masculino e com uma média de idades (11,4%) entre os 65 e os 74 anos. Em cerca de 37% dos casos, a vítima é pai ou mãe do autor do crime", revela o balanço da associação divulgado no final do ano passado.

"A violência contra idosos é invisível e tem uma dimensão mais alargada do que a que conhecemos", disse ontem Marta Carmo, da APAV, a propósito do Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, que desde 2006 é assinalado a 15 de junho. "As pessoas têm vergonha de admitir que são vítimas, por exemplo, dos seus filhos. Além disso, têm medo de represálias por parte dos agressores que, muitas vezes, são pessoas próximas, nomeadamente cuidadores ou familiares", explicou a técnica à SIC.

A vitimização é continuada e nem sempre dá origem a queixa. De 904 vítimas inquiridas em 2020, 74 estavam nesta situação há mais de 40 anos, concluiu o mesmo levantamento da APAV. "Prevalece o tipo de vitimação continuada em cerca de 73,3%

das situações, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos (12,9%). Sendo a residência comum o local mais escolhido para a 'ocorrência dos crimes', em cerca de 54% das situações, já as queixas/denúncia registadas ficam-se nos 35% face ao total de autores de crime assinalados."

No Norte, uma campanha nas escolas lançada pela associação bracarense Comissão de Proteção ao Idoso vai passar até ao final de semana por 57 agrupamentos escolares, chegando a 14 500 alunos. O mote é o "O Silêncio tem Voz", sensibilizando os mais jovens para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fazendo uma pesquisa, não se encontram muito mais iniciativas pelo país. Exceção para a Câmara Municipal de Oeiras, que este ano assinalou a data iluminando-se de roxo, com um debate que juntou especialistas na área.

https://ionline.sapo.pt/artigo/773877/apav-com-quatro-casos-por-dia-de-viol-ncia-contra-idosos

Lisboa

Marcha do Orgulho LGBTI+ reclama criminalização do discurso de ódio

Guilherme Lopes
18 Junho 2022 às 20:39

COMENTAR

TÓPICOS
Nacional
LGBTI+

Foto: TOMS KALNINS/EPA

A Comissão da Organização da Marcha de Orgulho LGBTI+ defende a criminalização do discurso de ódio na lei, incluindo para fenómenos de racismo. Esta é uma das principais reivindicações da Marcha de Orgulho LGBTI+, que este sábado reuniu centenas de pessoas pelas ruas de Lisboa.

Carmo Pereira, da Comissão da Organização da Marcha e da APAV, defendeu, esta tarde, que o propósito desta manifestação foi a reivindicação dos direitos que não foram adquiridos e a implementação de novas medidas na lei. "Uma das medidas que temos como importante é a criminalização do discurso de ódio, não só para pessoas LGBTI+, mas também contra o racismo", explica.

Enquanto representante desta Comissão, que é composta por 24 organizações (entre elas a APAV, a OPUS Diversidades ou a ILGA), Carmo Pereira explica que é importante que "o discurso de ódio pare de ser considerado opinião e comece a ser considerado um crime."

Além da criminalização do discurso de ódio, "o importante é que as pessoas estão de volta à rua, a defender os seus direitos e a celebrar. Estamos aqui todos unidos por uma causa, com um manifesto robusto", conclui, referindo-se às centenas de pessoas reunidas nos jardins do Príncipe Real, em Lisboa, e que caminharam com bandeiras e em clima de festa em direção ao Terreiro do Paço.

Uma festa que inclui todos

Depois de ter sido interrompida durante dois anos, devido à pandemia, a Marcha de Orgulho LGBTI+ regressou às ruas de várias cidades portuguesas. Esta é a 23.ª edição do evento, que juntou em 2019, ano da última edição, 20 mil pessoas.

"É uma festa que reúne blocos coletivos, onde se juntam depois diferentes pessoas, associações, partidos e empresas. Toda a gente está aqui, sendo que é sempre dada prioridade à comunidade civil", afirma Carmo Pereira.

Ana Santos, de 22 anos, participa pela terceira vez nesta marcha e trouxe consigo um cartaz com o qual se identifica: "Trans Rights are Human Rights" ("Direitos transexuais são direitos humanos"). "Estar aqui ajudou-me a 'sair do armário'. Eu saí no ano passado, altura em que revelei à minha família toda. Quis ser mulher desde os sete anos e agora sou legalmente uma mulher", declara.

Refere que conseguiu efetuar a mudança de nome de forma gratuita em resultado da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que garantiu o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa. "Tive uma oportunidade que muitos, antes de mim, não tiveram", explica.

"Igualdade todos os dias na sociedade"

Presente na marcha, a coordenadora do BE, Catarina Martins, defendeu que é necessário "haver igualdade todos os dias na sociedade", mas em muitas ocasiões os portugueses são alvo de discriminações diárias.

Catarina Martins disse que apesar de Portugal ser um país "onde a igualdade está inscrita na lei", a igualdade "ainda não existe na vida" de muitos portugueses.

"Tanta gente sente a discriminação todos os dias por causa da sua orientação sexual, por causa do seu género. Tantas vezes jovens têm uma vida tão difícil na escola ou com as famílias (...). Não basta haver igualdade na lei, é preciso haver igualdade todos os dias na sociedade", completou a dirigente do Bloco.

https://www.jn.pt/nacional/marcha-do-orgulho-lgbti-reclama-criminalizacao-do-discurso-de-odio-14950857.html

THE PORTUGAL News

Seminar addresses domestic violence across different cultures

The seminar organised by Safe Communities Portugal together with APAV at the Palácio Gama Lobo Loulé on 9th June, was a great success, judged from the feedback of those who attended.

By PA/TPN, in Community · 18 Jun 2022 · 0 Comments

This was SCP's first face to face seminar for two years due to Covid-19 restrictions and brought together those NGOs and government who have dealings with the victims of domestic violence. The focus and aim of the seminar is to create greater awareness in recognising the signs and handling of domestic violence cases across different cultures.

We thank in particular: Júlio Sousa, Municipal Director of Environment and Sustainable Development, Loulé Municipality representing the Mayor of Loulé, who was unable to attend, and who gave an oppening address.

Also thanks to Carmen Rasquete Secretary General APAV and Dinita Chapagain from Safe Communities Portugal for travelling from Lisbon to make presentations as well as the attendance of Lt Coronel Marco Henriques, Deputy Commander GNR Faro District Territorial Command; Júlio Sousa, Municipal Director of Environment and Sustainable Development (who gave a welcome address) and a representative from the National Centre of Migrants Integration Support (CNAIM).

We were pleased to welcome Carman Rasquete – Secretary General APAV, who gave a comprehensive presentation on the work of APAV with some of the challenges that

they face, highlighting that APAV had supported 17.951 victims of Domestic Violence during pandemic (2020 and 2021). She covered their work providing support, intervention emphasising the importance of cooperation between the institutions involved.

We were also very pleased to welcome Marta Chaves - Coordenadora Adjunta - Coordenadora Regional - Programa Nacional para a Prevenção da Violência no Ciclo de Vida - ARS Algarve, who shared her considerable experience of domestic violence from a health perspective. Marta is a Clinical Psychologist, a specialist in Clinical and Health Psychology and included in her many roles she is the Regional Coordinator of the Health Action for Children and Youth at Risk, Health Action on Gender, Violence and the Lifecycle and the Action Plan for the Prevention of Violence in the Health Sector and Assistant-Coordinator of the National Program for the Prevention of Violence in the Lifecycle at the Directorate-General of Health. She shared her experience and the work of DGS concerning domestic violence.

Diana Necker from the Association of Romanian and Moldavian Immigrants of the Algarve (DOINA), gave an overview of their work, the situations of migrants which they had helped and the various types of abuses that they had encountered. She highlighted the controlling nature of the abuser and the impact this had on victim, and made recommendations on how victims should proceed with assistance in such circumstances.

Dinita Chapagain from Safe Communities Portugal gave a very interesting presentation with plenty of engagement from the audience, on the different, languages, culture and beliefs of the Indian, Nepalese, Pakistani and Bangladeshi communities in Portugal and their vulnerabilities. This presentation was well received and the GNR, APAV and the National Centre of Migrants Integration Support (CNAIM), based in Faro, expressed an interest in learning more from Dinita's experience.

Captain Jorgé Barbosa from GNR Faro District, who oversees the investigation of domestic violence case explained the laws relating to domestic violence, the structure of the domestic violence unit, based in Faro and Portimão and the process concerning the safety and needs of victims who had been subject to abuse. It was very interesting to learn the developments have been taking in particular collaboration with NGOs in respect of this sensitive issue. Both the domestic violence teams attended the event.

All five presentations were really excellent, informative and well delivered in English and I am sure everyone learned a great deal together with the close interaction and exchange of ideas between presenters and audience. Thanks also to Julia Cardoso APAV Faro district for co-organising.

We encourage more of those involved in dealing with domestic violence, where the victims maybe from different cultures within the migrant community, will take the opportunity to attend and learn more from such seminars in the future, or offer their assistance as volunteers to various NGOs dealing with this subject.

https://www.theportugalnews.com/news/2022-06-18/seminar-addresses-domestic-violence-across-different-cultures/67926

Correio dos Açores

Projecto CARE apoiou 67 crianças e jovens vítimas de violência sexual nos últimos seis anos em todas as ilhas dos Açores

pág. 2

Projecto CARE apoiou 67 crianças e jovens vítimas de violência sexual em todas as ilhas dos Açores nos últimos seis anos

Entre 2016 e 2021, o número de atendimentos "chega facilmente aos 2 mil", conforme indica Carla Ferreira, gestora técnica deste projecto que terminará no final deste ano.

Correio dos Açores: Em que consiste o projecto CARE e quais os seus objectivos?

Carla Ferreira (gestora técnica da rede CARE): Este projecto que tem vindo a ser desenvolvido com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) originou a prestação de um serviço especializado no âmbito das crianças e jovens vítimas de violência sexual. Este projecto, além do apoio à vítima, às famílias e às pessoas que possam ser impactadas por este tipo de situações, visa também intervir numa perspectiva de actuação colaborativa com várias entidades, mas também na formação, na sensibilização, na prevenção e na consciencialização colectiva para a denúncia destas situações que nós sabemos que, durante muito tempo, foram e hão-de continuar a ser situações, muitas vezes, votadas ao silêncio.

Paralelamente, também no âmbito desta actuação colaborativa, este projecto e esta equipa desenvolveu procedimentos específicos para o apoio, que são procedimentos que não são apenas cingidos à nossa prática interna mas que perspectivam um trabalho em rede. Temos pessoas que estão qualificadas, não apenas pela sua formação académica mas também por um conjunto de formações e de trabalho feito no sentido de poderem vir a beneficiar do melhor conhecimento possível para intervir nesta área com as melhores práticas nacionais e internacionais e, também, termos aqui como meta e presença constante que este trabalho seja avaliado externamente, para que possamos ter o *feedback* daquilo que fazemos e para que quem usufrui deste apoio possa dar o seu *feedback* numa avaliação externa e isenta.

Este projecto tem vindo a ser desenvolvido desde 2016 e já contou com várias linhas de financiamento. Actualmente, esta linha de financiamento na Região Norte, Centro, Lisboa e Alentejo está a ser feita com a iniciativa Portugal Inovação Social e com o investimento social da Fundação Calouste Gulbenkian, nos Açores, em particular, este investimento tem sido possível graças ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que também tem financiado as regiões da Madeira e do Algarve.

O projecto terminará em Dezembro mas, tendo em conta o trabalho desenvolvido, prevê-se a sua continuidade?

O projecto, neste momento, tem financiamento até Dezembro de 2022 em todas as regiões. Estamos a envidar esforços no sentido de poder manter esta resposta valiosa em funcionamento, não apenas na Região Autónoma dos Açores, mas também em todos os outros locais, dado ser a única resposta nacional que intervém com esta característica nacional nesta matéria.

Considera que, desde 2016, ao abrigo do projecto CARE, tem havido uma tendência crescente relativamente aos crimes sexuais nos Açores que afectam crianças e jovens?

Regra geral temos uma tendência crescente que não se reflectiu apenas nos Açores, mas em todo o nosso território. O que fomos observando é que, progressivamente, fomos tendo mais pedidos de ajuda todos os anos, e aquilo que vemos como tendência geral, acaba por ser também o que acontece nos Açores, quer em termos do crescimento dos números, quer em termos de apoio, mas também em relação àquilo que é a caracterização das vítimas, a caracterização das pessoas que praticam os actos, a caracterização dos actos e do tipo de prática de violência que estamos a falar.

Carla Ferreira, gestora técnica do projecto CARE, desenvolvido a nível nacional com a APAV

Nos Açores não houve excepção e, do que sabemos em relação à Região, estamos a falar de vítimas que são, sobretudo raparigas, numa proporção de 80% raparigas e 20% rapazes, pois regra geral é esta a proporção que temos. Também sabemos mais de 50% das situações, ocorre em contexto intra-familiar (dentro da família), sendo que este contexto intra-familiar não é apenas o contexto da família com quem a criança coabita. Temos também situações em que a criança não coabita com a família mas está com ela regularmente, e é nesse contexto que essas situações acabam por acontecer.

Tal como acontece globalmente, nos Açores há também situações ocorridas antes dos 14 anos de idade que, muitas vezes, são reportadas bastante tempo depois dessa idade. Há uma demora entre a prática dos factos e o reporte ou pedido de ajuda. Ou seja, quando chegam a nós, as vítimas têm entre 14 a 17 anos no primeiro atendimento, mas uma parte significativa destas vítimas foi vítima antes dos 14, o que também dá aqui um sinal importante sobre a necessidade de se alertar cada vez mais as pessoas para a importância da denúncia destas situações.

Em relação aos crimes praticados, também aos Açores predomina o abuso sexual?

Sim, regra geral temos algumas situações em que há o contacto sexual físico, mas não nos podemos esquecer do fenómeno *online*, sobretudo no aliciamento e na partilha de conteúdos íntimos. Mas, regra geral, estamos a falar de contactos de natureza física, de natureza sexual em contacto físico entre as vítimas e quem pratica os actos.

A ilha de São Miguel é aquela que, naturalmente, tem mais denúncias, mas temos já denúncias em todas as ilhas do arquipélago. (…) Dos 19 municípios dos Açores, tivemos vítimas apoiadas em 14, ou seja, em 73,7% do arquipélago até 31 de Dezembro de 2021.

Só não temos casos em cinco concelhos, por isso já dá para ter uma noção da cobertura das situações de que estamos a falar, que é bastante significativa, e não nos podemos esquecer que já aconteceu recebermos pedidos de ajuda de pessoas que não estão actualmente nos Açores, que estão a viver fora, mas que pedem ajuda precisamente porque as situações aconteceram na Região, ou porque têm ligações à Região dos Açores, onde viveram. Quanto ao concelho com o maior número de denúncias, é o de Ponta Delgada.

Quantas crianças e jovens foram apoiados pelo projecto entre 2016 e 2021?

Entre 2016 e 2021 identificámos e ajudámos 67 pessoas residentes na Região Autónoma dos Açores ou que, quando nos pedem ajuda, estão na Região Autónoma dos Açores.

Considera que nos Açores há mais receio em avançar com as denúncias?

Não há necessariamente mais receio. Obviamente que temos que ter em conta as contingências associadas ao próprio contexto. Às vezes, estamos a falar de locais com muita proximidade entre as pessoas, entre as vítimas, entre as pessoas que praticam os actos, entre quem sabe, e há alguns receios relativamente ao se se deve denunciar, se não se deve denunciar, se se deve fazer alguma coisa ou não. Muitas vezes, essa proximidade, característica da vivência em contexto insular, pode de alguma forma dificultar.

De toda a forma, todo o trabalho que temos feito em termos de formação profissional, em termos de sensibilização das comunidades, leva-nos a crer que, progressivamente, temos tido, também nos Açores, comunidades muito mais atentas e muito mais activas em relação a estas situações de violência.

Prova disso, não é apenas o número de pedidos de ajuda que recebemos, mas também a própria vontade da comunidade em receber momentos de sensibilização ou de prevenção da nossa parte, não só para os profissionais mas também para outras pessoas de quem nos podemos esquecer, como os auxiliares de acção educativa, as pessoas que estão em actividades de tempos livres com as crianças, e que podem ser figuras adultas de referência para essas crianças que podem ajudar a detectar situações abusivas.

À semelhança do que aconteceu com a violência doméstica, foi registado um aumento do número de denúncias após o período pandémico?

Não foi como a violência doméstica porque estamos a falar de fenómenos diferentes. Se, por um lado, inicialmente, nós tínhamos esse "boom", o facto de estarem várias pessoas em casa para além da vítima e a pessoa agressora é também um factor dissuasor. Acabava por ser uma forma de fazer com que as situações pudessem não ocorrer da mesma forma porque até aí vinham a ocorrer. Mas também temos a questão online, e isso é uma preocupação. Claramente a questão do *online* subiu exponencialmente em termos de pedidos de ajuda, em termos até das próprias denúncias formais reportadas às autoridades, claramente o *online* escalou muito em 2020 e em 2021, a própria Europa vai na mesma linha de conclusões, e nesse aspecto sim, houve um crescendo importante, mas no abuso com contacto físico não necessariamente.

Que importância tem a intervenção feita com a família?

O trabalho tem que ser feito desta forma, desde que estejamos a falar de famílias que não sejam abusivas ou de famílias que não sejam violentas. Mas uma intervenção com uma criança ou com um jovem vítima de violência sexual nunca pode esquecer a rede de suporte informal que, neste caso, será a família e as pessoas próximas. A intervenção terá que acontecer nesta perspectiva, mas em algumas situações também tivemos a necessidade de intervir mais incisivamente com alguns elementos das famílias que, por variadíssimas razões, acabavam por se sentir muito impactados pela violência sofrida pela criança.

(Pode entrar em contacto com o projecto através do endereço de e-mail care@apav.pt, do contacto telefónico 296 285 399 ou através da Linha de Apoio à Vítima, ligando para o 116 006)

Joana Medeiros

PAÍS

Morte de criança em Setúbal: "É importante que a sociedade não se coíba de reportar as situações"

A entrevista à criminóloga Carla Ferreira da APAV.

Carla Ferreira, criminóloga da rede de cuidados da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), considera que a comunidade pode ter um papel fundamental ao denunciar casos de violência, abuso ou negligência.

"É importante que a comunidade não se coiba de reportar as situações, nem que tenha que o fazer várias vezes", disse em entrevista à SIC Notícias.

A criminóloga lembrou que as situações de violência ou maus-tratos são dinâmicas e que mudam consoante as circunstâncias e denúncias.

https://sicnoticias.pt/pais/morte-de-crianca-em-setubal-e-importante-que-a-sociedade-nao-se-coiba-de-reportar-as-situacoes/

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

OPINIÃO

Violência doméstica: é favor não desviar o olhar

Lindora, de 71 anos, foi agredida pelo marido com um martelo. Narciso, de 76 anos, suicidou-se de seguida. Quando na redação discutíamos a abordagem a este caso e o título da notícia, gerou-se um debate sobre a violência das palavras. E acabámos silenciados pela tirada de um colega: espantam-se mais com a violência das palavras do que com a brutalidade dos crimes.

Também ontem, no mesmo dia em que a violência recorrente entre Lindora e Narciso era relatada pelos vizinhos, Cláudia, atingida a tiro pelo ex-marido, continuava em estado crítico no hospital. E ao final da noite uma mulher de 38 anos era morta, também a tiro, à porta de casa. O autor dos disparos fugiu e as autoridades ainda investigam os contornos do crime.

Este ano já morreram quase tantas mulheres em contexto de violência conjugal como em todo o ano passado. A Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (APAV) mostra-se alarmada com esta subida. Em média, a APAV regista 54 casos de violência doméstica por dia. O tema presta-se a títulos sangrentos e é verdade que abordagens sensacionalistas nos podem levar a desviar o olhar e remeter as notícias para o domínio dos casos de polícia.

A violência doméstica, contudo, não é um caso de polícia. Obriga à intervenção da justiça, envolve questões de segurança, mas é um problema de cultura. Um fenómeno demasiado frequente e visível na sociedade portuguesa. Estão subjacentes questões de igualdade de género, mas remete para temas ainda mais complexos sobre as relações interpessoais e familiares. A violência bruta parece nascer onde antes habitou o amor, mas na verdade importa refletir como ainda tantas vezes confundimos amor com posse ou dominação.

Portugal melhorou nos instrumentos de combate à violência, quadro legislativo e respostas sociais, mudança essa sinalizada na avaliação feita no âmbito da implementação da Convenção de Istambul. Mas há ainda muito a fazer e o Comité de Partes da Convenção deixa várias recomendações, a serem avaliadas em 2024.

O grupo parlamentar do PS, que recentemente promoveu um minuto de silêncio pelas vítimas de violência doméstica, promete iniciativas nesta legislatura. É urgente um compromisso coletivo em torno do tema, envolvendo protagonistas políticos,

instituições públicas com responsabilidades neste trabalho multidisciplinar, instituições e ONG, sociedade civil.

Sílvia, Ana, Manuela, não são nomes ficcionais. São vítimas. E cada caso de violência deve sobressaltar-nos e comprometer-nos com a procura de uma intervenção mais profunda, mais eficaz e mais persistente.

https://www.tsf.pt/opiniao/violencia-domestica-e-favor-nao-desviar-o-olhar-14959262.html

A VERDADE

CASTELO DE PAIVA DESTAQUE

"Hoje estamos melhor preparados para responder às vítimas de violência doméstica"

By Patrícia Cunha
JUN 22, 2022 Castelo de Paiva

O ano de 2022 vai a meio e já morreram 15 mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal. Um número que quase equivale ao número de mulheres que morreram em 2021 vítimas de violência doméstica (16), de acordo com os dados divulgados pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Uma das mais recentes vítimas de violência doméstica, a 14ª mulher a morrer este ano em Portugal neste contexto, foi uma mulher encontrada inconsciente e com um ferimento na cabeça, no dia 20 de junho, na freguesia de Soalhães, concelho de Marco de Canaveses.

No âmbito desta temática a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa) reuniu-se esta quarta-feira, dia 22 de Junho, em Castelo de Paiva, para o I Seminário Intermunicipal "Vítimas e Agressores: as duas faces da mesma moeda".

Neste seminário debateu-se a intervenção no quadro da violência doméstica e presente no evento a secretária de Estado da Igualdade e Migrações, Isabel Rodrigues, mostrou-se "muito preocupada, porque se trata de uma violação intolerável do direito fundamental e temos de combater esse fenómeno".

Isabel Rodrigues sublinhou que tem havido um "grande investimento na montagem de uma rede que pudesse ter uma cobertura mais abrangente possível do território. Os estudos indicam que quanto mais reforçamos a rede de respostas e apoio às vítimas, mais confiança e mais segurança sentem para procurar ajuda e denunciar as situações".

Segundo dados publicados no Relatório da APAV "Vítima de Homicídio 2021" o número de mortes, de homens e mulheres, tem aumentado nos últimos anos. Em 2018 foram

39 e em 2021 registaram-se 69 mortes. O mesmo acontece com o número de denúncias, indica a mesma publicação. Para a secretária de Estado da Igualdade e Migrações "esse crescimento de denúncia significa que hoje estamos melhor preparados para responder às vítimas e acontece na sequência de diversos fatores, nomeadamente o fim do pacto de silêncio que a comunidade fazia em torno do fenómeno".

"Também não podemos dizer que existem mais situações de violência. O que temos hoje são respostas que há dez anos não existiam. Hoje temos um nível de compromisso que antes não existia e esta reflexão é importante para percebermos o que estamos a fazer bem e o que não estamos a fazer assim tão bem", frisa.

Apesar dos investimentos, Isabel Rodrigues considera que "ainda é necessário haver estes debates, porque estamos a falar de transformações que têm de ocorrer ao nível das mentalidades e das representações sociais e que, pela sua natureza, são transformações muito difíceis de implementar".

À margem do seminário, a secretária de Estado da Igualdade e Migrações enalteceu o trabalho "muito intenso que está a ser feito ao nível da educação, um eixo fundamental. Será essa a geração que provavelmente quando chegar à idade adulta nos permitirá visualizar nos indicadores a mudança que estamos a implementar. O aumento das denúncias já é uma grande mudança, significa que se quebrou o pacto de silêncio, e esse era o primeiro passo que precisávamos de dar".

O trabalho de reflexão realizado neste seminário, "através da CIM do Tâmega e Sousa é feito a partir do trabalho que já decorreu no terreno e a demonstração perfeita de que há um envolvimento de um conjunto de atores locais", disse Isabel Rodrigues.

Uma opinião também partilhada pelo presidente do CIM do Tâmega e Sousa, Pedro Machado. "O fenómeno não está a piorar, do ponto de vista dos números, mas está a acontecer um serviço de proximidade, muito mais acessível para cada um dos cidadãos e com uma mudança de consciência coletiva", explica.

Na qualidade de representante, Pedro Machado considera que "todos os municípios e algumas instituições já trabalharam nestas temáticas, mas este é um bom exemplo de um trabalho feito, de forma concertada e articulada, e há um padronizar de abordagens, de metodologias e, sobretudo, maior eficiência nas respostas. Quando pensamos, por exemplo, na necessidade de alojar vítimas de violência doméstica, naturalmente que se trabalharmos em rede é muito mais fácil".

Nesse sentido, o presidente da CIM do Tâmega e Sousa admite que "é importante que os atores locais se mantenham ativos na mudança de mentalidades. É um trabalho muito difícil, mas acredito que com o trabalho feito com as crianças e jovens, vamos chegar lá", conclui.

No I Seminário Intermunicipal "Vítimas e Agressores: as duas faces da mesma moeda" estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, José Rocha, e o vice-presidente da Comissão de Cidadania e de Igualdade de Género, Manuel Albano.

https://averdade.com/hoje-estamos-melhor-preparados-para-responder-as-vitimas-de-violencia-domestica/

Reconquista,

Calar é ser cúmplice: Idosos descartáveis

Florentino Beirão - 23/06/2022 - 9:35

Ocorreu, no passado dia quinze, o Dia Mundial de consciencialização contra a pessoa idosa com o lema "calar é ser cúmplice"". Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) um em cada seis idosos, é vítima de algum tipo de violência. Face a esta brutal realidade, todos nos devemos interrogar a respeito deste fenómeno, muito conhecido no nosso país. Muitas vezes ficarmos calados é consentir e fechar os olhos às vítimas de agressões. Quantas vezes estas ocorrem ao nosso lado sem darmos por isso, muitas vezes por familiares dos mesmos idosos. É altura de nos interrogarmos sobre a questão premente de "Como envelhecem os portugueses (2020)", título do livro da docente Maria João Guardado Moreira, professora do Politécnico de Castelo Branco que escreveu esta obra para a Fundação Manuel dos Santos a qual nos vai ajudar a tratar este vasto tema, de tão grande importância. Segundo a ONU, é um assunto a não olvidar, mas deve-se encarar de frente, com medidas atempadas e eficazes que podem ajudar a evitar comportamentos desviantes, face ao cuidar dos idosos.
Segundo a professora, a probabilidade de podermos sofrer algum tipo de discriminação, por causa da idade, é uma realidade. Porque, de um modo geral, felizmente, todos vamos envelhecendo e podemos, em qualquer altura da nossa vida, virmos a sofrer alguma discriminação ou mesmo qualquer tipo de violência, física ou moral. As estatísticas são bem elucidativas. Revelam-nos que 1,2 milhões de pessoas em 2025 vão ter mais de 60 anos. E, em Portugal, segundo as mesmas, mais de 80% dos crimes contra idosos são referentes a violência doméstica. E dizem-nos ainda que a maioria é cometida pelos filhos das próprias vítimas. Podem ser abusos de vários tipos ou simplesmente fruto de negligência. Esta realidade não é uma atitude muito longínqua, mas pode bem encontrar-se à nossa porta sem que dela tenhamos conhecimento. Por vezes, somos cidadãos distraídos com o que se passa à nossa volta. Não é raro lermos nos jornais e ouvirmos nas televisões que nos hospitais acontecem casos em que há pessoas idosas que não podem ou não querem de lá sair, porque lhes falta o conforto de uma família que os receba.
Nos últimos anos, a violência contra os idosos em Portugal, revelam as estatísticas, mais do que duplicou. Estes números podem não nos revelar toda a realidade, mas são já um sintoma de que algo está mal. Mitos dos crimes ficam no segredo dos deuses.
E como percepciona a sociedade portuguesa este problema? Em 2008, 61% da população portuguesa, inquirida num inquérito europeu, referiu que a discriminação pela idade era um problema muito ou bastante sério e só cerca de 5% disseram ser um problema que não existe no nosso país. Portugal era aliás o quarto país onde a percepção da gravidade da discriminação era maior depois da França, Inglaterra e Roménia. Por outro lado, 17% dos portugueses indicavam que já tinham sentido alguma forma de discriminação por causa da idade, maltratados, insultados vítimas de vários abusos. Mas era entre os mais velhos que mais se fazia sentir a discriminação: quase 21% das pessoas, entre os 65 e 70 anos e perto de 32% dos que tinham mais de 80 anos, já

sentiram que tinham sido discriminados por causa da idade. Esta discriminação passava pelos maus tratos, insultos, abuso ou recusa de serem atendidos em determinados serviços. Uma das formas extremas de discriminação é o abuso que pode assumir contornos de violência física, psicológica/emocional, abuso sexual, violência económica, negligência e abandono.

Segundo um recente relatório da APAV cerca de 28% das pessoas idosas vítimas de crime e de violência, sinalizadas por esta associação, tinham entre 65 e 69 anos, maioritariamente mulheres. Os agressores foram, predominantemente, do sexo masculino.

Segundo o último senso, por cada cem jovens, existem 182 idosos que representam mais de um quarto da população residente no nosso país. Não devemos deixar de ter em conta esta realidade se quisermos implementar medidas urgentes e eficazes para fazer frente a esta realidade que nos deve interrogar. Ignorar os problemas que daqui decorrem nunca poderá ser uma maneira razoável de enfrentarmos esta cruel realidade. Se a violência é sempre inaceitável, seja em qualquer idade que for praticada, nos idosos torna-se mais chocante e injusto para tantos que deram ao país uma vida inteira de trabalho. Não os devemos descartar, mas trata-los como pessoas.

NOTÍCIASAOMINUTO

PAN quer ouvir MAI e ministra do Trabalho na AR sobre violência doméstica

O PAN requereu hoje a audição urgente no parlamento da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do ministro da Administração Interna e da secretária de Estado da Igualdade e Migrações para debater a violência doméstica.

© Global Imagens

Em comunicado, o partido indicou que "deu hoje entrada no parlamento de um requerimento para que o ministro da Administração Interna, a senhora ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a secretária de Estado da Igualdade e Migrações sejam ouvidos em audição com caráter de urgência na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a situação da violência doméstica em Portugal".

Citada no comunicado, a porta-voz e deputada única do PAN considerou "profundamente preocupante" que a meio do ano se tenham "perdido já tantas vidas para a violência doméstica, incluindo crianças".

"Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vidas para a violência, incluindo a violência contra crianças", defendeu.

Inês Sousa Real sustentou que é necessário "auscultar o Governo e as principais entidades competentes nesta matéria, de modo a, conjuntamente com a Assembleia da República, ser feita uma reflexão profunda sobre as razões do enraizamento da

violência doméstica na nossa sociedade, dos meios de combate e das soluções para uma sua prevenção".

Citando dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), a deputada do PAN indicou que "em média registam-se 54 casos de violência doméstica por dia", sendo que "em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e 40% das vítimas já haviam apresentado queixa contra o homicida".

"Segundo o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), apesar de o fenómeno da violência doméstica ter registado em 2021 uma ligeira redução (-4%), continua a apresentar 'índices de participação muito elevados'", acrescentou Inês Sousa Real, indicando que no ano passado "foram registadas 26.520 participações".

"Aliás, tal como sucedeu em 2020, o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo é a tipologia criminal mais participada e é cometido, sobretudo, sobre mulheres (74,9%) por agressores dos sexo masculino (81,1%). De notar ainda que, conforme mostra o RASI, em 2021, o número de casos de violência doméstica contra menores registou um aumento de 8,1% no ano passado", assinalou a deputada única, referindo também que "as crianças encontram-se não raras vezes expostas às situações de violência doméstica entre os progenitores".

E considerou que, "obstante a densificação que tem vindo a ser feita em matéria de legislação ou mesmo ao nível da definição de estratégias e/ou planos de atuação com vista à sua prevenção, o fenómeno da violência doméstica em Portugal continua a assumir proporções preocupantes, de forma transversal a todo o país, idades ou situações sociais".

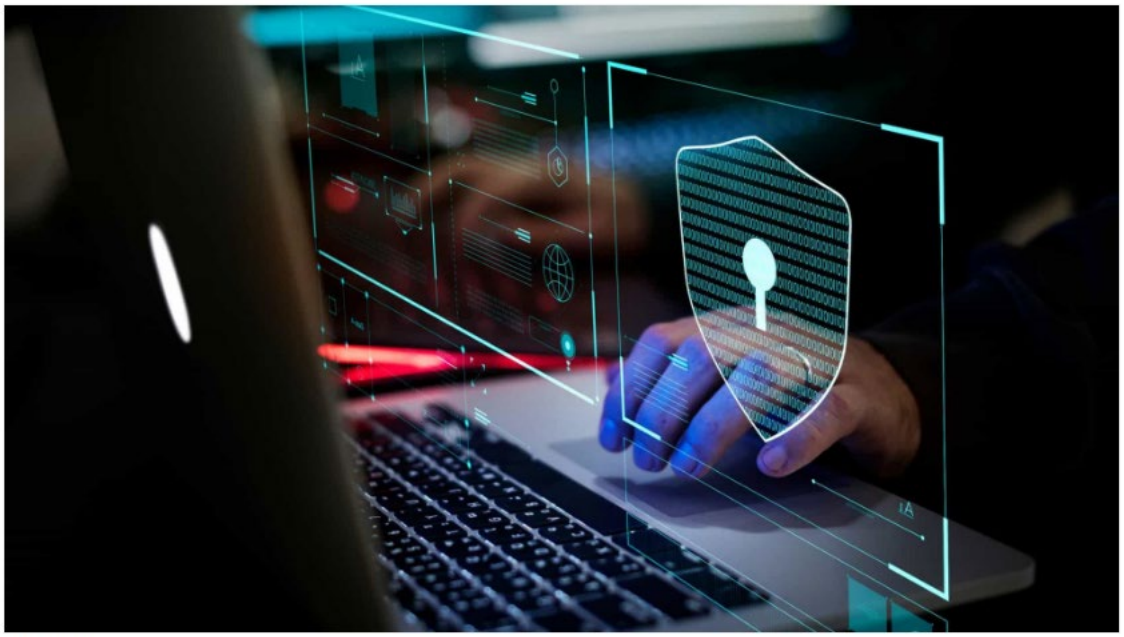
No mesmo comunicado, o PAN referiu que entregou também na Assembleia da República um voto de pesar "pelas vítimas de violência de doméstica, que neste ano já tirou a vida a quase tantas pessoas quanto o total registado em 2022".

https://www.noticiasaominuto.com/politica/2021350/pan-quer-ouvir-mai-e-ministra-do-trabalho-na-ar-sobre-violencia-domestica

NOTÍCIASAOMINUTO

Ciberataques. Banca e serviços de Internet entre os setores mais afetados

A banca, as infraestruturas digitais e os prestadores de serviços de Internet foram os "setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT", segundo o relatório Cibersegurança em Portugal hoje divulgado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).



© Shutterstock

No ano passado, o CERT.PT, do CNCS, registou um aumento de 26% no número de incidentes de cibersegurança em 2021, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing/smishing' [envio de 'mails' ou SMS para 'pescar' informação confidencial dos utilizadores] representou 40% dos incidentes, a engenharia social 14% e a distribuição de 'malware' 13%, de acordo com o CNCS.

"As marcas mais simuladas nos ataques de 'phishing/smishing' em 2021 são do âmbito da banca (48% dos casos), dos transportes e logística (21%) e das plataformas de 'emails' (19%)", refere o relatório.

Os tipos de incidentes mais registados pelos membros da RNCSIRT [Rede Nacional de CSIRT é um fórum de excelência para partilha de informação de caráter operacional] no ano passado foram a tentativa de 'login' (16%), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o 'scanning' (8%).

No ano passado "verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] face ao ano anterior", refere o documento.

Relativamente aos setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021, o comércio e serviços representou 25%, a banca 13% e a administração local 8%.

"Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o 'ransomware' (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)", lê-se no relatório.

Já o número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais "cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11%".

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal subiu 0,4 pontos percentuais - de 7,4% em 2020 para 7,8% no ano passado, sendo a burla informática/comunicações a que tem mais registos em 2021 (91% do total).

Segue-se o acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021.

"A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ)", adianta o relatório.

O número de condenados em crimes relacionados com a informática diminuiu (menos 44%) e a de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019.

"O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)", é referido no relatório.

No ano passado, o 'phishing' e vários tipos de burla 'online' continuaram a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete de Cibercrime da PGR. Verificou-se ainda "uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV)".

A 'sextortion' (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) "foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021".

As conclusões que resultam deste estudo "apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o 'ransomware' ou a exploração de vulnerabilidades", lê-se no documento.

"O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar, não se vislumbrando o regresso a níveis pré-pandemia em grande parte dos casos", perspetivando-se "ainda o emergir da influência do contexto geopolítico e estratégico internacional nas dinâmicas do ciberespaço em manifestações de natureza híbrida, bem como a mitigação progressiva da pandemia enquanto tema dominante nesta matéria".

No primeiro trimestre deste ano, sublinha o relatório, "vários casos com potencial de impacto elevado afetaram o ciberespaço de interesse nacional do ponto de vista mediático e em termos de efeitos em serviços e pessoas", destacando "os ataques ao grupo de media Impresa, pelo efeito mediático e pela importância dos dados comprometidos, bem como à Vodafone, sobretudo pelos serviços afetados".

Em ambos os casos, "assistiu-se a uma destruição de dados que comprometeu a disponibilidade da informação e de serviços", refere o relatório.

"Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de 'ransomware', violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque", adianta.

As tendências nacionais "articulam-se com as tendências internacionais que têm continuidade em relação a 2021, mas também com as que emergem no início de 2022, como sejam as que resultam do conflito na Ucrânia ou da recorrência de ataques com impacto no país advindos de agentes de ameaça internacionais de caracterização ambígua".

Se, por um lado, "o contexto de guerra pode incentivar as ações de atores estatais, por outro, as fragilidades do fator humano no uso, por exemplo, de um 'smartphone' podem ser portas de entrada para grupos que se confundem na motivação entre os ganhos financeiros, o niilismo político e o vandalismo informático", acrescenta.

https://www.noticiasaominuto.com/pais/2021416/ciberataques-banca-e-servicos-de-internet-entre-os-setores-mais-afetados

dnoticias.pt

Banca e infra-estuturas digitais entre os sectores mais afectados em 2021

Agência Lusa 23 jun 2022 19:19

A banca, as infraestruturas digitais e os prestadores de serviços de Internet foram os "setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT", segundo o relatório Cibersegurança em Portugal hoje divulgado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

No ano passado, o CERT.PT, do CNCS, registou um aumento de 26% no número de incidentes de cibersegurança em 2021, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing/smishing' [envio de 'mails' ou SMS para 'pescar' informação confidencial dos utilizadores] representou 40% dos incidentes, a engenharia social 14% e a distribuição de 'malware' 13%, de acordo com o CNCS.

"As marcas mais simuladas nos ataques de 'phishing/smishing' em 2021 são do âmbito da banca (48% dos casos), dos transportes e logística (21%) e das plataformas de 'emails' (19%)", refere o relatório.

Os tipos de incidentes mais registados pelos membros da RNCSIRT [Rede Nacional de CSIRT é um fórum de excelência para partilha de informação de caráter operacional] no ano passado foram a tentativa de 'login' (16%), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o 'scanning' (8%).

No ano passado "verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] face ao ano anterior", refere o documento.

Relativamente aos setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021, o comércio e serviços representou 25%, a banca 13% e a administração local 8%.

"Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o 'ransomware' (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)", lê-se no relatório.

Já o número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais "cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11%".

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal subiu 0,4 pontos percentuais - de 7,4% em 2020 para 7,8% no ano passado, sendo a burla informática/comunicações a que tem mais registos em 2021 (91% do total).

Segue-se o acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021.

"A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ)", adianta o relatório.

O número de condenados em crimes relacionados com a informática diminuiu (menos 44%) e a de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019.

"O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)", é referido no relatório.

No ano passado, o 'phishing' e vários tipos de burla 'online' continuaram a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete de Cibercrime da PGR. Verificou-se ainda "uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV)".

A 'sextortion' (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) "foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021".

As conclusões que resultam deste estudo "apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o 'ransomware' ou a exploração de vulnerabilidades", lê-se no documento.

"O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar, não se vislumbrando o regresso a níveis pré-pandemia em grande parte dos casos", perspetivando-se "ainda o emergir da influência do contexto geopolítico e estratégico internacional nas dinâmicas do ciberespaço em manifestações de natureza híbrida, bem como a mitigação progressiva da pandemia enquanto tema dominante nesta matéria".

No primeiro trimestre deste ano, sublinha o relatório, "vários casos com potencial de impacto elevado afetaram o ciberespaço de interesse nacional do ponto de vista mediático e em termos de efeitos em serviços e pessoas", destacando "os ataques ao grupo de media Impresa, pelo efeito mediático e pela importância dos dados comprometidos, bem como à Vodafone, sobretudo pelos serviços afetados".

Em ambos os casos, "assistiu-se a uma destruição de dados que comprometeu a disponibilidade da informação e de serviços", refere o relatório.

"Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de 'ransomware', violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque", adianta.

As tendências nacionais "articulam-se com as tendências internacionais que têm continuidade em relação a 2021, mas também com as que emergem no início de 2022, como sejam as que resultam do conflito na Ucrânia ou da recorrência de ataques com impacto no país advindos de agentes de ameaça internacionais de caracterização ambígua".

Se, por um lado, "o contexto de guerra pode incentivar as ações de atores estatais, por outro, as fragilidades do fator humano no uso, por exemplo, de um 'smartphone' podem ser portas de entrada para grupos que se confundem na motivação entre os ganhos financeiros, o niilismo político e o vandalismo informático", acrescenta.

https://www.dnoticias.pt/2022/6/23/316872-banca-e-infra-estuturas-digitais-entre-os-sectores-mais-afectados-em-2021/

CORREIO da manhã

PAN quer chamar ao parlamento ministros do Trabalho e da Administração Interna sobre violência doméstica

Deputada do PAN considera "profundamente preocupante" que a meio do ano se tenham "perdido já tantas vidas para a violência doméstica".

Lusa | 23 de Junho de 2022 às 18:23

O PAN requereu esta quinta-feira a audição urgente no parlamento da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do ministro da Administração Interna e da secretária de Estado da Igualdade e Migrações para debater a violência doméstica.

Em comunicado, o partido indicou que "deu hoje entrada no parlamento de um requerimento para que o ministro da Administração Interna, a senhora ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a secretária de Estado da Igualdade e Migrações sejam ouvidos em audição com caráter de urgência na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a situação da violência doméstica em Portugal".

Citada no comunicado, a porta-voz e deputada única do PAN considerou "profundamente preocupante" que a meio do ano se tenham "perdido já tantas vidas para a violência doméstica, incluindo crianças".

"Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vidas para a violência, incluindo a violência contra crianças", defendeu.

Inês Sousa Real sustentou que é necessário "auscultar o Governo e as principais entidades competentes nesta matéria, de modo a, conjuntamente com a Assembleia da República, ser feita uma reflexão profunda sobre as razões do enraizamento da

violência doméstica na nossa sociedade, dos meios de combate e das soluções para uma sua prevenção".

Citando dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), a deputada do PAN indicou que "em média registam-se 54 casos de violência doméstica por dia", sendo que "em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e 40% das vítimas já haviam apresentado queixa contra o homicida".

"Segundo o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), apesar de o fenómeno da violência doméstica ter registado em 2021 uma ligeira redução (-4%), continua a apresentar 'índices de participação muito elevados'", acrescentou Inês Sousa Real, indicando que no ano passado "foram registadas 26.520 participações".

"Aliás, tal como sucedeu em 2020, o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo é a tipologia criminal mais participada e é cometido, sobretudo, sobre mulheres (74,9%) por agressores dos sexo masculino (81,1%). De notar ainda que, conforme mostra o RASI, em 2021, o número de casos de violência doméstica contra menores registou um aumento de 8,1% no ano passado", assinalou a deputada única, referindo também que "as crianças encontram-se não raras vezes expostas às situações de violência doméstica entre os progenitores".

E considerou que, "obstante a densificação que tem vindo a ser feita em matéria de legislação ou mesmo ao nível da definição de estratégias e/ou planos de atuação com vista à sua prevenção, o fenómeno da violência doméstica em Portugal continua a assumir proporções preocupantes, de forma transversal a todo o país, idades ou situações sociais".

No mesmo comunicado, o PAN referiu que entregou também na Assembleia da República um voto de pesar "pelas vítimas de violência de doméstica, que neste ano já tirou a vida a quase tantas pessoas quanto o total registado em 2022".

https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/pan-quer-chamar-ao-parlamento-ministros-do-trabalho-e-da-administracao-interna-sobre-violencia-domestica?ref=Portugal_CmaoMinuto

Diário de Notícias

Banca e infraestuturas digitais entre os setores mais afetados por ciberataques em 2021

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

DN/Lusa
23 Junho 2022 — 19:23

TÓPICOS
- ciberataques
- Economia
- Sociedade

A banca, as infraestruturas digitais e os prestadores de serviços de Internet foram os "setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT", segundo o relatório Cibersegurança em Portugal divulgado esta quinta-feira pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

No ano passado, o CERT.PT, do CNCS, registou um aumento de 26% no número de incidentes de cibersegurança em 2021, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing/smishing' [envio de 'mails' ou SMS para 'pescar' informação confidencial dos utilizadores] representou 40% dos incidentes, a engenharia social 14% e a distribuição de 'malware' 13%, de acordo com o CNCS.

"As marcas mais simuladas nos ataques de 'phishing/smishing' em 2021 são do âmbito da banca (48% dos casos), dos transportes e logística (21%) e das plataformas de 'emails' (19%)", refere o relatório.

Os tipos de incidentes mais registados pelos membros da RNCSIRT [Rede Nacional de CSIRT é um fórum de excelência para partilha de informação de caráter operacional] no ano passado foram a tentativa de 'login' (16%), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o 'scanning' (8%).

No ano passado "verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] face ao ano anterior", refere o documento.

Relativamente aos setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021, o comércio e serviços representou 25%, a banca 13% e a administração local 8%.

"Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o 'ransomware' (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)", lê-se no relatório.

Já o número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais "cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11%".

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal subiu 0,4 pontos percentuais - de 7,4% em 2020 para 7,8% no ano passado, sendo a burla informática/comunicações a que tem mais registos em 2021 (91% do total).

Segue-se o acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021.

"A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ)", adianta o relatório.

O número de condenados em crimes relacionados com a informática diminuiu (menos 44%) e a de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019.

"O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)", é referido no relatório.

No ano passado, o 'phishing' e vários tipos de burla 'online' continuaram a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete de Cibercrime da PGR. Verificou-se ainda "uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV)".

A 'sextortion' (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) "foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021".

As conclusões que resultam deste estudo "apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o 'ransomware' ou a exploração de vulnerabilidades", lê-se no documento.

"O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar, não se vislumbrando o regresso a níveis pré-pandemia em grande parte dos casos", perspetivando-se "ainda o emergir da influência do contexto geopolítico e estratégico internacional nas dinâmicas do ciberespaço em manifestações de natureza híbrida, bem como a mitigação progressiva da pandemia enquanto tema dominante nesta matéria".

No primeiro trimestre deste ano, sublinha o relatório, "vários casos com potencial de impacto elevado afetaram o ciberespaço de interesse nacional do ponto de vista mediático e em termos de efeitos em serviços e pessoas", destacando "os ataques ao grupo de media Impresa, pelo efeito mediático e pela importância dos dados comprometidos, bem como à Vodafone, sobretudo pelos serviços afetados".

Em ambos os casos, "assistiu-se a uma destruição de dados que comprometeu a disponibilidade da informação e de serviços", refere o relatório.

"Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de 'ransomware', violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque", adianta.

As tendências nacionais "articulam-se com as tendências internacionais que têm continuidade em relação a 2021, mas também com as que emergem no início de 2022, como sejam as que resultam do conflito na Ucrânia ou da recorrência de ataques com impacto no país advindos de agentes de ameaça internacionais de caracterização ambígua".

Se, por um lado, "o contexto de guerra pode incentivar as ações de atores estatais, por outro, as fragilidades do fator humano no uso, por exemplo, de um 'smartphone' podem ser portas de entrada para grupos que se confundem na motivação entre os ganhos financeiros, o niilismo político e o vandalismo informático", acrescenta.

https://www.dn.pt/sociedade/banca-e-infraestuturas-digitais-entre-os-setores-mais-afetados-por-ciberataques-em-2021-14963856.html

CORREIO da manhã

Banca e infraestuturas digitais entre os setores mais afetados em 2021 por ciberataques

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing' representou 40% dos incidentes segundo o relatório Cibersegurança em Portugal.

Lusa | 23 de Junho de 2022 às 19:33

A banca, as infraestruturas digitais e os prestadores de serviços de Internet foram os "setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT", segundo o relatório Cibersegurança em Portugal esta quinta-feira divulgado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

No ano passado, o CERT.PT, do CNCS, registou um aumento de 26% no número de incidentes de cibersegurança em 2021, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing/smishing' [envio de 'mails' ou SMS para 'pescar' informação confidencial dos utilizadores] representou 40% dos incidentes, a engenharia social 14% e a distribuição de 'malware' 13%, de acordo com o CNCS.

"As marcas mais simuladas nos ataques de 'phishing/smishing' em 2021 são do âmbito da banca (48% dos casos), dos transportes e logística (21%) e das plataformas de 'emails' (19%)", refere o relatório.

Os tipos de incidentes mais registados pelos membros da RNCSIRT [Rede Nacional de CSIRT é um fórum de excelência para partilha de informação de caráter operacional] no ano passado foram a tentativa de 'login' (16%), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o 'scanning' (8%).

No ano passado "verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] face ao ano anterior", refere o documento.

Relativamente aos setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021, o comércio e serviços representou 25%, a banca 13% e a administração local 8%.

"Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o 'ransomware' (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)", lê-se no relatório.

Já o número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais "cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11%".

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal subiu 0,4 pontos percentuais - de 7,4% em 2020 para 7,8% no ano passado, sendo a burla informática/comunicações a que tem mais registos em 2021 (91% do total).

Segue-se o acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021.

"A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ)", adianta o relatório.

O número de condenados em crimes relacionados com a informática diminuiu (menos 44%) e a de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019.

"O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)", é referido no relatório.

No ano passado, o 'phishing' e vários tipos de burla 'online' continuaram a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete de Cibercrime da PGR. Verificou-se ainda "uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV)".

A 'sextortion' (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) "foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021".

As conclusões que resultam deste estudo "apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o 'ransomware' ou a exploração de vulnerabilidades", lê-se no documento.

"O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar, não se vislumbrando o regresso a níveis pré-pandemia em grande parte dos casos", perspetivando-se "ainda o emergir da influência do contexto geopolítico e estratégico internacional nas dinâmicas do ciberespaço em manifestações de natureza híbrida, bem como a mitigação progressiva da pandemia enquanto tema dominante nesta matéria".

No primeiro trimestre deste ano, sublinha o relatório, "vários casos com potencial de impacto elevado afetaram o ciberespaço de interesse nacional do ponto de vista mediático e em termos de efeitos em serviços e pessoas", destacando "os ataques ao grupo de media Impresa, pelo efeito mediático e pela importância dos dados comprometidos, bem como à Vodafone, sobretudo pelos serviços afetados".

Em ambos os casos, "assistiu-se a uma destruição de dados que comprometeu a disponibilidade da informação e de serviços", refere o relatório.

"Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de 'ransomware', violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque", adianta.

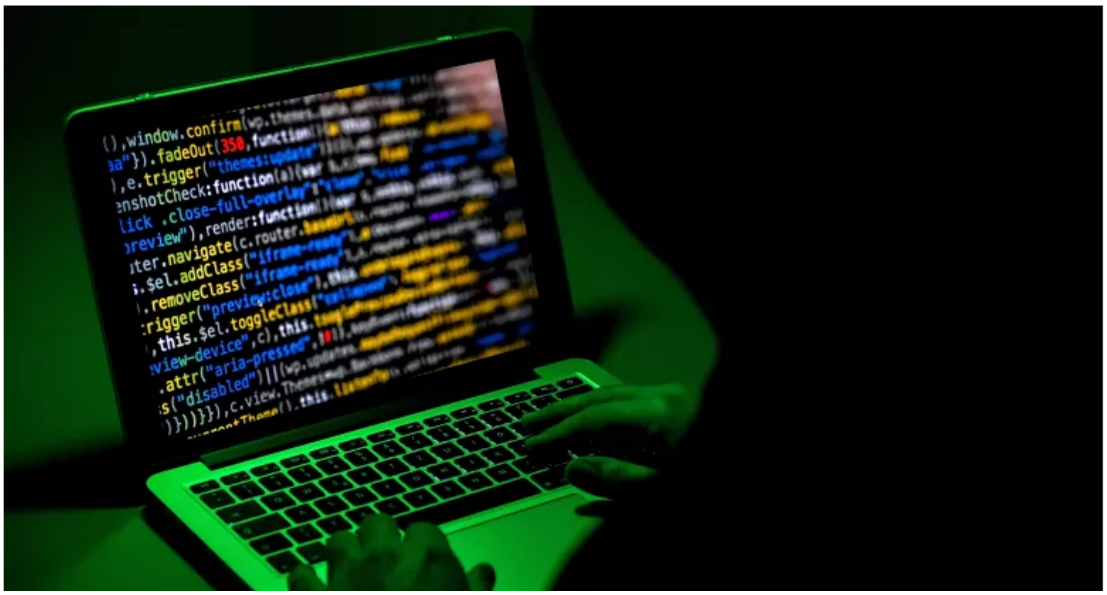
As tendências nacionais "articulam-se com as tendências internacionais que têm continuidade em relação a 2021, mas também com as que emergem no início de 2022, como sejam as que resultam do conflito na Ucrânia ou da recorrência de ataques com impacto no país advindos de agentes de ameaça internacionais de caracterização ambígua".

Se, por um lado, "o contexto de guerra pode incentivar as ações de atores estatais, por outro, as fragilidades do fator humano no uso, por exemplo, de um 'smartphone' podem ser portas de entrada para grupos que se confundem na motivação entre os ganhos financeiros, o niilismo político e o vandalismo informático", acrescenta.

https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/banca-e-infraestuturas-digitais-entre-os-setores-mais-afetados-em-2021-por-ciberataques?ref=Sociedade_DestaquesPrincipais

Banca e infraestruturas digitais entre os setores mais afetados por ciberataques em 2021

A banca, as infraestruturas digitais e os prestadores de serviços de Internet foram os "setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT", segundo o relatório Cibersegurança em Portugal hoje divulgado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).



No ano passado, o CERT.PT, do CNCS, registou um aumento de 26% no número de incidentes de cibersegurança em 2021, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com a edição de 2022 do relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos, "os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a banca (13% dos incidentes), as infraestruturas digitais (8%) e os prestadores de serviços de Internet (6%)".

Sobre o tipo de ciberataques, o 'phishing/smishing' [envio de 'mails' ou SMS para 'pescar' informação confidencial dos utilizadores] representou 40% dos incidentes, a engenharia social 14% e a distribuição de 'malware' 13%, de acordo com o CNCS.

"As marcas mais simuladas nos ataques de 'phishing/smishing' em 2021 são do âmbito da banca (48% dos casos), dos transportes e logística (21%) e das plataformas de 'emails' (19%)", refere o relatório.

Os tipos de incidentes mais registados pelos membros da RNCSIRT [Rede Nacional de CSIRT é um fórum de excelência para partilha de informação de caráter operacional] no ano passado foram a tentativa de 'login' (16%), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o 'scanning' (8%).

No ano passado "verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] face ao ano anterior", refere o documento.

Relativamente aos setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021, o comércio e serviços representou 25%, a banca 13% e a administração local 8%.

"Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o 'ransomware' (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)", lê-se no relatório.

Já o número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais "cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11%".

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal subiu 0,4 pontos percentuais - de 7,4% em 2020 para 7,8% no ano passado, sendo a burla informática/comunicações a que tem mais registos em 2021 (91% do total).

Segue-se o acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021.

"A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ)", adianta o relatório.

O número de condenados em crimes relacionados com a informática diminuiu (menos 44%) e a de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019.

"O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)", é referido no relatório.

No ano passado, o 'phishing' e vários tipos de burla 'online' continuaram a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete de Cibercrime da PGR. Verificou-se ainda "uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV)".

A 'sextortion' (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) "foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021".

As conclusões que resultam deste estudo "apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o 'ransomware' ou a exploração de vulnerabilidades", lê-se no documento.

"O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar, não se vislumbrando o regresso a níveis pré-pandemia em grande parte dos casos", perspetivando-se "ainda o

emergir da influência do contexto geopolítico e estratégico internacional nas dinâmicas do ciberespaço em manifestações de natureza híbrida, bem como a mitigação progressiva da pandemia enquanto tema dominante nesta matéria".

No primeiro trimestre deste ano, sublinha o relatório, "vários casos com potencial de impacto elevado afetaram o ciberespaço de interesse nacional do ponto de vista mediático e em termos de efeitos em serviços e pessoas", destacando "os ataques ao grupo de media Impresa, pelo efeito mediático e pela importância dos dados comprometidos, bem como à Vodafone, sobretudo pelos serviços afetados".

Em ambos os casos, "assistiu-se a uma destruição de dados que comprometeu a disponibilidade da informação e de serviços", refere o relatório.

"Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de 'ransomware', violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque", adianta.

As tendências nacionais "articulam-se com as tendências internacionais que têm continuidade em relação a 2021, mas também com as que emergem no início de 2022, como sejam as que resultam do conflito na Ucrânia ou da recorrência de ataques com impacto no país advindos de agentes de ameaça internacionais de caracterização ambígua".

Se, por um lado, "o contexto de guerra pode incentivar as ações de atores estatais, por outro, as fragilidades do fator humano no uso, por exemplo, de um 'smartphone' podem ser portas de entrada para grupos que se confundem na motivação entre os ganhos financeiros, o niilismo político e o vandalismo informático", acrescenta.

https://www.sapo.pt/noticias/economia/banca-e-infraestruturas-digitais-entre-os_62b4b0354f74e758f5ecb3bf

postal DO ALGARVE

SOCIEDADE

Jéssica: "Quando uma criança é assassinada, todos nós enquanto comunidade, falhámos" [vídeo]

Frederico Moyano Marques, jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, apela ao dever cívico.

A menina de três anos, assassinada em Setúbal, foi sinalizada pela CPCJ quanto tinha um mês, tendo o caso seguido para o Ministério Público em 2020. A investigação para apurar eventuais falhas no sistema jurídico ainda está a decorrer, recorda o jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Frederico Moyano Marques.

O jurista recorda que quando uma criança é assassinada, "todos nós enquanto comunidade, falhámos". Frederico Moyano Marques apela ainda ao dever cívico da população, no sentido de reforçar a vigilância para prevenir que estes casos ocorram no futuro. Para isso, é preciso colocar de parte a ideia de que, "o que se passa noutras famílias não nos diz respeito".

Questionado sobre o estado do sistema jurídico em Portugal, Frederico Moyano Marques, da APAV, indica que "funciona bem" e que tem vindo melhorar, sublinha ainda que "não é perfeito". Para além disso, aponta a falta de recursos no setor como um dos motivos.

https://postal.pt/sociedade/jessica-quando-uma-crianca-e-assassinada-todos-nos-enquanto-comunidade-falhamos-video%ef%bf%bc/

PAÍS

"Quando uma criança é assassinada, todos nós enquanto comunidade, falhámos"

Jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apela ao dever cívico.

A menina de três anos, assassinada em Setúbal, foi sinalizada pela CPCJ quanto tinha um mês, tendo o caso seguido para o Ministério Público em 2020. A investigação para apurar eventuais falhas no sistema jurídico ainda está a decorrer, recorda o jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Frederico Moyano Marques.

O jurista recorda que quando uma criança é assassinada, "todos nós enquanto comunidade, falhámos". Frederico Moyano Marques apela ainda ao dever cívico da população, no sentido de reforçar a vigilância para prevenir que estes casos ocorram no futuro. Para isso, é preciso colocar de parte a ideia de que, "o que se passa noutras famílias não nos diz respeito".

Questionado sobre o estado do sistema jurídico em Portugal, Frederico Moyano Marques, da APAV, indica que "funciona bem" e que tem vindo a melhorar, sublinha ainda que "não é perfeito". Para além disso, aponta a falta de recursos no setor como um dos motivos.

https://sicnoticias.pt/pais/quando-uma-crianca-e-assassinada-todos-nos-enquanto-comunidade-falhamos/

Cibersegurança em Portugal! Afinal como estamos?

24 JUN 2022 · INTERNET 1 COMENTÁRIO

A Cibersegurança é hoje um tema bastante popular muito pelos constantes ataques a que o nosso país tem estado sujeito. Muitas das empresas perceberam que são necessários mais e melhores processos e estratégias e também é necessário investir nesta área.

O Centro Nacional de Cibersegurança lançou recentemente um relatório que faz uma radiografia do nosso país no que diz respeito à Cibersegurança. Conheça os principais temas da edição de 2022 do Relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos.

O Relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos visa analisar os principais incidentes de Cibersegurança e indicadores de cibercrime, bem como os agentes de ameaça, no ciberespaço de interesse nacional e as grandes tendências nacionais e internacionais.

As conclusões que resultam deste estudo apontam para a persistência de algumas ameaças próprias do contexto de pandemia, como as ligadas à instrumentalização das fragilidades do fator humano, mas também o reforço de outras que têm grande capacidade de impacto, como o ransomware ou a exploração de vulnerabilidades. O número de incidentes e de cibercrimes continua a aumentar.

Cibersegurança: Radiografia de Portugal

Mantém-se a tendência de aumento do volume de incidentes de Cibersegurança e de cibercrimes no ciberespaço de interesse nacional em 2021 e 2022.

As ciberameaças dominantes em Portugal durante o ano de 2021 foram o phishing/smishing/vishing, o ransomware, a fraude/burla online, o comprometimento de contas ou tentativa e a exploração de vulnerabilidades.

Os agentes de ameaça mais relevantes no ciberespaço de interesse nacional em 2021 com tendência de persistência em 2022 foram os cibercriminosos e os atores estatais, seguidos da ameaça interna negligente, dos cyber-offenders e dos hacktivistas.

Perceção de riscos e tendências

Ao nível de perceção de riscos e tendências, o Relatório Cibersegurança em Portugal - Riscos e Conflitos refere que de acordo com o inquérito realizado pelo Observatório de Cibersegurança à comunidade de entidades com protocolo de colaboração com o CNCS, a perceção de risco relativamente à segurança do ciberespaço de interesse nacional agravou-se entre os pontos de contacto destas entidades.

Em 2021, verificaram-se como tendências internacionais com potencial de impacto no ciberespaço de interesse nacional o incremento de ameaças híbridas, os ataques a cadeias de fornecimento, a exploração de vulnerabilidades e a proliferação de ransomware.

Para 2022 e 2023 são identificadas como principais tendências em Portugal a propensão para uma maior intervenção de atores estatais, a persistência do uso das fragilidades do fator humano, ataques de ransomware, violações de dados relativas a credenciais de acesso, exploração de vulnerabilidades e as tecnologias móveis a serem cada vez mais utilizadas como superfícies de ataque.

O contexto internacional atual, muito marcado pelo conflito na Ucrânia, vem substituir a pandemia enquanto temática que cria dinâmicas de escala no ciberespaço de interesse nacional.

Cibersegurança: Alguns números relevantes

O CERT.PT registou um aumento de 26% no número de incidentes de Cibersegurança em 2021 comparando com 2020

Os setores mais afetados pelos incidentes registados pelo CERT.PT em 2021 foram a Banca (13% dos incidentes), as Infraestruturas Digitais (8%) e os Prestadores de Serviços de Internet (6%)

O phishing/smishing (40% dos incidentes), a engenharia social (14%) e a distribuição de malware (13%) foram os tipos de incidentes mais registado pelo CERT.PT em 2021

As marcas mais simuladas nos ataques de phishing/smishing em 2021 são do âmbito da Banca (48% dos casos), dos Transportes e Logística (21%) e das Plataformas de Emails (19%)

Os tipos de incidentes mais registado pelos membros da RNCSIRT em 2021 foram a tentativa de login (16% dos incidentes), a exploração de vulnerabilidades (9%) e o scanning (8%)

Em 2021, verificou-se um aumento de 6% no número de notificações de violações de dados pessoais reportadas à CNPD face ao ano anterior (CNPD).

Os setores e atividades com mais notificações à CNPD em 2021 são o Comércio e Serviços (25% das notificações), a Banca (13%) e a Administração Local (8%) (CNPD).

Entre as notificações enviadas à CNPD em 2021, a origem mais frequente para os incidentes em causa é a falha humana (24% das notificações), o ransomware (22%) e as ações fraudulentas (13%). O princípio da informação mais comprometido é o da confidencialidade (62%)

O número de crimes relacionados com a informática registados pelas autoridades policiais cresceu 6% em 2021 face ao ano anterior, embora o número de crimes estritamente informáticos tenha decrescido 11% (DGPJ).

A percentagem de crimes relacionados com a informática em relação ao total de crimes registados em Portugal cresceu 0,4 pp, de 7,4% em 2020 para 7,8% em 2021 (DGPJ).

A burla informática/comunicações é o crime relacionado com a informática com mais registos em 2021 (91% do total), seguida do acesso/interceção ilegítimos (com 3%) - o crime estritamente informático com mais registos em 2021 (DGPJ).

A burla informática/comunicações é o tipo de crime relacionado com a informática com mais condenados em 2020 (75% dos casos), seguido da falsidade informática (13%) (DGPJ).

Verifica-se um decréscimo no número de condenados em crimes relacionados com a informática (menos 44%) e de arguidos (menos 36%) em 2020 face a 2019 (DGPJ).

O número de denúncias ao Gabinete Cibercrime da PGR continua a aumentar com uma subida para mais do dobro em 2021 (113%) (PGR)

Em 2021, o phishing e variados tipos de burla online continuam a ser os tipos de criminalidade mais denunciados ao Gabinete Cibercrime da PGR (PGR).

Verifica-se uma subida de 40% no número de processos de atendimento e apoio registados pela Linha Internet Segura em 2021 face ao ano anterior (APAV).

A sextortion (30% dos casos), a burla (12%) e o furto de identidade (8%) foram os crimes e outras formas de violência mais registados na dimensão Helpline da Linha Internet Segura em 2021 (APAV).

https://pplware.sapo.pt/internet/cibersegurança-em-portugal-afinal-como-estamos/

Diário do Minho

Fotografia: DM

CAM entregou cheque à APAV para apoiar vítimas de crime

Foram entregues pelo presidente do CAM, Rogério Peixoto, 743 euros.

O Clube Automóvel do Minho (CAM) entregou, ontem, um cheque no valor de 743,04 euros à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). O valor diz respeito a dois por cento da receita dos bilhetes na 41.ª edição da Rampa da Falperra.

A cerimónia, que teve lugar nas instalações do CAM, contou com a presença de Rogério Peixoto, João Alberto e Pedro Macedo, presidente e vice-presidentes do clube minhoto, respetivamente, e Marta Mendes, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga.

https://www.diariodominho.pt/2022/06/29/cam-entregou-cheque-a-apav-para-apoiar-vitimas-de-crime/

NOTÍCIAS magazine

A VIDA COMO ELA É

por MARGARIDA REBELO PINTO

28/06/2022

O icebergue maldito

Rubrica "A vida como ela é", de Margarida Rebelo Pinto.

Uma mulher independente, que não precisa que um homem lhe pague as contas, é ainda vista com alguma desconfiança ou desconforto.

Há meia dúzia de anos ganhei o hábito de visitar um amigo que esteve sujeito a um internamento prolongado num hospital público de Lisboa. Às vezes basta um abraço, um mimo, uma piada divertida para alegrar quem está preso a uma cama, e, como nunca tive medo de hospitais, as visitas entraram na minha rotina. Numa tarde chuvosa, reparei na chegada de uma nova paciente à enfermaria. Tinha a cara feita num bolo, um colar cervical ortopédico, um braço engessado e a perna do lado oposto na mesma condição. Em voz baixa, perguntei ao meu amigo se tinha sido atropelada por um camião TIR. “Violência doméstica. Foi o marido, não morreu porque a polícia chegou a tempo.” Durante os dois meses seguintes, a senhora continuou internada.

Só nesta semana, uma mulher foi assassinada em Cascais à porta de casa pelo marido, outra está internada em estado crítico no Hospital de São João, no Porto, depois de ter sido baleada pelo marido do qual estava separada há alguns anos, e, em Valongo, uma mulher foi atingida na cabeça por um martelo empunhado pelo marido, que se suicidou depois de a julgar morta. Três maridos enlouquecidos de raiva, três casos que ilustram a pequeníssima ponta de um imenso e maldito icebergue. A APAV (Associação de Apoio à Vítima) regista mais de 50 casos de violência doméstica por dia. E o que acontece a todos os outros que ficam por saber? O estatuto de crime público é uma vitória porque obriga a que o processo corra, independentemente da vontade das partes, mas não chega, porque mudar a mentalidade machista, controladora, dominadora e castradora que impera do homem em relação à mulher é como carregar a pedra de Sísifo. Está enraizada aquela noção de posse legitimada pelo amor ou por uma união legal ou legalizada, espelhada em expressões como sou o teu homem, tu és minha, nas quais os pronomes possessivos se tornam abusivos. Entre marido e mulher não se mete a colher, lá em casa quem manda é ela, mas quem manda nela sou eu, fazem parte da nossa cultura popular como o galo de Barcelos ou a sardinha assada. Uma mulher independente, que não precisa que um homem lhe pague as contas, é ainda vista com alguma desconfiança ou desconforto. Tem a mania que é esperta, vai

dar muito trabalho, não se consegue ter mão nela. E para quem se ilude, pensando que a violência doméstica só ocorre em meios economicamente desfavorecidos, recordo um episódio que assisti no início da década de 2000: um menino rico, pouco dado à inteligência, casou com uma amiga minha que quis controlar como se fosse sua propriedade. Quando ela saiu de casa, o pai dele recusou-se a promovê-lo na empresa familiar, alegando que, se não dava conta da própria mulher, como teria capacidade para gerir a construtora?

Além da denúncia imperativa, é obrigatório e urgente educarmos os nossos filhos para o respeito e o carinho, porque o futuro é deles. A questão de fundo é que não é com palavras, mas com ações que os formamos. De nada serve apregoar valores que não praticamos. A violência pode acabar com um tiro de revólver, mas começa com insultos, humilhações, gestos de desprezo e de negligência. A violência começa quando o respeito acaba e vai em crescendo, até ao ponto de o gesto de bater com a porta poder ser uma sentença de morte.

https://www.noticiasmagazine.pt/2022/o-icebergue-maldito/cronicas/a-vida-como-e/277227/

postal DO ALGARVE

Foto D.R.

CULTURA, SOCIEDADE

João Ribeiro da Cruz apresenta "Lenocínio vs Prostituição – a Visão dos Magistrados e Polícias" na Biblioteca Municipal de Tavira

O livro pretende ser um projeto de sensibilização sobre vítimas de exploração sexual, violência doméstica e tráfico de seres humanos e tem como finalidade alertar a comunidade sobre o fenómeno social do lenocínio e da prostituição.

O livro "Lenocínio vs Prostituição – a Visão dos Magistrados e Polícias", da autoria de João Carlos Ribeiro da Cruz, vai ser apresentado esta sexta-feira, pelas 18:30, Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em Tavira, no âmbito do programa Encontro com Autores.

A sessão conta com a presença do Comissário José Dias (PSP Tavira) e do Sargento-Ajudante Luís Costa (Chefe do Núcleo de Apoio à Vítima da GNR de Portimão).

O livro pretende ser um projeto de sensibilização sobre vítimas de exploração sexual, violência doméstica e tráfico de seres humanos e tem como finalidade alertar a comunidade sobre o fenómeno social do lenocínio e da prostituição.

É prefaciada por José Manuel Fonseca, magistrado do Ministério Público, que considera esta obra como "um instrumento de trabalho muito útil para todos os profissionais que se dedicam ao estudo e ao combate do crime de lenocínio", assim como para os que se interessam pelo tema. Esta regista o depoimento de magistrados, polícias e juristas, bem como de diversas vítimas. Para além da sensibilização, a venda do livro tem uma vertente solidária, uma vez que as receitas apuradas serão canalizadas para apoio às instituições: Saúde em Português, APAV e CARITAS.

Decorrente desta edição, está em desenvolvimento a criação de um grupo de Ajuda Mútua das vítimas.João Carlos Ribeiro da Cruz, cabo da GNR em Aveiro, é mestre em criminologia, formador em Igualdade de Género e Tráfico de Seres Humanos e Técnico de Apoio à Vítima.

https://postal.pt/cultura/joao-ribeiro-da-cruz-apresenta-lenocinio-vs-prostituicao-a-visao-dos-magistrados-e-policias-na-biblioteca-municipal-de-tavira/

PORTUGAL resident Your daily news from Portugal

Blevins Franks sees red for charity

By **Portugal Resident** - 29th June 2022

Blevins Franks Charitable Foundation hosted an awareness day on June 24 at the Blevins Franks Wealth Management office in Loulé.

Blevins Franks dedicates one day a year to raise the profile of the Foundation and collect contributions. Called 'Paint the Firm Red', offices across Portugal, Spain, France, Cyprus, Malta and the UK organise events or initiatives in support, usually with a 'red' theme.

Over the five years since its inception in 2017, the Charitable Foundation has supported over 264 causes across six countries, donating over €172,000. Funds are contributed by Blevins Franks management and staff, clients, and through fund-raising events.

The Foundation helps causes that support the communities in which the company operates. Its grants fund work with disadvantaged children, vulnerable adults, homelessness prevention, animal rescue, anti-bullying projects, lifesaving medical treatment, food banks and community canteens, promoting positive mental health, children and adults with disabilities etc.

This year, the Blevins Franks Portugal team were joined by local clients, friends and, most importantly, representatives from the charities supported so far in 2022: APAV Victim Support; Special 21; Agrupamento de Escolas Silves Sul, and Cadela Carlota. Dionne Curry, the local Foundation committee representative, shared their appreciation to all in attendance, thanking them for the kind support given on the day and throughout the year by so many. This enables the Foundation to make an impact in our local community and support those who are in need of a helping hand.

The Charitable Foundation is always seeking local organisations and causes to support; if you would like to learn more about what it does, or nominate an organisation, email dionne.curry@blevinsfranks.com

"Finally, special thanks to Tribulum Restaurant and Prime Wine for their kind support of food and wine for the event.

"A number of other partners donated wonderful prizes for a fundraising raffle. Thanks to Vila Vita Parc; Cascade Wellness Resort; Tivoli Carvoeiro; Praia D'el Rey Marriot; Quinta do Lago Golf; Tribulum Restaurant and Edmond de Rothschild – your generosity was extraordinary," concluded the Blevins Franks Portugal team.

https://www.portugalresident.com/blevins-franks-sees-red-for-charity/

[BRAGA TV]

PAN quer ouvir Governo com caráter de urgência sobre a violência doméstica em Portugal

Redação 23 de Junho, 2022 16:18

O PAN deu hoje entrada no Parlamento de um requerimento para que o ministro da Administração Interna, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a secretária de Estado da Igualdade e Migrações sejam ouvidos em audição com caráter de urgência na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a situação da violência doméstica em Portugal.

O partido deu ainda entrada de um voto de pesar pelas vítimas de violência de doméstica, que neste ano já tirou a vida a quase tantas pessoas quanto o total registado em 2022.

"É profundamente preocupante que estejamos a meio do ano e tenhamos perdido já tantas vidas para a violência doméstica, incluindo crianças. Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vidas para a violência, incluindo a violência contra crianças", afirma a porta-voz e deputada do PAN, Inês de Sousa Real.

De acordo com dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), em média registam-se 54 casos de violência doméstica, por dia em Portugal. Em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e 40% das vítimas já haviam apresentado queixa contra o homicida. Segundo o último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), apesar de o fenómeno da violência doméstica ter registado em 2021 uma ligeira redução (-4%),

continua a apresentar “índices de participação muito elevados, sendo o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo aquele que mais participações regista entre todos os crimes”. Ao todo, em 2021, foram registadas 26.520 participações. Aliás, tal como sucedeu em 2020, o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo é a tipologia criminal mais participada e é cometido, sobretudo, sobre mulheres (74,9%) por agressores dos sexo masculino (81,1%). De notar ainda que, conforme mostra o RASI, em 2021, o número de casos de violência doméstica contra menores registou um aumento de 8,1% no ano passado. Adicionalmente, as crianças encontram-se não raras vezes expostas às situações de violência doméstica entre os progenitores. Para o PAN, obstante a densificação que tem vindo a ser feita em matéria de legislação ou mesmo ao nível da definição de estratégias e/ou planos de atuação com vista à sua prevenção, o fenómeno da violência doméstica em Portugal “continua a assumir proporções preocupantes, de forma transversal a todo o país, idades ou situações sociais”. “Urge, por isso, auscultar o Governo e as principais entidades competentes nesta matéria, de modo a, conjuntamente com a Assembleia da República, ser feita uma reflexão profunda sobre as razões do enraizamento da violência doméstica na nossa sociedade, dos meios de combate e das soluções para uma sua prevenção”, vinca Inês de Sousa Real.

https://bragatv.pt/pan-quer-ouvir-governo-com-carater-de-urgencia-sobre-a-violencia-domestica-em-portugal/

Suinformação

CULTURA

Livro “Lenocínio vs Prostituição – a Visão dos Magistrados e Polícias” apresentado em Tavira

Por Sul Informação • 30 de Junho de 2022 - 15:28

O livro “Lenocínio vs Prostituição – a Visão dos Magistrados e Polícias”, da autoria de João Carlos Ribeiro da Cruz, vai ser apresentado esta sexta-feira, 1 de Julho, às 18h30, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos.

A apresentação do livro decorre no âmbito do “Encontro com autores” e contará com a presença do comissário José Dias (PSP Tavira) e do sargento-adjudante Luís Costa (chefe do Núcleo de Apoio à Vítima da GNR de Portimão).

«O livro pretende ser um projeto de sensibilização sobre vítimas de exploração sexual, violência doméstica e tráfico de seres humanos e tem como finalidade alertar a comunidade sobre o fenómeno social do lenocínio e da prostituição», frisa a Câmara Municipal de Tavira em nota de imprensa.

A venda do livro tem uma vertente solidária, uma vez que as receitas apuradas serão canalizadas para apoio à Saúde em Português, APAV e CARITAS.

«Decorrente desta edição, está em desenvolvimento a criação de um grupo de Ajuda Mútua das vítimas», refere ainda a autarquia.

https://www.sulinformacao.pt/2022/06/livro-lenocinio-vs-prostituicao-a-visao-dos-magistrados-e-policias-apresentado-em-tavira/

NOVA GENTE

FLORBELA QUEIROZ

ANTES DE FILHO MORRER, ATRIZ CONSIDEROU-O UM "FILHO MORTO". AGORA, ESCLARECE TUDO!

Qui, 30/06/2022 - 14:20

Florbela Queiroz colocou em 'pratos limpos' a frase polémica que disse sobre o filho quando este ainda era vivo. A atriz de 79 anos falou ainda sobre a condenação do descendente por violência doméstica de em 2015.

A relação entre Florbela Queiroz e o filho – que morreu a 9 de maio, vítima de um ataque cardíaco -, foi pautada por momentos conflituosos, uma vez que o Manuel João Matias e a nora, Marília Barros, chegaram a ser condenados a dois anos e meio por violência doméstica à atriz, em 2015. Na altura, a veterana proferiu uma frase polémica sobre o descendente e, esta quarta-feira, dia 29 de julho, voltou a falar nela.

"Sou mãe de um filho morto! É um assunto encerrado. É uma dor que não passa e muito violenta... Ele era o meu menino e a luz dos meus olhos. Levei-os para minha casa, para o bem deles, e deu nisto. Tenho um olhar triste, isto foram três anos num filme de terror", disse no passado a uma publicação semanal.

Entretanto, no mesmo dia da entrevista, Florbela Queiroz confessou ter lido um comentário na rede social Facebook sobre a referida declaração e decidiu 'colocar os pontos nos is' durante o tempo de antena. "Esse comentário é verdade, realmente disse isso. Eu disse essa frase porque o meu filho tinha-me dito que eu estava morta para ele completamente e da minha boca saiu isso", admitiu em direto e acrescentou: "Não foi o coração que falou, foi a boca, nem sequer foi o cérebro, foi a boca. Saiu!".

O drama remonta a 2012. Após Florbela Queiroz ter acusado o filho e a nora de maus-tratos, sobretudo psicológicos, o caso seguiu para tribunal. "Sofro de maus-tratos psicológicos e físicos. O meu filho deixa que isso aconteça e até se ri. Neste momento, não estou segura na minha própria casa e estou a fazer o que é possível, juntamente com a Polícia e a APAV", referiu, tendo ainda afirmado: "[Ele] não me bate – as agressões são só psicológicas – mas deixa ela agredir-me", relatou a artista à TV 7 Dias.

Depois, Manuel João e Marília Barros foram impedidos de se aproximarem da veterana e obrigados a devolver-lhe a casa. Mais tarde, em 2019, fizeram as pazes. "Um filho e uma mãe não podem estar eternamente zangados. Está tudo bem, a correr normalmente. Ela tem a vida dela e ele a dele. Agora, estão concentrados em estar calmos e serenos, cada um na sua vida. E é isso. Cada um na sua, com uma relação saudável de mãe e filho. A aproximação foi mútua", disse uma fonte à TV 7 Dias.

E a Manuel Luís Goucha, Florbela Queiroz abriu o coração sobre a reconciliação: "Em 2019, ele foi ter comigo a um espetáculo a pedir-me perdão e a dizer que eu tinha razão. A culpa não foi dele, mas ao mesmo tempo foi, porque deixou. Foi influenciado. Agora tocar nunca me tocou. Eu disse-lhe: Manel, 'já estás perdoado desde o primeiro dia'. Perdão de mãe", contou, referindo: "Em 2019, ele foi viver lá para casa um ano comigo. Recuperamos o tempo perdido (...) Eu não o meti em Tribunal, foi um crime de violência público, onde eu entrei no hospital, eu já não podia fazer nada. Foi um julgamento que eu nunca abri a boca. Só queria dizer: 'não faça mal ao meu filho, à outra pessoa...", rematou.

https://www.novagente.pt/florbela-queiroz-antes-de-filho-morrer-atriz-considerou-o-um-filho-morto-agora-esclarece-tudo

MAIS RIBATEJO

Equipa Móvel de Apoio à Vítima continua em Azambuja todas as terças-feiras

por Mais Ribatejo 30 de Junho, 2022

71 0

Gosto 5

Compartilhado

Com o objetivo de proporcionar à população do Concelho de Azambuja um serviço de proximidade de atendimento e apoio às vítimas de violência, o Município de Azambuja celebrou um protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em março de 2019.

Com este protocolo, foi criado, em Azambuja, um polo da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo, que faz atendimento presencial, todas as terças-feiras, no Páteo Valverde em Azambuja, entre as 14h00 às 17h00.

Recorde-se que a APAV é uma associação de solidariedade social, sem fins lucrativos. O seu objetivo primordial consiste na prestação gratuita e confidencial de serviços de informação, aconselhamento e apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático a vítimas de crime, aos seus familiares e amigos. A APAV trabalha para que em Portugal o estatuto da vítima de crime seja plenamente reconhecido, valorizado e efetivo.

A Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo (EMAV-LT), visa apoiar todos os cidadãos vítimas de qualquer tipo de crime contra as pessoas, contra a vida, a integridade física ou a liberdade pessoal; crimes sexuais, contra a honra, a reserva da

vida privada ou outros bens jurídicos pessoais; crimes contra a vida em sociedade; contra o estado; contra o património; crimes rodoviários; cibercrime; stalking; bullying; entre outras formas de violência.

A equipa móvel APAV de Azambuja poderá ser contactada pelos telefones 243 356 505 e 961 039 168, ou pelo email emav.leziriatejo@apav.pt

A APAV disponibiliza, ainda, uma linha gratuita de apoio à vítima – 116 006, a funcionar todos os dias úteis das 08h00 às 22h00. Um contacto a fixar e a divulgar – 116 006.

https://maisribatejo.pt/2022/06/30/equipa-movel-de-apoio-a-vitima-continua-em-azambuja-todas-as-tercas-feiras/

VIP

FLORBELA QUEIROZ

ESCLARECE FRASE POLÉMICA DITA ANTES DO FILHO MORRER: "SOU MÃE DE UM FILHO MORTO"

NACIONAL

Florbela Queiroz esclarece antiga frase polémica dita sobre o filho quando este ainda era vivo. A atriz revelou ainda pormenores sobre a condenação do descendente por violência doméstica.

SEX, 01/07/2022 - 9:30

FLORBELA QUEIROZ ESCLARECE ANTIGA FRASE POLÉMICA DITA SOBRE O FILHO QUANDO ESTE AINDA ERA VIVO. A ATRIZ REVELOU AINDA PORMENORES SOBRE A CONDENAÇÃO DO DESCENDENTE POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

A relação entre Florbela Queiroz e o filho foi pautada por momentos conflituosos e o descendente, Manuel João Matias e a nora, Marília Barros, chegaram mesmo a ser condenados a dois anos e meio por violência doméstica à atriz, em 2015. Na altura, a veterana proferiu uma frase polémica sobre o filho e, esta quarta-feira, dia 29 de julho, voltou a falar nela. Recorde-se que o filho da atriz morreu a 9 de maio, vítima de um ataque cardíaco.

"Sou mãe de um filho morto! É um assunto encerrado. É uma dor que não passa e muito violenta... Ele era o meu menino e a luz dos meus olhos. Levei-os para minha casa, para o bem deles, e deu nisto. Tenho um olhar triste, isto foram três anos num filme de terror", disse no passado a uma publicação semanal.

Entretanto, no mesmo dia da entrevista, Florbela Queiroz confessou ter lido um comentário na rede social Facebook sobre a referida declaração e decidiu 'colocar os pontos nos is' durante o tempo de antena. "Esse comentário é verdade, realmente disse isso. Eu disse essa frase porque o meu filho tinha-me dito que eu estava morta para ele completamente e da minha boca saiu isso", admitiu em direto e acrescentou: "Não foi o coração que falou, foi a boca, nem sequer foi o cérebro, foi a boca. Saiu!".

Florbela Queiroz falou sobre reconciliação: "A culpa não foi dele"

O drama remonta a 2012. Após Florbela Queiroz ter acusado o filho e a nora de maus-tratos, sobretudo psicológicos, o caso seguiu para tribunal. “Sofro de maus-tratos psicológicos e físicos. O meu filho deixa que isso aconteça e até se ri. Neste momento, não estou segura na minha própria casa e estou a fazer o que é possível, juntamente com a Polícia e a APAV”, referiu, tendo ainda afirmado: “[Ele] não me bate – as agressões são só psicológicas – mas deixa ela agredir-me”, relatou a artista à TV 7 Dias.

Depois, Manuel João e Marília Barros foram impedidos de se aproximarem da veterana e obrigados a devolver-lhe a casa. Mais tarde, em 2019, fizeram as pazes. “Um filho e uma mãe não podem estar eternamente zangados. Está tudo bem, a correr normalmente. Ela tem a vida dela e ele a dele. Agora, estão concentrados em estar calmos e serenos, cada um na sua vida. E é isso. Cada um na sua, com uma relação saudável de mãe e filho. A aproximação foi mútua”, disse uma fonte à TV 7 Dias.

E a Manuel Luís Goucha, Florbela Queiroz abriu o coração sobre a reconciliação: “Em 2019, ele foi ter comigo a um espetáculo a pedir-me perdão e a dizer que eu tinha razão. A culpa não foi dele, mas ao mesmo tempo foi, porque deixou. Foi influenciado. Agora tocar nunca me tocou. Eu disse-lhe: Manel, ‘já estás perdoado desde o primeiro dia’. Perdão de mãe”, contou, referindo: “Em 2019, ele foi viver lá para casa um ano comigo. Recuperamos o tempo perdido (...) Eu não o meti em Tribunal, foi um crime de violência público, onde eu entrei no hospital, eu já não podia fazer nada. Foi um julgamento que eu nunca abri a boca. Só queria dizer: ‘não faça mal ao meu filho, à outra pessoa...”, rematou.

https://www.vip.pt/florbela-queiroz-esclarece-frase-polemica-dita-antes-do-filho-morrer-sou-mae-de-um-filho-morto